



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LEONARDO SILVA OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS DO CONTROLE DE AUTORIDADE PARA NOMES
DE PESSOAS: proposta de recomendações e boas práticas em
ambientes digitais**

Marília – SP
2025

LEONARDO SILVA OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS DO CONTROLE DE AUTORIDADE PARA NOMES
DE PESSOAS: proposta de recomendações e boas práticas em
ambientes digitais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Ferreira de Castro



Marília – SP
2025

Oliveira, Leonardo Silva

O48p Perspectivas do controle de autoridade para nomes de
pessoas : proposta de recomendações e boas práticas em
ambientes digitais / Leonardo Silva Oliveira. – Marília, 2025.
149 f. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Ferreira de Castro

1. Controle de autoridade. 2. Dados de autoridade. 3. Nomes
de pessoas. 4. Gestão de Identidade. I. Título.

Impacto da dissertação junto à sociedade, considerando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A presente pesquisa tem como objetivo identificar como o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas. A ausência de controle e de informações adicionais sobre entidades pessoas, em qualquer contexto, pode gerar ambiguidades na recuperação, trazer resultados imprecisos e homônimos na busca, o que impacta diretamente na confiabilidade e na qualidade da informação recuperada. A falta de padrões adequados para representar e descrever recursos em meio digital gera dificuldade na recuperação dessa informação. Desse modo, evidencia-se o impacto dessa pesquisa junto à sociedade, principalmente no que diz respeito à disseminação, ao acesso e à democratização da informação de qualidade e consistente, indo de encontro aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 15, que ressalta a importância da disseminação da informação e das tecnologias da comunicação para acelerar o progresso humano e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento; e de número 17, que tem como objetivo ampliar a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis para a sociedade. Destaca-se também a relevância científica dessa pesquisa, ao apresentar um panorama de como se configura as pesquisas sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas em periódicos da Ciência da Informação no cenário contemporâneo. Além disso, o conjunto de recomendações e boas práticas para o controle de autoridade proposto nesta investigação apresenta-se como um aspecto inovador, ao conjugar a base teórica e aplicada em ambientes informacionais digitais.

Impact of the Dissertation on society, considering the Sustainable Development Goals (SDGs)

The present research aims to identify how authority control can be applied in the current technological context and its impact on the identification of personal names. The absence of control and additional information about personal entities, in any context, can lead to ambiguities in retrieval, resulting in imprecise outcomes and homonyms in searches, which directly impacts the reliability and quality of the retrieved information. The lack of adequate standards to represent and describe resources in digital environments creates difficulties in retrieving such information. Thus, the impact of this research on society becomes evident, especially regarding the dissemination, access, and democratization of high-quality and consistent information. This aligns with the Sustainable Development Goals (SDGs) number 15, which highlights the importance of disseminating information and communication technologies to accelerate human progress and foster the development of knowledge societies; and number 17, which aims to expand the availability of high-quality, current, and reliable data for society. The scientific relevance of this research is also noteworthy, as it presents an overview of how studies on personal names authority control in Information Science journals are configured in the contemporary context. Moreover, the set of recommendations and best practices for authority control proposed in this investigation stands out as an innovative aspect, as it combines theoretical and applied foundations within digital information environments.

LEONARDO SILVA OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS DO CONTROLE DE AUTORIDADE PARA NOMES
DE PESSOAS: proposta de recomendações e boas práticas em
ambientes digitais**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação e Tecnologia

Data da defesa: 29/07/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fabiano Ferreira de Castro (orientador)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília

Profa. Dra. Rachel Cristina Vesu Alves
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília

Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade de Brasília.

Ao meu filho Gabriel.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o apoio e pela ausência em momentos difíceis.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fabiano Ferreira de Castro, pela confiança, pelo auxílio, pela parceria e pela paciência.

Aos membros da banca examinadora Profa. Dra. Rachel Cristina Vesu Alves e Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki pela disponibilidade, pela atenção, pelas contribuições e sugestões para o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa.

RESUMO

Na catalogação descritiva há um movimento para que os dados bibliográficos, ainda restritos aos catálogos de bibliotecas, possam ser disponibilizados na *Web* e se conectarem com outros domínios, comunidades e recursos. Para que isso aconteça, os dados precisam ser descritos e apresentados de forma consistente. Percebe-se que os dados relativos às entidades pessoas, possuem maior dificuldade de controle, o que impacta também, na identificação e na recuperação deste tipo de informação. Um dos métodos utilizados no processo de catalogação para garantir a consistência dos dados é o controle de autoridade, que, diante do cenário tecnológico vigente, está em transição. Nessa perspectiva, a presente pesquisa se propõe a identificar como o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas. Para isso, utilizou-se como método a Revisão Sistemática de Literatura para apresentar o estado da arte sobre a temática e o aporte bibliométrico para a elaboração de indicadores métricos. Como resultados, foram construídas 6 (seis) categorias temáticas para análise da massa documental, que compreendem: a) artigos nacionais; b) serviços e produtos; c) tecnologias e boas práticas; d) modelos, esquemas de descrição, padrões e diretrizes; e) estudos de caso; e f) estudos teóricos. Além disso, foi desenvolvido um conjunto de recomendações e boas práticas para o controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto tecnológico vigente. Concluiu-se que, o controle de autoridade no contexto contemporâneo pode contribuir de forma significativa para minimizar as inconsistências encontradas na recuperação desse tipo de entidade.

Palavras-chave: Controle de autoridade. Dados de autoridade. Nomes de pessoas. Gestão de Identidade.

ABSTRACT

In descriptive cataloging, there is a movement toward making bibliographic data - still largely confined to library catalogs - available on the Web and connected to other domains, communities, and resources. For this to occur, data must be described and presented consistently. It is observed that data related to personal entities pose greater challenges in terms of control, which also impacts the identification and retrieval of this type of information. One of the methods used in the cataloging process to ensure data consistency is the authority control, which, given the current technological scenario, is in transition. From this perspective, the present research aims to identify how authority control can be applied in the current technological context and its impact on the identification of personal names. For this purpose, a Systematic Literature Review was used to present the state of the art on the subject, along with bibliometric approach to develop of metric indicators. As a result, six thematic categories were constructed for the analysis of the document corpus, comprising: a) national articles; b) services and products; c) technologies and best practices; d) models, description schemes, standards, and guidelines; e) case studies; and f) theoretical studies. In addition, a set of recommendations and best practices were developed for authority control of personal names in the current technological context. It was concluded that, in the contemporary context, authority control can significantly contribute to minimizing inconsistencies found in the retrieval of this type of entity.

Keywords: Authority control. Authority data. Personal names. Identity Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relacionamentos entre as entidades do Grupo 1 do FRBR.....	27
Figura 2: Relacionamentos entre as entidades dos Grupo 1 e 2 do FRBR.....	27
Figura 3: Base fundamental para o modelo conceitual FRAD.....	29
Figura 4: Grafo <i>Wikidata</i>	31
Figura 5: RDA <i>Toolkit</i>	41
Figura 6: Entidades e relacionamentos IFLA LRM.....	42
Figura 7: Registro de autoridade em formato MARC.....	46
Figura 8: Ficha catalográfica x Registro em AACR2 x Registro em RDA.....	47
Figura 9: Registro de autoridade de nome de pessoa de acordo com o contexto atual.....	52
Figura 10: Registro VIAF.....	56
Figura 11: Exemplo de um registro no ORCID.....	57
Figura 12: Tela de pesquisa do ISNI.....	58
Figura 13: Tela de resultados do ISNI.....	58
Figura 14: Modelo para a publicação de dados de autoridade como <i>Linked Data</i>	60
Figura 15: Grafo de coocorrência dos assuntos.....	82
Figura 16: Conjunto de recomendações e boas práticas para a descrição de nomes de pessoas.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tarefas do usuário: FRBR, FRAD, FRSAD, IFLA LRM	34
Quadro 2: Comparação entre as entidades: FRBR, FRAD, FRSAD e IFLA LRM	36
Quadro 3: Autores escolhidos dentre os mais lembrados pelos magistrados de primeiro grau	50
Quadro 4: <i>Strings</i> de busca de cada autor e resultados	51
Quadro 5: Instruções para entidade pessoa.....	61
Quadro 6: Registro da entidade pessoa “Getúlio Vargas”	64
Quadro 7: Registro da entidade pessoa “Elton John” em VIAF e RDA.....	65
Quadro 8: Experimento de catalogação descritiva AACR2 x RDA.....	66
Quadro 9: Ficha de Registro de Autoridade: nome comum, com preposição	68
Quadro 10: Protocolo de pesquisa	71
Quadro 11: Resultado da busca sobre controle de autoridade de nomes de pessoas por Base de dados	73
Quadro 12: Categorias e justificativas para análise qualitativa da massa documental	84
Quadro 13: Segmentação dos artigos por categorias de análise.....	84
Quadro 14: Artigos aprovados publicados em periódicos nacionais.	89
Quadro 15: Estudos de caso e abordagens	108
Quadro 16: Artigos teóricos.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre os documentos recuperados e aprovados por base de dados	74
Gráfico 2: Artigos aprovados distribuídos por ano de publicação.....	76
Gráfico 3: Periódicos de maior produtividade.....	77
Gráfico 4: Idiomas de publicação dos artigos aprovados	78
Gráfico 5: País de afiliação dos autores dos artigos aprovados.....	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVO GERAL	19
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.3	JUSTIFICATIVA	19
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	CATALOGAÇÃO: BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO	22
2.1.1	<i>Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação</i>	<i>24</i>
2.1.2	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)</i>	<i>25</i>
2.1.3	<i>Functional Requirements for Authority Data (FRAD)</i>	<i>28</i>
2.1.4	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)</i>	<i>32</i>
2.1.5	<i>IFLA Library Reference Model (LRM)</i>	<i>33</i>
2.2	CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DA CATALOGAÇÃO	39
2.2.1	<i>Resource Description and Access (RDA)</i>	<i>40</i>
3	CONTROLE DE AUTORIDADE	45
3.1	CONTROLE DE AUTORIDADE E SUAS LACUNAS	47
3.2	CONTROLE DE AUTORIDADE E TENDÊNCIAS	54
3.3	CONTROLE DE AUTORIDADE DE NOMES DE PESSOAS NO RDA	61
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
4.1	CONDUÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL)	73
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA	76
5.1	ANÁLISE QUANTITATIVA	76
5.2	ANÁLISE QUALITATIVA	83
5.2.1	<i>Artigos nacionais</i>	<i>88</i>
5.2.2	<i>Serviços e produtos</i>	<i>91</i>
5.2.3	<i>Tecnologias e boas práticas</i>	<i>98</i>
5.2.4	<i>Modelos, esquemas de descrição, padrões e diretrizes</i>	<i>104</i>
5.2.5	<i>Estudos de caso</i>	<i>108</i>
5.2.6	<i>Estudos teóricos</i>	<i>113</i>

6	CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES E BOAS PRÁTICAS PARA O CONTROLE DE AUTORIDADE DE NOMES DE PESSOAS NO CONTEXTO TECNOLÓGICO VIGENTE.....	115
6.1	RECOMENDAÇÕES.....	117
6.2	BOAS PRÁTICAS	121
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS.....	129

1 INTRODUÇÃO

A organização da informação, enquanto área operacional da Ciência da Informação, é definida como “o processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição dos aspectos de forma e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais” (Café; Sales, 2010, p. 118).

Dentre os procedimentos específicos que envolvem o processo de organização da informação, destaca-se a representação descritiva e temática de um recurso, também conhecida como catalogação. O processo de registrar e descrever recursos informacionais de forma padronizada tem como objetivo garantir o acesso, a recuperação e a identificação destes recursos para que sejam utilizados tanto por usuários humanos, quanto por usuários não humanos.

Uma das atividades da catalogação é a criação de métodos de controle e de pontos de acesso para a entrada da descrição, visando minimizar as ambiguidades e as inconsistências na informação oferecida. Dentre os métodos utilizados pelos catalogadores, destaca-se o controle de autoridade, que visa representar em um ponto de acesso todas as possíveis formas de entrada e de dados associados às pessoas, famílias, entidades coletivas, títulos ou assuntos, ampliando a consistência e as possibilidades de recuperação da informação e de intercâmbio em um catálogo. Com a sua adoção, é possível minimizar as inconsistências na recuperação e recuperar em uma única busca todas as formas variantes de um nome ou assunto, por exemplo, mesmo que estejam com a grafia errada, possuam sinônimos ou sejam conhecidos por outros nomes ou termos.

Os dados associados às pessoas podem possuir maior dificuldade de controle, pois, além das variações dos nomes por casamento, adoção ou outros motivos, há características que impactam diretamente na recuperação e na identificação deste tipo de informação, por exemplo, a sua origem e a sua forma de escrita, as atribuições de nomes sociais, artísticos, profissionais ou apelidos (pseudônimos) e a grande quantidade de nomes iguais (homônimos). Somado a isso, nas últimas décadas houve um crescimento exponencial de pessoas (autores) publicando seus trabalhos em diversos formatos, gerando maior dificuldade de identificá-los. Portanto, torna-se necessário trazer novas perspectivas e possibilidades por meio de pesquisas que abordem o tema de forma mais específica e de acordo com o contexto tecnológico vigente.

Esse contexto é caracterizado pelo desenvolvimento tecnológico acelerado e pela hiper conectividade de dados, acompanhado de mudanças culturais e comportamentais trazidas com a popularização do acesso à Internet, das redes sociais e da inteligência artificial.

Assim, do mesmo modo que várias áreas evoluíram, a catalogação passou por diversas modificações desde o seu surgimento. Desse modo, algumas práticas estão sendo revistas e novas perspectivas vem sendo criadas para que essa atividade se adeque ao contexto atual e às novas necessidades do usuário e do cenário informacional, principalmente no que se refere ao ambiente de dados conectados e da *Web* semântica, no qual os catálogos e os dados bibliográficos possam ser disponibilizados na *Web* e se conectarem a outros domínios, comunidades e recursos. Para que isso ocorra, além da adoção e da definição de metadados, de ontologias e de vocabulários específicos, é essencial que os dados sejam descritos e apresentados de forma consistente.

É nesse contexto que surge o *Resource Description and Access* (RDA), baseado no modelo entidade-relacionamento, característica-chave da catalogação no cenário tecnológico vigente. Neste modelo, as entidades representam “objetos que podem ser identificados de forma inequívoca em relação a todos os outros objetos contidos no domínio do problema” (Fusco, 2010, p. 102) e os relacionamentos servem como veículo para representar as ligações entre uma entidade e outra. Desse modo, os preceitos da catalogação no contexto vigente têm como proposta, enriquecer a descrição, favorecer a descoberta da informação pelo usuário (serendipidade¹) e ampliar as possibilidades de identificação das entidades por meio dos relacionamentos.

Com este olhar da catalogação baseada no modelo entidade-relacionamento, o controle de autoridade tem passado por modificações e sua adaptação ao cenário vigente se torna crítica, especialmente no que diz respeito à identificação de nomes de pessoas.

Smith-Yoshimura (2020) discorre sobre a fase de transição do controle de autoridade, na qual há uma tendência na utilização de identificadores únicos e

¹ “Encontro ao acaso de outras informações que não as intencionalmente procuradas” (Mostafa; Santarém Segundo; Sabbag (2016, p. 31). Os autores trazem à tona a visão de Cassin (2012, p. 18 *apud* Mostafa; Santarém Segundo; Sabbag, 2016, p. 31), alertando para a possível perda da serendipidade na recuperação da informação quando a descrição é baseada nos novos padrões de catalogação, visto que os relacionamentos já estão estabelecidos.

assinala que um dos desafios para as bibliotecas e para os bibliotecários é a adaptação aos modelos no contexto tecnológico atual, como a publicação/transformação dos dados bibliográficos no formato *Linked Data*, por exemplo. De acordo com Jesus e Castro (2019, p. 45), “o *Linked Data* propõe a ligação de dados representados em um formato padrão, a partir da utilização de links semânticos, da utilização de ferramentas e de práticas propostas pelo movimento.”

Para Wiederhold e Reeve (2021), o movimento em direção ao *Linked Data* amplia o papel do controle de autoridade para a gestão de entidades e seus relacionamentos com outras entidades, tornando as informações mais compreensíveis para qualquer tipo de usuário.

Percebe-se que, no decorrer da história, a catalogação e o controle de autoridade tiveram um importante papel nas iniciativas e nas pesquisas sobre a organização da informação. Diferentes projetos surgiram e novos conceitos e técnicas foram criados na tentativa de acompanhar as mudanças trazidas com a evolução tecnológica. Nesse sentido, algumas bibliotecas, principalmente no âmbito internacional, vêm se esforçando para disponibilizar seus catálogos, incluindo os dados de autoridades de nomes de pessoas, no formato de dados conectados.

No entanto, ainda que essas iniciativas tenham avançado e contribuído para minimizar os problemas relacionados à recuperação e à identificação inequívoca desse tipo de entidade, percebe-se que o cenário atual ainda permanece em fases iniciais, conforme assinalado por Assumpção, em 2018:

O anseio pela aplicação de tecnologias da Web Semântica no âmbito da Ciência da Informação leva instituições a iniciarem projetos para a publicação de dados de autoridade como *Linked Data*. No entanto, observa-se que esses projetos, ainda em estágios iniciais ou experimentais, não dispõem de um quadro teórico construído na Ciência da Informação que possa orientar quanto às políticas, aos procedimentos e às tecnologias empregadas na publicação desses dados (Assumpção, 2018, p. 15).

Em pesquisas preliminares na literatura, percebe-se que o tema é pouco explorado, principalmente no âmbito nacional. No cenário internacional, foram identificados alguns estudos que abordam os aspectos da transição do controle de autoridade de nomes de pessoas e suas tendências.

Assim, com vistas a conhecer melhor as iniciativas e como a temática vem sendo abordada na literatura e suas relações com outros domínios e ferramentas, essa pesquisa pretende apresentar um panorama da adoção do controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto tecnológico atual e assim, responder ao

seguinte questionamento: de que forma o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente com vistas a ampliar as possibilidades de identificação inequívoca de nomes de pessoas?

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar como o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Discorrer sobre o histórico e a evolução da catalogação e do controle de autoridade até o contexto atual.
- b) Identificar e apresentar as recomendações do RDA para a descrição de entidades pessoas;
- c) Apresentar o estado da arte do controle de autoridade de nome de pessoas no contexto tecnológico vigente.
- d) Propor recomendações para a descrição de nomes de pessoas no contexto tecnológico vigente.

Estabelecidos os objetivos específicos, na próxima seção discorre-se sobre as motivações que justificam a pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

No levantamento da literatura nacional e internacional, percebe-se que o tema é pouco explorado e a utilização do controle de autoridade de nome de pessoas baseado nos preceitos da catalogação no contexto atual é incipiente, conforme apresentado na seção 6. Além disso, ainda que alguns estudos explorem a temática de forma inovadora e tragam contribuições nesse contexto, percebe-se que, na prática, as soluções para minimizar as inconsistências e melhorar a qualidade da recuperação desse tipo de dado ainda são insuficientes.

Por meio do referencial teórico e dos procedimentos de coleta de dados desta pesquisa, constatou-se que a maioria das bibliotecas, principalmente no cenário nacional, continua catalogando da mesma forma e utilizando as mesmas regras (AACR2) e linguagens ou padrões de metadados (MARC21). Algumas bibliotecas iniciaram os estudos ou já implementaram o RDA, no entanto, observa-se que ainda não é possível visualizar de forma concreta o que a teoria propõe, visto que os

sistemas atuais ainda não estão adaptados para tratar e abrigar os dados como entidades e permitir seus relacionamentos com dados internos ou externos aos catálogos, características-chave da catalogação atual, conforme mencionado.

Portanto, esta pesquisa se justifica pela carência de estudos sobre a temática aplicados no contexto contemporâneo da catalogação e por sua relevância no contexto da Ciência da Informação e em outros domínios, visto que a necessidade de recuperar e identificar de forma inequívoca nomes de pessoas, abrange todas as áreas do conhecimento e qualquer sistema ou base de dados que contenha esse tipo de dado em sua estrutura.

Outrossim, verifica-se a contribuição desta pesquisa no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), atendendo especialmente ao objetivo de número 15, que ressalta a importância da disseminação da informação e das tecnologias da comunicação para acelerar o progresso humano e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento; e ao objetivo de número 17, que tem como objetivo ampliar a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis para a sociedade.

Dessa forma, evidencia-se a contribuição social e científica desse estudo, ao apresentar o impacto da adoção do controle de autoridade de nomes de pessoas de acordo com o contexto atual e demonstrar de que forma ele pode contribuir para novas formas de acesso, de representação, de recuperação, de organização e do uso da informação.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além da seção Introdução, que apresenta o contexto, a questão de pesquisa, os objetivos, os objetivos específicos e a justificativa, esta pesquisa está estruturada da seguinte forma:

A seção 2 (REFERENCIAL TEÓRICO) apresenta os aspectos teórico-conceituais da catalogação e dos códigos de catalogação, apresentado a trajetória deste campo até o cenário contemporâneo.

A seção 3 (CONTROLE DE AUTORIDADE) contextualiza o controle de autoridade de forma geral, abordando suas definições, bem como apresenta os problemas, as tendências e as diretrizes do RDA no caso específico do controle de autoridade de nomes de pessoas.

A seção 4 (PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS) aborda o método adotado e a condução da Revisão Sistemática de Literatura (RSL).

A seção 5 (RESULTADOS E DISCUSSÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA) apresenta os resultados da RSL e as discussões dos artigos aprovados.

A seção 6 (CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES E BOAS PRÁTICAS PARA O CONTROLE DE AUTORIDADE DE NOMES DE PESSOAS NO CONTEXTO TECNOLÓGICO VIGENTE) apresenta o conjunto de recomendações e boas práticas, criados com base nos resultados da pesquisa.

A seção 7 (CONSIDERAÇÕES FINAIS) apresenta os achados da pesquisa e recomendações futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os aspectos teórico-conceituais da catalogação e dos códigos de catalogação, apresentado a trajetória deste campo até o cenário contemporâneo.

2.1 CATALOGAÇÃO: BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

A necessidade de descrever e registrar a informação de uma forma mais padronizada e uniforme, tem sua origem no século XIX com a contribuição dos primeiros teóricos da catalogação, como Antônio Panizzi, Charles C. Jewett, Carl Dziatzko, Melvil Dewey, Charles Ami Cutter, Paul Otlet e Henri La Fontaine. As iniciativas tinham como objetivos principais o controle bibliográfico e a tentativa de organizar a massa crescente de documentos produzidos na época (Santos, 2007).

Em 1908, a *American Library Association (ALA)* e a *British Library* publicam o primeiro código de catalogação Anglo-Americano: *Cataloging rules: author and title entries*. Este documento deu origem ao código *Anglo American Cataloguing Rules (AARC)*, publicado em 1967, após a *International Conference on Cataloguing Principles* em Paris, que ocorreu em 1961, e que teve como marco, a publicação do *Statement of International Cataloguing Principles (ICP)*, conhecida como Princípios de Paris. De acordo com Gorman (2000), a obra de Seymour Lubetzky, *Cataloging Rules and Principles*, publicada em 1953, foi a maior influenciadora do AACR e seus princípios se solidificaram com o lançamento do AACR2 (Gorman, [2007]). O próximo passo em direção a um acordo internacional mais amplo foi dado no *International Meeting of Cataloguing Experts*, em 1969 em Copenhague, onde se desenvolveu o *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*. O ISBD foi proposto como uma norma de descrição bibliográfica geral, adequada a todos os tipos de materiais bibliográficos (Haider, 2021).

Em 1973, foi criado o comitê *Joint Steering Committee* para revisar o AACR e em 1978, é publicado o AACR2 com várias atualizações. O AACR2 foi adotado por diversos países e ainda é utilizado pela maioria das bibliotecas do Brasil e do mundo, assim como o formato MARC 21 para o registro e intercâmbio de dados.

Percebe-se que, no decorrer da história, a catalogação teve um importante papel nas iniciativas e pesquisas sobre a Organização da Informação. Diferentes

projetos surgiram e o AACR2 foi a consolidação dos esforços de pesquisadores e instituições em relação à padronização e intercâmbio da descrição da informação.

Mey e Silveira (2010) defendem que é necessário considerar os dois tipos de representação como um todo, visto que se elabora um único registro bibliográfico e define a catalogação como

o estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, visando a criar conteúdos comunicativos que permitam a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (Mey; Silveira, 2010, p. 126).

Para Machado e Zafalon (2020, p. 17), a catalogação é:

compreendida como um processo que considera o conjunto de aspectos descritivos e temáticos ou de assuntos, que favorecem os mecanismos de busca e recuperação do documento, e define elementos que permitem acessá-lo, local ou remotamente.

Castro (2020) traz elementos mais contemporâneos em sua definição, abrangendo aspectos do modelo entidade-relacionamento e explicitando que a catalogação pode ser utilizada por outros domínios do conhecimento. Para Castro (2020, p. 123), a catalogação é

[...] uma área de conhecimento teórico-aplicada-tecnológica e especializada, advinda do domínio bibliográfico, com a finalidade de descrever uma obra/recurso/entidade, dados e informações, responsável pela modelagem de sistemas interconectados por atributos de representações construídos e codificados, a partir de regras e padrões internacionalmente aceitos, garantindo a unicidade da entidade e multidimensionando sua forma de acesso e de recuperação, primando pela efetiva comunicação do usuário com o ambiente informacional e potencializada para outros domínios do conhecimento.

A partir da segunda metade do século XX, os reflexos da era digital começaram a influenciar e a criar tendências e novos paradigmas em diversas áreas, e, no âmbito da representação descritiva, trouxe a necessidade de reestruturação e adequação das ferramentas e normas existentes na época. Desse modo, iniciam-se os estudos de modelos conceituais para descrição de registros bibliográficos, incluindo a revisão dos Princípios Internacionais de Catalogação (ICP), iniciada em 2003, e sua publicação atualizada em 2016. Para melhor compreensão, fez-se necessário apresentar aspectos históricos e as principais características de cada modelo que serviram como base para o desenvolvimento do RDA e que serão abordados com mais detalhes nas seções seguintes, iniciando pela ICP.

2.1.1 Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação

A ICP, atualizada em 2016, tem como objetivo servir como base para a normalização internacional da catalogação (IFLA, 2016). Nessa versão, a ICP menciona em seus princípios a importância de controle e da coerência na descrição bibliográfica e já traz o conceito de entidades, atributos e relacionamentos:

As entidades são os objetos chave de interesse para os usuários em um domínio particular. Cada entidade pode ser descrita por suas características primárias, chamadas de atributos. Os atributos da entidade servem também como um meio pelo qual os usuários elaboram consultas e interpretam as respostas quando buscam informações sobre uma entidade particular. Os relacionamentos explicam as conexões entre entidades. (IFLA, 2016, p. 6).

Em seu glossário, a ICP define o termo nome como:

Um caractere, palavra ou grupo de palavras e/ou caracteres por qual se conhece uma entidade. Inclui-se as palavras ou caracteres que designam uma pessoa, família, entidade coletiva; inclui-se o título atribuído a uma obra, expressão, manifestação ou exemplar. Utiliza-se como base para um ponto de acesso. (IFLA, 2016, p. 16).

Conforme mencionado, ao adotar a descrição de um recurso utilizando o modelo entidade-relacionamento, amplia-se as possibilidades de identificação e diferenciação de um recurso para outro. Na versão atualizada, a ICP traz as seguintes entidades: obra, expressão, manifestação, exemplar, **pessoa, família, entidade coletiva**, *thema* e *nomen*.

Tendo como princípio de destaque o “interesse do usuário”, a ICP apresenta em sua estrutura diversos trechos relacionados ao controle de autoridade. Na seção sobre os pontos de acesso, a Declaração assinala a importância de se criar “dados de autoridade com a finalidade de controlar as formas autorizadas do nome, formas variantes do nome e identificadores utilizados como pontos de acesso” (IFLA, 2016, p. 9). Um ponto de acesso é definido por “um nome, termo, código, etc., sob o qual um registro ou referência bibliográfica ou de autoridade será encontrado” (IFLA, 2013, p. 14, tradução nossa).

Os pontos de acesso devem ser criados seguindo os princípios gerais e podem ser controlados ou não controlados. Nessa perspectiva, Milani e Souza (2018, p. 331) acrescentam que

um ponto de acesso controlado tem “autorização” no sistema documentário, pois ao ser elaborado teve embasamento de orientações normativas (como as regras do código de catalogação vigente) e da política desse sistema. Esse ponto de acesso controlado envolve variações do nome, que, por sua vez, também é uma forma do nome, mas pode não ser a escolhida como a autorizada. De acordo com a Declaração dos princípios internacionais de catalogação (2009), a remissiva ou ponto de acesso não autorizado é o

mesmo que a forma variante do nome, apresentado na forma de uma ponte para o ponto de acesso autorizado.

Dessa forma, recomenda-se a criação de entradas adicionais a partir dos nomes das entidades relacionadas e o uso de uma norma ou código para elaboração dos pontos de acesso autorizados (IFLA, 2016), o que reforça a escolha do RDA para compor os objetivos desta pesquisa.

Na seção 5.3.3: Escolha do Nome preferido, a ICP recomenda que:

O nome preferido como ponto de acesso autorizado para uma entidade deverá ser escolhido com base no nome que identifique a entidade de uma maneira consistente, seja porque se encontre mais frequentemente nas manifestações ou porque seja um nome muito aceito, apropriado para os usuários do catálogo (por exemplo, “nome convencional”), como indique as fontes de referência. (IFLA, 2016, p. 9).

Especificamente sobre a escolha do nome preferido, a ICP orienta que “se uma pessoa, família ou entidade coletiva utiliza vários nomes ou formas variantes para o nome, deverá ser selecionado um nome ou uma forma de nome como base para o ponto de acesso autorizado.” (IFLA, 2016, p. 9) e adiciona que:

(...) quando formas variantes do nome são encontradas nas manifestações e/ou fontes de referência e esta variação não é baseada nas diferentes apresentações do mesmo nome (por exemplo, formas abreviadas ou completa) se deve dar preferência: a) ao nome comumente conhecido (ou “convencional”) quando assim se utilize, no lugar do nome oficial; ou b) ao nome oficial, quando não houver indicação de um nome comumente conhecido ou um nome convencional. (...) Se uma entidade coletiva utilizar diferentes nomes em períodos sucessivos e que tais nomes não possam ser determinados como variações menores do nome, cada entidade identificada por uma mudança significativa do nome deverá ser considerada como uma nova entidade. Os dados de autoridade correspondentes a cada entidade se vincularão normalmente, relacionando as formas autorizadas anterior e posterior dos nomes da entidade coletiva. (IFLA, 2016, p. 10).

Assim, evidencia-se que a atualização da ICP, considerada a principal publicação no âmbito da normalização da catalogação internacional, chancela e traz à tona aspectos importantes que norteiam a criação de normas e regras específicas para o controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto tecnológico vigente e que vêm sendo aprimoradas e adaptadas em diferentes cenários no decorrer da história. A seguir serão apresentados os modelos conceituais que marcaram o desenvolvimento da catalogação até a revisão mais recente do RDA, publicada em 2020.

2.1.2 *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*

Em 1990, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) promoveu o Seminário sobre Registros Bibliográficos de Estocolmo, no qual

inicia-se o estudo para a criação dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), e que, após diversas reuniões com especialistas e consultores, o documento é aprovado em 1997 pelo *Comité Permanente de la Sección sobre Catalogación* da IFLA (IFLA, 2009), publicado em 1998, revisado e atualizado com correções em 2009, com o seguinte objetivo geral:

delinear em termos claramente definidos, as funções desempenhadas pelo registro bibliográfico de acordo com as diversas mídias, aplicações e necessidades do usuário. O estudo deve cobrir toda a gama de funções para o registro bibliográfico em seu sentido mais amplo, ou seja, um registro que engloba não apenas elementos descritivos, mas pontos de acesso (nome, título, assunto etc.), outros elementos "organizadores" (classificação etc.) e notas. (IFLA, 2009, tradução nossa).

Grings (2015, p. 140) assinala que

a principal mudança que os FRBR trouxeram foi a aproximação conceitual da atividade de catalogar, tipicamente bibliotecária, com um modelo já bastante comum na área de tecnologia da informação: o modelo entidade-relacionamento.

No modelo entidade-relacionamento, as entidades funcionam como nós e estabelecem a sua estrutura, enquanto os relacionamentos conectam as entidades entre si. Os atributos podem ser definidos como dados que caracterizam instâncias específicas de uma entidade. (Riva; Le Bouef; Žumer, 2017).

Machado e Zafalon (2020, p. 52) assinalam que o modelo conceitual

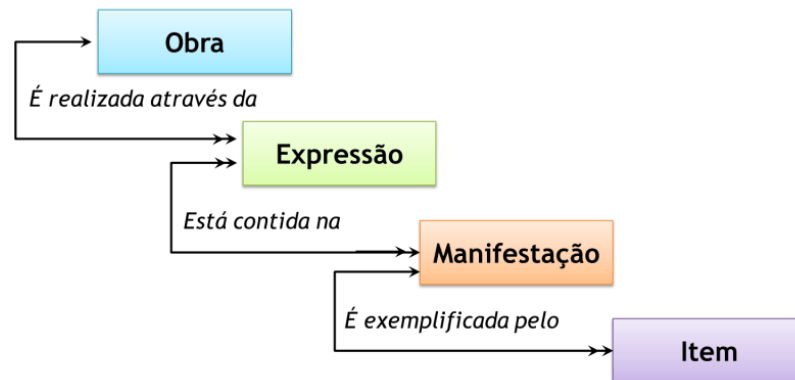
refere-se a um método adotado para a definição do projeto lógico de um banco de dados. Neste modelo busca-se fazer, por meio de diagramas, uma representação do mundo real, independente das formas de armazenamento dos dados e da eficiência do banco de dados. Por ser concebido a partir das funcionalidades dos dados, as definições do modelo conceitual são feitas com base nas relações entre as entidades (a "coisa" distintamente identificada) por meio de seus atributos (qualificadores).

O FRBR define três grupos principais de entidades:

- Grupo 1 – Obra, Expressão, Manifestação e Item.
- Grupo 2 – Pessoas (um indivíduo) e Organizações ou agente coletivo (uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organizações).
- Grupo 3 – Assuntos da entidade "Obra", divididos em: Conceito (uma noção abstrata ou ideia), Objeto (uma coisa material), Evento (uma ação ou ocorrência) e Lugar (um local).

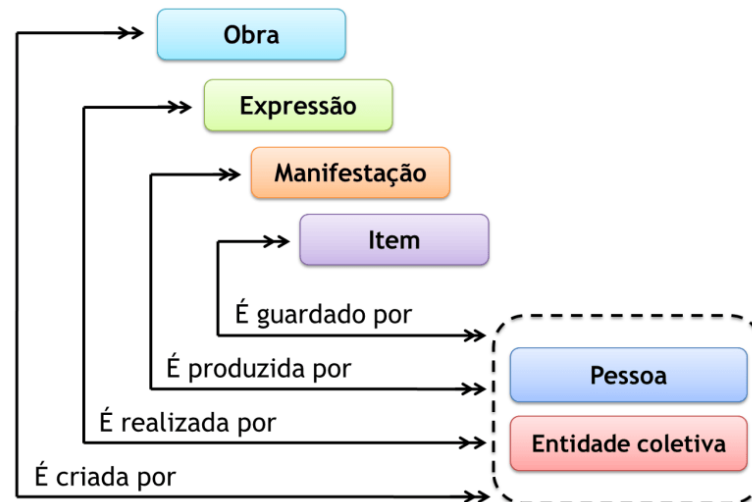
Além das entidades de interesse dos usuários de registros bibliográficos, são definidos os atributos e os tipos de relacionamentos entre as entidades, que podem ser visualizados nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Relacionamentos entre as entidades do Grupo 1 do FRBR



Fonte: Assumpção (2012).

Figura 2: Relacionamentos entre as entidades dos Grupo 1 e 2 do FRBR



Fonte: Assumpção (2012).

O FRBR foi concebido tendo como base um modelo conceitual que servisse para relacionar atributos e entidades específicas às quatro tarefas que os usuários realizam ao consultar registros bibliográficos, são elas:

- Encontrar entidades que atendem à estratégia de busca do usuário;
- Identificar uma entidade, isto é, atestar ou diferenciar se a informação encontrada atende de forma fidedigna à busca do usuário;
- Selecionar uma entidade, isto é, escolher uma entidade apropriada ou rejeitar entidade inadequadas às necessidades do usuário e
- Adquirir ou obter acesso à entidade encontrada, isto é, permitir que o usuário se aproprie/acesse a entidade.

O FRBR serviu como base para o desenvolvimento do RDA até o lançamento do *Resource Description and Access Restructure and Redesign Project* (RDA 3R), que se baseia no modelo *Library Reference Model* (LRM).

2.1.3 *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*

Seguindo o modelo FRBR, verificou-se a necessidade de atualização dos métodos de controle para dados de autoridades, com o objetivo de padronizar e uniformizar os pontos de acesso de assuntos, autores pessoais, corporativos ou de título. É importante destacar que os pontos de acesso, escolhidos com a utilização de regras e recomendações de códigos de catalogação ou de outras ferramentas normativas, devem ter um “controle rigoroso, de modo a não haver ambiguidade ou dúvida na informação oferecida”. (Fusco, 2010, p. 36).

Nesse contexto, em 1999, surge o grupo de trabalho da IFLA *Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR)* com o objetivo de criar um modelo específico para os dados de autoridade, e como resultado, é publicado o *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)* em 2009, sendo que em 2013, foi atualizado.

O FRAD, da mesma forma que os FRBR, também apresenta entidades (algumas repetidas), atributos, relacionamentos e tarefas de usuários voltados aos dados de autoridade e “configura-se como uma extensão do FRBR, com ênfase nas entidades do grupo 2, que tem responsabilidade sobre os produtos intelectuais ou artísticos” (Machado; Zafalon, 2020, p. 63). As entidades definidas pelo FRAD são: pessoa, família e instituição; obra, expressão, manifestação e item; conceito, objeto, evento e lugar; nome e identificador; ponto de acesso controlado; regras e agência e limitam-se aos dados de autoridade de nomes e títulos.

De acordo com Modesto (2014, p.1):

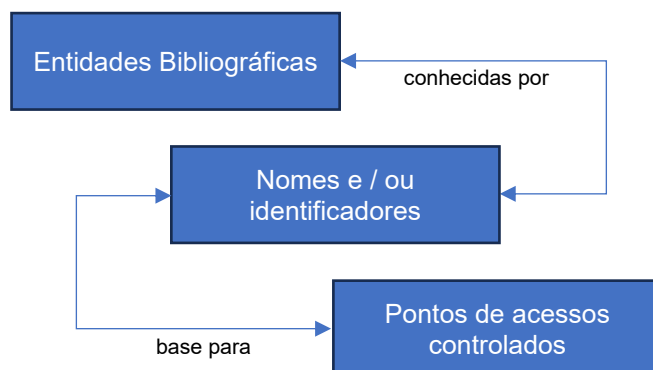
O FRAD define os requisitos funcionais a serem incluídos nos registros de autoridade que facilitem seu intercâmbio. A base fundamental para o modelo pode ser visualizada da seguinte forma:

[Entidades Bibliográficas] << Conhecido por >> [Nomes e/ou Identificadores] <<Base para>> [Ponto de Acesso Controlado/Autorizado].

O modelo é descrito como: Entidades do universo bibliográfico (como aqueles identificados no FRBR) são conhecidos por nomes e / ou identificadores. A entidade nome inclui os nomes de pessoas, de entidades coletivas, de família, nomes comerciais, e os títulos de obras e de suas manifestações. A entidade “identificador” compreende um código ou outra designação que indica o tipo de identificador. Inclui uma cadeia alfanumérica ou numérica que designa o sistema aplicado (ISBN, ISSN, ISRC etc.). No processo de catalogação (se ocorre em bibliotecas, museus ou arquivos), os nomes e os identificadores são usados como base para a construção de pontos de acesso controlado.

Essa estrutura é apresentada pelo FRAD em formato de diagrama:

Figura 3: Base fundamental para o modelo conceitual FRAD



Fonte: IFLA (2013, p. 4, tradução nossa).

Segundo o relatório final da IFLA (2013), a definição de agentes pessoas e coletivos como entidades, permite uma maior flexibilidade na nomenclatura controlada e elimina redundâncias que ocorreriam se fossem modeladas como atributos. Desse modo,

os nomes dessas entidades podem ser controlados em um registro de autoridade e vinculados a outros registros de autoridade ou a registros bibliográficos ou registros de acervos, conforme necessário. A decisão do FRBR de tratá-los como entidades em vez de atributos foi transportada para este modelo conceitual de dados de autoridade. Além disso, neste modelo, declarar nomes e identificadores como entidades permite maior clareza em mostrar as relações entre as entidades nas quais os dados de autoridade estão focados e os nomes e/ou identificadores pelos quais essas entidades são conhecidas e nos quais os pontos de acesso controlados para essas entidades serão baseados. (IFLA, 2013, p. 2, tradução nossa).

Em relação ao usuário de dados de autoridades, o FRAD o divide em dois grupos: os usuários que criam e mantêm dados de autoridade e os usuários finais, sendo estes últimos os que utilizam de fato os dados de autoridade, ou por meio de pesquisas em catálogos/sistemas de bibliotecas ou por meio de pontos de acesso controlados (formas autorizadas de nome, formas variantes de nome / referências, por exemplo). Assim como o FRBR, o FRAD apresenta quatro tarefas que representa os dois grupos de usuários, são elas:

- Encontrar: encontrar ou explorar uma ou mais entidades que corresponda ao critério de busca, utilizando os atributos e relacionamentos.
- Identificar: confirmar que a entidade encontrada corresponde àquela buscada e para distingui-la de outras similares ou para validar a forma do nome que será utilizado para um ponto de acesso controlado;

- Contextualizar: situar uma pessoa ou instituição corporativa em um contexto; explicar o relacionamento entre duas ou mais pessoas, entidades corporativas, obras ou entre uma pessoa e uma organização, entre outros; e esclarecer a relação entre a pessoa e o nome pelo qual ela é conhecida (nome artístico, religioso ou apelido por exemplo)
- Justificar: Documentar e explicar o motivo da escolha do nome ou forma do nome que baseou a criação de um ponto de acesso (IFLA, 2013, tradução nossa).

Moreno (2009) aponta que “as duas últimas tarefas referem-se exclusivamente ao trabalho do criador do registro, isto é, criar relacionamentos ao contextualizar o nome adotado e, em seguida, justificar a escolha daquele nome”.

Dentre as 4 tarefas apresentadas, Hernández Sánchez (2022) destaca a tarefa “contextualizar” como uma das mais importantes, pois, nomes de pessoas não tem significado sem um contexto, conforme assinalado por Coyle (2007). Dessa forma, além de ampliar a possibilidade de identificação de uma entidade pessoa, a contextualização, ainda que seja uma tarefa atribuída ao criador do registro, permite trazer também o caráter informativo sobre tal pessoa, enriquecendo a descrição e fornecendo mais informações para o usuário.

Para entidade pessoa, objeto dessa pesquisa, o FRAD elenca diversos atributos para descrevê-la, são eles: Datas associadas à pessoa, Título da pessoa, Gênero, Local de nascimento, Local de morte, País, Local de residência, Afiliação, Endereço, Idioma da pessoa, Campo de atividade, Profissão/ocupação, Biografia/história, Outra informação associada à pessoa (IFLA, 2013, tradução nossa).

Adicionalmente, o FRAD estabelece relacionamentos que podem ser incluídos em catálogos de autoridade de nomes de pessoas, como por exemplo, nomes distintos pelos quais uma pessoa também é conhecida; relações entre pessoas, famílias e entidades corporativas e relações entre uma pessoa e os elementos nome, identificador, ponto de acesso controlado, agência e regras (Hernández Sánchez, 2022).

O FRAD e todos os modelos da família FR foram estabelecidos em um nível meramente conceitual, o que pode dificultar a sua compreensão e entendimento pelos bibliotecários em sua rotina profissional e em sua utilização prática. De toda forma, seus conceitos e princípios delineados servem como base para o desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação e normas e, conforme mencionado, deram

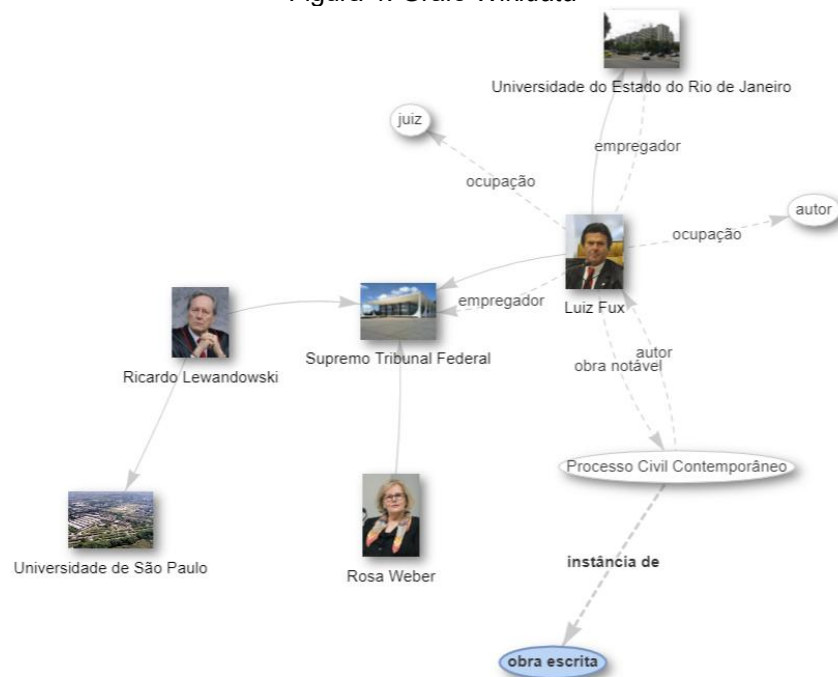
origem ao RDA, que vem sendo cada vez mais utilizado pelas bibliotecas, na tentativa ou na preparação para se adequarem ao contexto da *web* de dados.

Nessa perspectiva, para melhor entendimento, elaborou-se um grafo utilizando o *Wikidata* para uma breve amostra de como o FRAD poderia funcionar na prática. O *Wikidata*, é definido como:

um banco de dados secundário, livre, colaborativo e multilíngue que coleta dados estruturados que servem de suporte à Wikipédia, ao Wikimedia Commons, aos outros projetos do movimento Wikimedia e a qualquer um no mundo. (Wikidata, 2025).

Vale ressaltar que o *Wikidata* vem sendo objeto de vários estudos no âmbito da organização e recuperação da informação, incluindo temas como interoperabilidade, *Web* semântica, *Linked Data* e aplicações no controle de autoridade. A simulação foi executada de forma *online*, na própria ferramenta, não havendo a necessidade de *download* e instalação e pode ser visualizada na figura 4.

Figura 4: Grafo *Wikidata*



Fonte: Wikidata, 2025 (Grafo elaborado pelo autor)

Na simulação, foram escolhidos 3 ministros (entidades pessoas) do Supremo Tribunal Federal (STF): Luiz Fux, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Um ministro do STF geralmente é afiliado à outras instituições, como Universidades, e podem ser autores de livros ou de outras publicações, por exemplo. Por esse motivo, optou-se por utilizar na simulação, os ministros como entidades pessoas.

Para verificar as possibilidades de relacionamentos e indicação de atributos e propriedades, foram pesquisados dados complementares para criar os

relacionamentos. Para o ministro Luiz Fux, foi possível relacionar com uma obra de sua autoria: Processo Civil Contemporâneo, e com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na qual ele se formou e foi professor. Dessa forma, foi possível criar os relacionamentos <persona><obra> e <persona><agente coletivo>. Para o ministro Lewandowski, foi feita a relação <persona><agente coletivo>, tendo a Universidade de São Paulo (USP) como agente coletivo na qual ele obteve o seu título de mestre e doutor e foi professor da mesma instituição. Para a ministra Rosa Weber, o mesmo relacionamento foi criado, <persona><agente coletivo>, sendo o STF o agente corporativo central que liga os 3 ministros.

Com essa simulação, é possível extrair dados mais específicos, identificar e descobrir novas informações sobre as entidades e suas relações, por meio da contextualização, atendendo às tarefas dos usuários apresentadas no modelo. Caso o usuário deseje saber, por exemplo, quais ministros do STF também são professores da USP ou quais ministros também publicaram livros e quais são eles, é possível chegar a essa granularidade de dados, algo que com o formato de catalogação tradicional, se torna mais complexo de ser feito. Assim, evidencia-se a importância de declarar nomes e identificadores como entidades e não como atributos, conforme preconizado pelo FRAD.

2.1.4 *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*

Ainda que não seja o foco desta pesquisa, é importante contextualizar as iniciativas que contribuíram para a construção do modelo da catalogação atual e futura. Assim, da mesma forma que o FRAD surgiu para ampliar as possibilidades de descrição e relacionamentos dos dados de autoridades, verificou-se a necessidade de desenvolver um modelo para os dados de autoridade de assunto. Assim, em 2010 foi publicado o FRSAD, resultado dos estudos do *Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR). Esse modelo trouxe duas entidades novas, são elas:

- *Thema*: compreendida como qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra; (IFLA, 2010).
- *Nomen*: qualquer signo ou sequência de signos, pelo qual um *Thema* é conhecido, referenciado ou tratado como. (IFLA, 2010).

Segundo Melo e Brascher (2014, p. 8),

o foco do modelo FRSAD é a modelagem das entidades que representam tematicamente uma obra sob o ponto de vista dos usuários, de forma independente de qualquer domínio do conhecimento, sistema de organização do conhecimento ou aplicação em contexto específico, a fim de promover o uso e o compartilhamento internacional dos dados de autoridade assunto.

Além da introdução de novas entidades, o modelo trouxe uma nova tarefa do usuário: “explorar”, que permite que o usuário explore os relacionamentos entre os assuntos e/ou suas denominações.

2.1.5 IFLA Library Reference Model (LRM)

O IFLA LRM surge com a proposta de solucionar as inconsistências dos três modelos da família FR: FRBR, FRAD e FRSAD, criando um modelo conceitual único coerente e adequado às novas demandas do usuário. Como exemplos de inconsistências encontradas, destaca-se a definição da entidade “pessoa”, que no FRBR é considerada como um indivíduo (real, vivo ou morto) e no FRAD, é considerada como indivíduo, *persona* ou identidade adotada por um indivíduo ou um grupo, incluindo personagens fictícios. Outro exemplo é sobre a modelagem do “nome”, que no FRBR é um atributo, no FRAD é uma entidade e já no FRSAD é parte de uma entidade maior denominada “nomen” (Oliver, 2018).

De acordo com o relatório final da IFLA (Riva; Le Bouef; Žumer, 2017, p. 11),

o desenvolvimento de um modelo consistente e consolidado exigiu uma nova visão de todos os modelos, o que também ofereceu a oportunidade de incorporar os conhecimentos adquiridos desde suas publicações iniciais por meio de pesquisas com usuários e experiência no trabalho com os modelos. Para cada elemento do modelo (tarefas do usuário, entidades, atributos, relacionamentos), as definições FRBR, FRAD e FRSAD existentes foram analisadas em paralelo, buscando alinhá-las com base nos significados pretendidos e, em seguida, desenvolver generalizações. As tarefas do usuário foram examinadas primeiro, pois forneceram um foco e um escopo funcional para o restante das decisões de modelagem. As entidades foram os próximos elementos avaliados e, depois os relacionamentos e os atributos alternadamente.

O IFLA LRM traz as seguintes tarefas dos usuários:

- Encontrar: Reunir informações/recursos de interesse, resultado de uma pesquisa;
- Identificar: Confirmar que a entidade encontrada é de fato a entidade pesquisada ou distinguir entre duas ou mais instâncias com características semelhantes.
- Selecionar: Escolher dentre os recursos encontrados àqueles que atendem à necessidade do usuário;
- Obter: Acessar o conteúdo do recurso;

- Explorar: Descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los. “O usuário pode navegar, relacionar um recurso a outro, estabelecer conexões inesperadas ou familiarizar-se com os recursos disponíveis para uso futuro” (Riva; Le Bouef; Žumer, 2017).

De acordo com Arakaki (2020), as tarefas do usuário do IFLA LRM são elencadas de acordo com as necessidades do usuário final, e não nas operações da biblioteca. Adicionalmente, a autora assinala que não há uma ordem na execução das tarefas e pondera que “o processo de busca, aquisição e compreensão do recurso é iterativo e pode ser tangencial a qualquer momento, ou seja, o usuário pode identificar e selecionar ao mesmo tempo” (Arakaki, 2020, p. 167).

Com a consolidação das tarefas do usuário da família FR pelo IFLA LRM, ampliou-se o escopo relacionado ao processo de busca e da recuperação da informação. No Quadro 1 é possível visualizar as diferentes tarefas do usuário dos quatro modelos.

Quadro 1: Tarefas do usuário: FRBR, FRAD, FRSAD, IFLA LRM

FRBR	FRAD	FRSAD	IFLA LRM
Encontrar Identificar Selecionar Obter	Encontrar Identificar Contextualizar Justificar	Encontrar Identificar Selecionar Explorar	Encontrar Identificar Selecionar Obter Explorar

Fonte: O autor (2025).

Por meio do Quadro 1, evidencia-se que o IFLA LRM manteve as tarefas do FRBR, adicionou a tarefa Explorar do FRSAD e removeu as tarefas relacionadas aos criadores do registro do FRAD: Contextualizar e Justificar, não diferenciando, assim, os tipos de usuários como usuários finais ou como criadores dos registros. Essa exclusão não impacta necessariamente o escopo do processo de busca e da recuperação da informação, visto que o IFLA LRM ampliou as entidades e suas possibilidades de relacionamentos e atributos. Dessa forma, por meio dessa ampliação, o usuário consegue saber o contexto no qual um nome de uma pessoa foi escolhido e a justificativa dessa escolha, caso a agência catalogadora tenha disponibilizado essas informações.

Nessa perspectiva, Machado e Zafalon (2020, p. 96) complementam, afirmando que:

No IFLA LRM não há diferença entre dados tradicionalmente armazenados em registros bibliográficos ou de coleções e dados tradicionalmente

armazenados em registros de autoridade de nome e de assunto, visto que todos esses dados são entendidos como informação bibliográfica. Assim como nos três modelos anteriores, entidades, atributos, relacionamentos e tarefas de usuários são, marcadamente, as bases nas quais o novo modelo se organizou.

O IFLA LRM traz as entidades *Res*, obra, expressão, manifestação e item; pessoa e agente coletivo, subordinados à entidade agente; *nomen*, lugar e intervalo de tempo. A seguir, foram retirados trechos do Relatório da IFLA (Riva; Le Bouef; Žumer, 2017, p. 21), que definem de forma mais didática cada entidade:

- *Res*: “coisa” em latim; usada para referir-se a coisas e conceitos materiais ou físicos; tudo o que é considerado relevante para o universo bibliográfico.
- Obra: criação intelectual ou artística que está por trás de todas as expressões da obra;
- Expressão: combinação de sinais de qualquer forma ou natureza (inclui sinais visuais, auditivos ou gestuais) destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico identificáveis como tais; a forma intelectual ou artística específica que uma obra adquire cada vez que é “realizada”.
- Manifestação: conjunto de todos os suportes que supostamente compartilham as mesmas características do conteúdo intelectual ou artístico e aspectos da forma física; o conjunto é definido pelo conteúdo geral e pelo plano de produção para seu suporte ou suportes;
- Item: um ou vários objetos que carregam sinais destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico; um item é, em muitos casos, um único objeto físico, mas em outros casos, um item pode consistir em várias peças ou objetos físicos.
- Agente: uma entidade capaz de ações deliberadas, de cessão de direitos e de ser responsabilizada por suas ações;
- Pessoa: um ser humano individual; inclui pessoas que vivem ou presume-se que tenham vivido; Figuras consideradas fictícias não são instâncias da entidade pessoa;
- Agente coletivo: uma reunião ou organização de pessoas com um nome específico e capaz de atuar como uma unidade; inclui famílias, instituições comerciais ou corporativas e outros organismos legalmente

registrados, organizações e associações, grupos musicais, artísticos ou de atuação, governos e qualquer uma de suas subunidades;

- *Nomen*: uma associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela; associada a qualquer denominação (isto é, combinação de sinais) utilizada para se referir a uma instância de qualquer entidade encontrada no universo bibliográfico com essa entidade;
- Lugar: uma extensão de espaço determinada; relevante em um contexto bibliográfico; uma construção cultural; uma identificação humana de uma área geográfica ou extensão do espaço; O lugar como uma extensão do espaço é diferente dos órgãos governamentais que exercem a jurisdição nesse território. O governo responsável por um território é um agente coletivo.
- Intervalo de tempo: é um período que pode ser identificado especificando seu início e fim; a duração resultante pode ser associada a ações ou ocorrências durante esse intervalo de tempo.

Arakaki (2020) apresenta uma comparação detalhada entre as entidades dos quatro modelos conceituais, que pode ser visualizada no Quadro 2.

Quadro 2: Comparação entre as entidades: FRBR, FRAD, FRSAD e IFLA LRM

FRBR	FRAD	FRSAD	IFLA LRM
Obra: uma distinta criação intelectual ou artística.	Obra: uma distinta criação intelectual ou artística. (como no FRBR)	Obra: uma distinta criação intelectual ou artística. (como no FRBR)	Obra: uma distinta criação intelectual ou artística.
Expressão: realização intelectual ou artística de uma 'Obra' na forma alfanumérica, musical ou notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou outra forma de combinação.	Expressão: realização intelectual ou artística de uma 'Obra' na forma alfanumérica, musical ou notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou outra forma de combinação. (como no FRBR)	-	Expressão: uma combinação específica de sinais que transmitem conteúdo intelectual ou artístico
Manifestação: a personificação física da Expressão e da Obra.	Manifestação: a personificação física da Expressão e da Obra. (como no FRBR)	-	Manifestação: Um conjunto de todos os suportes que supostamente compartilham as mesmas características do conteúdo intelectual ou artístico e aspectos da forma física. Esse conjunto é definido pelo conteúdo geral e pelo plano de produção para seu suporte ou suportes.

Item: um único exemplar de uma 'Manifestação'.	Item: um único exemplar de uma 'Manifestação'. (como no FRBR)	-	Item: Um ou vários objetos que carregam sinais destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico
-	-	-	Agente: uma entidade capaz de ações deliberadas, de cessão de direitos e de ser responsabilizada por suas ações.
Pessoa: um indivíduo.	Pessoa: um indivíduo ou uma pessoa ou uma identidade estabelecida ou adotada por um indivíduo ou grupo.	-	Pessoa: um ser humano individual.
-	-	-	Agente coletivo: uma reunião ou organização de pessoas com um nome específico e capaz de atuar como uma unidade.
-	Família: duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil ou situação legal semelhante, ou que de outra forma se apresentam como uma família.	-	* Família: poderá ser utilizada como uma subclasse de 'Agente coletivo'
Entidade Coletiva: uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organizações agindo como uma unidade.	Entidade Coletiva: uma organização ou grupo de pessoas e/ou organizações identificadas por um nome particular agindo como uma unidade.	-	* Entidade coletiva: poderá ser utilizado como uma subclasse de 'Agente coletivo'
-	-	<i>Thema</i> : qualquer entidade usada como um assunto de um trabalho.	<i>Res</i> : qualquer entidade no universo do discurso.
Conceito: uma noção ou ideia abstrata.	Conceito: uma noção ou ideia abstrata (como no FRBR)	-	-
Objeto: uma coisa material.	Objeto: uma coisa material (como no FRBR)	-	-
Evento: uma ação ou ocorrência.	Evento: uma ação ou ocorrência (como no FRBR)	-	-
Lugar: uma localização.	Lugar: uma localização (como no FRBR)	-	Lugar: uma extensão de espaço determinada.
-	-	-	Intervalo de tempo:

			uma extensão temporal que possui um início, um fim e uma duração.
-	Nome: um personagem, palavra ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma entidade é conhecida.	<i>Nomem</i> : qualquer sinal ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos, som etc.) que um <i>Thema</i> é conhecido por, referido para, ou endereçado como.	<i>Nomem</i> : uma associação entre uma entidade e uma designação.
-	Identificador: um número, código, palavra, frase, logotipo, dispositivo etc., ou seja, associado a uma entidade. Serve para diferenciar essa entidade de outras, dentro do domínio em que o identificador é atribuído.	-	* Identificador: poderá ser utilizado como uma subclasse de ' <i>Nomen</i> '
-	Ponto de acesso controlado: um nome, termo, código, entre outros, sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado.	-	* Ponto de acesso controlado: poderá ser utilizada como uma subclasse de ' <i>Agente coletivo</i> '
-	Regras: um conjunto de instruções relativas à formulação e/ou registro dos pontos de acesso controlados.	-	-
-	Agência: uma organização responsável por criar e modificar um ponto de acesso controlado.	-	-

Fonte: Arakaki (2020, p. 168)

De acordo com Padron (2019, p. 120),

o modelo IFLA LRM, sucessor do FRBR, já nasce com o objetivo de facilitar a publicação de dados bibliográficos na Web de dados. Além de compatibilizar os modelos anteriores da família FRBR, o LRM simplificou os modelos e empregou um maior nível de generalidade/abstração. O novo modelo manteve as entidades OEMI e suas relações e removeu as delimitações entre os grupos de entidades, tratando recurso, assunto e autoridades como dados bibliográficos de uma forma geral.

É importante ressaltar que, ainda que o modelo IFLA LRM tenha mantido as entidades Obra, Expressão, Manifestação e Item (Grupo 1 do FRBR), há algumas diferenças em suas definições, conforme apontado por Arakaki (2020) no Quadro 2. Além de duas novas entidades: "Local" e "Intervalo de tempo", a entidade "Agente" foi classificada como uma superclasse e passou a incorporar as entidades "Pessoa" e "Agente coletivo" e a entidade "*Thema*", presente no FRSAD, foi renomeada para

“Res”, e passou a ser uma superclasse de todas as entidades do IFLA LRM. Outra modificação foi em relação a entidade “*Nomen*”, que passou a se referir a uma instância da superclasse “Res”. (Arakaki, 2020).

Assim, evidencia-se que a família FR e o modelo IFLA LRM trouxeram, na teoria, uma perspectiva inovadora para a catalogação. Com a possibilidade de relacionamentos e com a aplicação prática no cenário da *Web* semântica e *Linked data*, sempre com foco no usuário em seu comportamento na busca pela informação. Os modelos da família FR serviram como alicerce para a criação da estrutura do RDA Original, que, em 2015, estava substancialmente alinhado com os 3 modelos (Oliver, 2021).

No entanto, visto que os três modelos foram elaborados de forma independente e propostos por grupos distintos e em diferentes períodos, e que, somado aos avanços tecnológicos, verificou-se a necessidade de readequação e de consolidação dos três modelos em um único modelo consistente, o que resultou na criação do IFLA LRM.

Nesse contexto, iniciou-se em 2017, o *Project RDA 3R (RDA Toolkit Restructure and Redesign)* e em 2020, o RDA Oficial é relançado em um formato mais flexível e moderno e compatível com o modelo IFLA LRM (RDA STEERING COMMITTEE, 2021).

Na seção seguinte, será explorado o contexto contemporâneo da catalogação e suas características.

2.2 CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DA CATALOGAÇÃO

Para descrever o contexto contemporâneo da catalogação, será utilizada a definição de Castro:

[...] uma área de conhecimento teórico-aplicada-tecnológica e especializada, advinda do domínio bibliográfico, com a finalidade de descrever uma obra/recurso/entidade, dados e informações, responsável pela modelagem de sistemas interconectados por atributos de representações construídos e codificados, a partir de regras e padrões internacionalmente aceitos, garantindo a unicidade da entidade e multidimensionando sua forma de acesso e de recuperação, primando pela efetiva comunicação do usuário com o ambiente informacional e potencializada para outros domínios do conhecimento. (Castro, 2020, p. 123).

Com a definição de Castro (2020), entende-se que a catalogação contemporânea deve continuar baseada em regras e padrões internacionais, principalmente para manter a descrição de recursos de forma consistente e permitir a

interoperabilidade entre eles e outro recursos, viabilizando a publicação de dados bibliográficos em ambientes de dados conectados.

É nesse sentido que o RDA foi pensado, criado e vem sendo desenvolvido. Na seção seguinte, serão abordadas suas principais características.

2.2.1 *Resource Description and Access (RDA)*

O RDA é um “pacote de elementos de dados, recomendações e instruções que permite a criação de metadados bem estruturados para recursos de bibliotecas e de instituições de patrimônio cultural de acordo com modelos internacionais” (RDA STEERING COMMITTEE, 2021). Tendo como base modelos conceituais e seguindo os princípios de catalogação *Statement of International Cataloguing Principles* (ICP) da IFLA, foi concebido para o ambiente digital, podendo ser utilizado em vários contextos, tanto em ambientes tradicionais quanto em ambientes de dados conectados (*Linked data*). Somado a isso, o RDA tem como proposta otimizar e enriquecer a catalogação de objetos digitais e possibilitar a interoperabilidade, além de trazer outros benefícios, principalmente em relação à recuperação da informação.

Svenounius (2000, p. 66) sinaliza que “os documentos digitais abrem a possibilidade de uma desconstrução radical do registro bibliográfico.” Desse modo, conforme mencionado, na década de 1990 iniciam-se os estudos de modelos conceituais para descrição de registros bibliográficos, que deram origem ao RDA.

De acordo com Padron (2019, p. 82):

com o aumento da complexidade dos sistemas de informação tornou-se necessário o desenvolvimento de modelos que facilitassem o entendimento do usuário em relação aos sistemas sem expor informações mais técnicas de implementação. [...] Mylopoulos (1992) define modelagem conceitual como “a atividade de descrever formalmente alguns aspectos do mundo físico e social, com o propósito de entendimento e comunicação”. Os modelos conceituais, produtos da atividade de modelagem conceitual, são feitos para serem usados por humanos, não por máquinas. A adequabilidade de um modelo conceitual está em sua contribuição para a construção de modelos da realidade que promovam um entendimento comum dessa realidade entre seus usuários humanos.

Nessa perspectiva, Padron (2019) adiciona que o IFLA LRM é um modelo de representação do conhecimento para o domínio bibliográfico e tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da representação da informação. Para Cavalheiro e Arakaki (2023), ao tratar sobre os modelos conceituais da família FR, que antecederam e serviram como base para a criação do IFLA LRM, afirmam que outro fator que levou à necessidade de elaboração do IFLA-LRM, e também teve impacto

nos planos de atualização da RDA, foi a percepção de que a própria estrutura dos modelos precisava ser repensada para buscar uma aproximação com as mudanças no contexto da *Web*, especialmente com os princípios do *Linked data*. (Cavalheiro; Arakaki, 2023, p. 16).

Oliveira e Castro (2022, p. 1) complementam sobre a implementação do IFLA LRM pelo RDA, afirmando que:

A categoria em que se observa de maneira mais explícita a implementação do IFLA LRM pelo RDA é a ontológica, referente à representação formal do universo de coisas que existem em um dado domínio, e que também o IFLA LRM exerce um papel de intermediário, que possibilita a integração cada vez maior dos dados bibliográficos em RDA no universo maior de dados da Web Semântica e Linked Data.

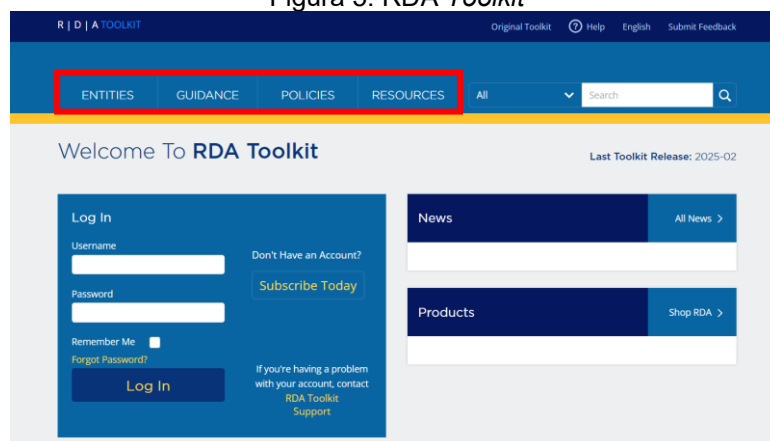
O RDA foi desenvolvido para permitir que a informação possa ser compartilhada, processada e reutilizada em outros contextos e pode ser acessado por meio do *RDA Toolkit*, mediante assinatura anual, e funciona como uma coleção de elementos de dados, com funcionalidades de *links* entre as entidades e elementos e apresenta um menu principal para facilitar a navegação e a exploração.

Com a reestruturação do RDA Original e a publicação do RDA Oficial em 2020, Arakaki e Arakaki (2023, p. 2) assinalam que

o RDA Oficial está alinhado à sua natureza, como um vocabulário de dados e não a um código de catalogação, conforme a literatura da área o denominava. Bem como, traz o RDA Oficial associado aos princípios de conexão de dados, o *Linked data*, com a possibilidade de sustentabilidade e interoperabilidade dos dados advindos dos registros de catalogação e de outras bases de dados.

O *RDA Toolkit* está dividido em quatro grupos ou abas principais: *Entities*, *Guidance*, *Policies* and *Resources* (Entidades, Diretrizes, Políticas e Recursos) (destacados na Figura 5) e foi redesenhado como uma ferramenta *Web* organizada como uma coleção de elementos de dados (Oliver, 2021).

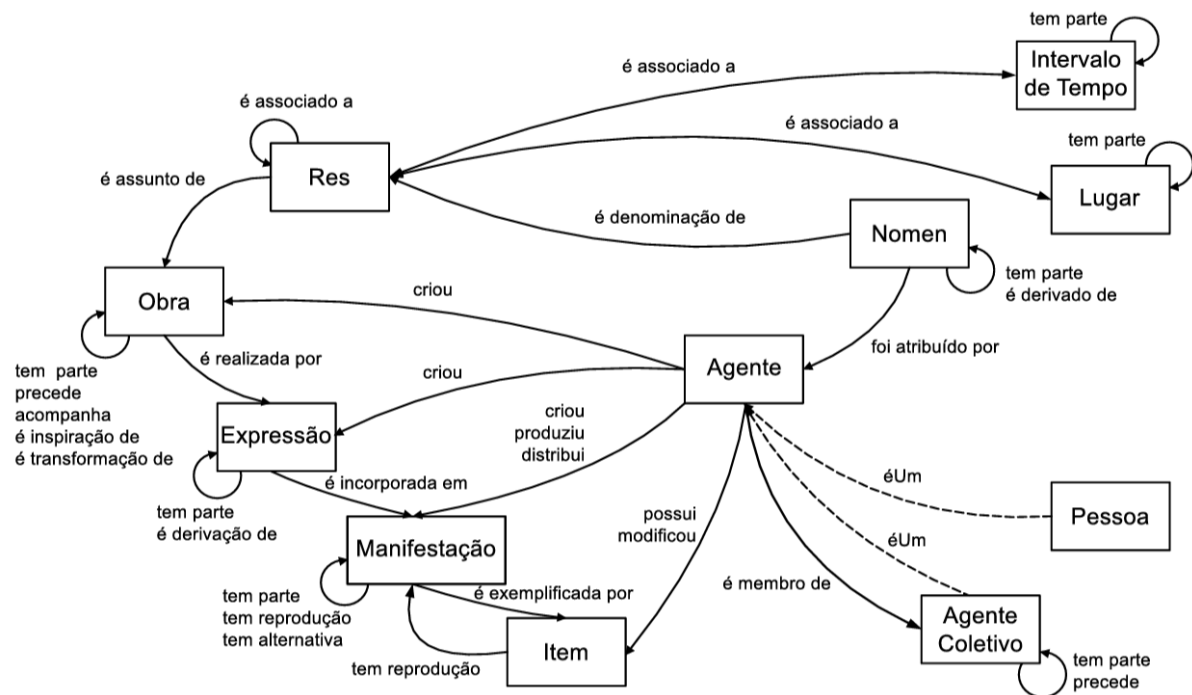
Figura 5: *RDA Toolkit*



Fonte: RDA STEERING COMMITTEE (2025).

As entidades do RDA são categorizadas de acordo com os objetos ou coisas que os usuários desejam encontrar em um catálogo ou sistema e estão organizadas na ordem recomendada pelo IFLA LRM (Figura 6).

Figura 6: Entidades e relacionamentos IFLA LRM



Fonte: Riva; Le Boeuf e Žumer (2017, p. 88)

As entidades do RDA são divididas/hierarquizadas da seguinte forma:

- Entidade RDA: Uma classe abstrata de objetos conceituais chave no universo do discurso humano que são um foco de interesse para usuários de metadados RDA em um sistema para descoberta de recursos. Uma Entidade RDA engloba todas as outras entidades mais específicas do RDA: agente, agente pessoa, agente coletivo, família, entidade corporativa, obra, expressão, item, manifestação, nomen, lugar e intervalo de tempo.
 - Obra: Uma criação intelectual ou artística distinta, ou seja, o conteúdo intelectual ou artístico.
 - Expressão: Uma realização intelectual ou artística de uma obra na forma alfanumérica, musical ou notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento etc., ou qualquer combinação de tais formas. O

termo expressão pode referir-se a: uma expressão individual; uma parte de uma expressão; uma expressão agregadora.

- Manifestação: A incorporação física da expressão de uma obra.
- Item: Um único exemplar ou instância de uma manifestação.
- Agente: Uma entidade que é capaz de ações deliberadas, de receber direitos e de ser responsabilizada por suas ações. Um agente inclui um agente coletivo e uma pessoa.
 - Pessoa: Um agente que é um ser humano individual que vive ou se supõe que tenha vivido.
 - Agente coletivo: Um agente que é uma reunião ou organização de duas ou mais pessoas que leva um nome particular e que é capaz de atuar como uma unidade. Um agente coletivo se subdivide em instituição corporativa e família.
 - Entidade coletiva: Um agente coletivo que é composto por pessoas que estão organizadas para um propósito ou atividade comum.
 - Família: O agente coletivo é composto por pessoas que estejam relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união estável ou situação jurídica similar, ou que de outra forma se apresentem como uma família.
- *Nomen*: Associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela.
- Lugar: Uma determinada extensão do espaço.
- Intervalo de tempo: Um intervalo de tempo finito. (RDA STEERING COMMITTEE, 2021, tradução nossa).

As principais diferenças em relação às entidades do IFLA LRM são:

A entidade de nível superior em LRM (res) não é usada no RDA. Em vez disso, a entidade RDA é uma entidade subtipo de RES que se limita ao conjunto de entidades definidas na RDA, ao invés de todas as coisas ou entidades no universo do discurso humano. A entidade RDA é uma entidade supertipo de todas as outras entidades da RDA. O Agente Coletivo da Entidade LRM foi subdividido em subtipos de entidade no RDA (família e instituição corporativa) com a finalidade de estender o LRM para fornecer atributos específicos desses tipos de agente coletivo e relacionamentos específicos relevantes para eles. (RDA STEERING COMMITTEE, 2021, tradução nossa).

Especificamente sobre a entidade Agente, o RDA adota a mesma hierarquia da entidade Agente do IFLA LRM, declarando-a uma entidade supertipo (superclasse), com os subtipos (subclasses) Pessoa e Agente Coletivo (Oliveira; Castro, 2022).

Para cada entidade, são apresentadas, além da definição e do escopo, as instruções preliminares para orientar o usuário, tais como: Pré-registro; Descrição mínima; Descrição efetiva ou de fato; Limite da entidade; Registro e Elementos. Os elementos são utilizados para descrever as entidades e abrangem os atributos (valores) e os relacionamentos.

Desse modo, de acordo com Arakaki e Arakaki (2023, p. 13), “o RDA Oficial fornece um conjunto de entidades para a criação de metadados que aderem aos princípios e objetivos do pacote de elementos de dados”, que são divididos em quatro métodos de registro:

I) realizar a descrição de forma não estruturada, ou seja, apresentar a informação conforme aparece no recurso; II) optar pela descrição estruturada, ou seja, estabelecer pontos de acesso controlado; III) descrever um recurso a partir de identificadores estabelecidos por uma instituição externa ou local ou IV) utilizar o identificador de recurso internacionalizado (IRI) estabelecido no contexto do Linked Data. (Arakaki; Arakaki, 2023).

Na aba Diretrizes, é possível acessar as seções que contém aspectos específicos do RDA, tais como: Introdução ao RDA, Agregados, Perfis de Aplicação, Obras diacrônicas, Cenários de aplicação do RDA, Métodos de registro e outros conceitos e instruções importantes para guiar o usuário.

A aba Políticas traz as políticas específicas da Biblioteca Britânica (*British Library Policy Statements*), da Biblioteca e Arquivos do Canadá (*Library and Archives Canada Policy Statements*), do Programa de Catalogação Cooperativa da Biblioteca do Congresso Americano (*Library of Congress and Program for Cooperative Cataloging Policy Statements*), as melhores práticas da Associação de Bibliotecas de Música (*Music Library Association Best Practices*) e da Biblioteca Nacional da Nova Zelândia (*National Library of New Zealand Policy Statements*), que servem para complementar as diretrizes do RDA.

Na aba Recursos, é possível encontrar o Glossário do RDA, *Schemas* de codificação de vocabulário, Recursos comunitários, Histórico de Revisão e *links* para o RDA e a AACR2.

Na próxima seção serão abordados os conceitos e as características do controle de autoridade e os aspectos inerentes às entidades pessoas.

3 CONTROLE DE AUTORIDADE

O controle de autoridade visa representar em um ponto de acesso todas as possíveis formas de entrada e de dados associados às pessoas, famílias, entidades coletivas, títulos ou assuntos, ampliando a consistência e as possibilidades de recuperação da informação e de intercâmbio em um catálogo. Com a sua adoção, é possível minimizar as inconsistências na recuperação e recuperar em uma única busca todas as formas variantes de um nome ou assunto, por exemplo, mesmo que estejam com a grafia errada, possuam sinônimos ou sejam conhecidos por outros nomes ou termos. (Herrero Pascual, 1999).

O registro de autoridade de pessoas e entidade coletivas, baseado principalmente no código de catalogação AACR2, é formado geralmente pelo ponto de acesso autorizado e padronizado do nome da pessoa ou da entidade coletiva e é complementado com remissivas (formas variantes do nome) e notas adicionais sobre a autoridade e as fontes consultadas. O conjunto dos registros de autoridades formam um catálogo de autoridade.

O catálogo de autoridade complementa o catálogo bibliográfico, possibilitando a recuperação da informação de forma mais completa, confiável e consistente. Além disso, ao utilizar um ponto de acesso autorizado para padronizar um nome de pessoa ou entidade coletiva, além de favorecer o usuário em suas pesquisas, contribui para economizar o tempo e esforço do catalogador ao estabelecer o cabeçalho cada vez que uma obra de um mesmo autor ou relacionada à mesma entidade coletiva é catalogada. (Assumpção, 2015).

Para Assumpção (2018, p. 36), o controle de autoridade é

um estado alcançado em um catálogo quando os pontos de acesso são utilizados consistentemente, ou seja, quando um ponto de acesso autorizado representa uma única entidade e quando uma entidade é representada por apenas um ponto de acesso autorizado. O controle de autoridade é alcançado mediante os procedimentos agrupados sob o termo trabalho de autoridade; entre estes procedimentos estão a criação de dados de autoridade a partir da definição de pontos de acesso autorizados, não autorizados e relacionados com vistas à criação e a gestão de registros, arquivos e sistemas de autoridade.

Com o RDA e com o desenvolvimento das Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC), o registro de autoridade de agentes inclui elementos essenciais e opcionais, o que permite ampliar as possibilidades de identificação de pessoas e definir um ponto de acesso autorizado ou variante. Nesse sentido, “é possível a utilização de recursos que permitam a recuperação das formas variantes pelas quais

um autor possa ser conhecido ou acessado, ainda que representado por uma forma padrão". (Salgado, 2015, p. 21).

Pelayo e Blanco (2002) *apud* Salgado (2015, p. 77) complementam destacando quatro objetivos principais do controle de autoridade, são eles:

- (a) unificar os pontos de acesso idênticos, contudo expressos de forma distinta;
- (b) diferenciar pontos de acesso distintos que podem ser identificados da mesma maneira (homônimos);
- (c) converter o catálogo da biblioteca em uma teia de relações que permita ao usuário mover com segurança de formas variantes para as formas autorizadas relacionadas mediante um sistema de referência;
- (d) orientar o usuário, mediante notas explicativas, a uma classe, categoria ou grupo de pontos de acesso que podem melhorar a sua busca por informações no catálogo.

A Figura 7 representa um registro de autoridade de nome de pessoa extraído da Biblioteca Nacional do Brasil, em formato MARC de autoridade, onde o campo 100 representa o ponto de acesso autorizado, o campo 400 a remissiva e o 670 a fonte consultada, que justificam a escolha dos pontos de acesso, com informações adicionais sobre a entidade catalogada.

Figura 7: Registro de autoridade em formato MARC

000	00498nz	a2200169o	4500
001	000191251		
003	Br		
005	20180711122522.0		
008	100092 acnnaab	a aaa d	
024	7_	a http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4746162Z8	2 Currículo Lattes
035	_	a 100092713104398E18	
040	_	a Br c Br f Br b por	Ponto de acesso autorizado
100	1	a Lewandowski, Enrique Ricardo, d 1948-	Remissiva
400	1	a Lewandowski, Ricardo d 1948-	
670	_	a Autor de: Proteção dos direitos humanos., 1984.	
670	_	a https://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Lewandowski 11/07/2018 b (nasceu no Rio de Janeiro, 11 de maio de 1948 ; jurista e magistrado brasileiro. É ministro do Supremo Tribunal Federal)	Fonte positiva dos dados
670	_	a https://authorities.loc.gov/ 11/07/2018	
670	_	a CNPq 11/07/2018 b (possui graduação em ciências políticas e sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; graduação em direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; mestrado em Relações Internacionais - Tufts University/Havard)	
675	_	a Acc. list., 75-84 april a Cab. unif. nomes a Delta a Brasil e bras. hoje	
913	_	a 101060418085244167	

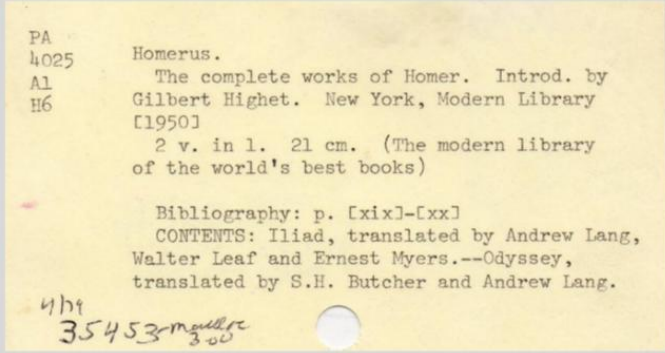
Fonte: Adaptado da Biblioteca Nacional (2024).

Esse registro pode ser importado por qualquer biblioteca que deseja incorporá-lo à sua base de autoridades local, por exemplo. No entanto, o formato MARC21, não permite que o usuário explore por completo as funcionalidades propostas pelo cenário tecnológico vigente da catalogação, dentre as quais, conforme já mencionado, destacam-se a descoberta de recursos informacionais e os relacionamentos entre os registros e entidades, internos e externos. Na próxima subseção discorre-se sobre alguns problemas inerentes ao controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto contemporâneo.

3.1 CONTROLE DE AUTORIDADE E SUAS LACUNAS

Na Figura 8 é possível visualizar uma ficha catalográfica datilografada do livro *The complete works of Homer*, o mesmo registro utilizando o AACR2 e um registro de um livro similar utilizando o RDA.

Figura 8: Ficha catalográfica x Registro em AACR2 x Registro em RDA



PA
4025
A1
H6

Homerus.
The complete works of Homer. Introd. by
Gilbert Highet. New York, Modern Library
[1950]
2 v. in 1. 21 cm. (The modern library
of the world's best books)

Bibliography: p. [xix]-[xx]
CONTENTS: Iliad, translated by Andrew Lang,
Walter Leaf and Ernest Myers.--Odyssey,
translated by S.H. Butcher and Andrew Lang.

417
35453-m

FICHA CATALOGRÁFICA - AACR2

- Datilografada
- Catálogo físico
- Entrada principal pelo autor: **Homerus**
- Usa abreviações (p. ; cm ; v.)
- Apresenta várias entidades pessoas, sem a possibilidade de relacionamentos.

001		1284
005		20110707123531.0
008		110707s1935 nyu# ### #000 0#eng#d
040		\$a BR-BRNB \$c BR-BRNB
080		\$a 875
090		\$a 875 \$b H766.YL \$e =20 \$d M
100	1	\$a Homero
245	1 4	\$a The complete works of Homer : \$b The Iliad and the odyssey / \$c the Iliad done into Engl Leaf, Ernest Myers; the Odyssey done into English prose by S. H. Butcher and Andrew Lang.
260		\$a New York : \$b Modern Library \$c [1935].
300		\$a xii, 464 p. ; \$c 18 cm
650	0 4	\$a Literatura grega
	0 4	\$a Literatura clássica
	0 4	\$a Mitologia grega

LDR	nam a22001933 4500
001	001722926
003	Uk
005	20181123120711.0
008	881004[1616] enk eng
040	ja Uk jc Uk jd Uk
1000	ja Homer.
24010	ja Odyssey. English. Complete Text
24510	ja Homer's Odysseys. Translated according to ye Greeke by Geo. Chapman.
264 1	ja London : [b Imprinted by Rich: Field, for Nathaniell Butter, [c [1616?]
300	ja 376 pages ; [c (folio)
336	ja text [2 rdacontent
337	ja unmediated [2 rdamedia
338	ja volume [2 rdacarrier
340	lm folio [2 rdabf
500	ja The titlepage is engraved. Another issue of pt. 2 of "The Whole Works of Homer", entered above.
585	ja Copy at C.123.k.2. Exhibited: "Discovering literature: Romanticism and Victorians" (online), 20 February 2014-. [5 Uk

REGISTRO EM AACR2 - MARC21

- Digitado
- Catálogo digital
- Entrada pelo autor: **Homero** no campo 100
- Usa abreviações (p. ; cm)
- Apresenta várias entidades pessoas, sem a possibilidade de relacionamentos.

REGISTRO EM RDA - MARC21

- Digitado
- Catálogo digital
- Entrada pelo autor: **Homer** no campo 100
- Não usa abreviações (pages, volume)
- Novos campos 336, 337, 338
- Apresenta várias entidades pessoas, sem a possibilidade de relacionamentos.

Fontes: Uzwyszyn (2017); UNB (2021); British Library (2022)

Com esse exemplo, apesar da descrição mais enriquecida e das possibilidades de intercâmbio de dados, verifica-se que a apresentação dos resultados em formato MARC21, mesmo utilizando o RDA, segue formato similar ao da ficha catalográfica: linear, monolítico e estático, isto é, os dados não interagem entre si e nem com fontes externas. As principais diferenças entre o registro que utiliza o RDA em sua descrição

e os anteriores, é a não utilização de abreviações e a presença de três novos campos do MARC: 336, 337, 338, que representam dados sobre o tipo de conteúdo.

Outro destaque da Figura 8 é a variação do nome do autor: Homerus, Homero, Homer. Os três nomes representam a mesma pessoa, mas foram escritos de forma diferente e não foram apontadas remissivas para as variantes em nenhum dos registros, o que pode gerar inconsistências na recuperação da informação. Assim, evidencia-se a importância do controle de autoridade na descrição, na recuperação e na identificação da informação.

Em relação ao MARC21, Salgado (2015, p. 162) assinala que:

Apesar de sua estrutura complexa e com certa flexibilidade, principalmente no que concerne a incorporação de novos campos e subcampos, o MARC não permite estabelecer uma rede de relacionamentos horizontais e verticais, hierárquicas, como previsto pelos modelos conceituais. Para Serra (2013), o MARC apresenta uma representação horizontal, sem vínculos entre os registros, o que dificulta a descrição bibliográfica em um contexto digital, inviabilizando o conceito de navegabilidade preconizado no FRBR e FRAD, por exemplo. Obstante o acréscimo de vários campos ao MARC, tanto bibliográfico como autoridade, para acomodar as necessidades impostas pelo uso da norma RDA, esses campos ainda não permitem que o usuário final possa identificar as relações existentes entre registros e autoridades, bem como, permitir que essas ligações possam ser feitas de forma transparente pelo usuário durante a busca por recursos informacionais no catálogo bibliográfico.

Nesse sentido, Smith-Yoshimura (2020) complementa destacando que o MARC21 foi criado para replicar os metadados presentes em uma ficha catalográfica e que é restrito apenas ao ambiente bibliográfico, onde apenas os bibliotecários e os sistemas de bibliotecas entendem os dados, não interagindo com outros domínios. Dunsire, Fritz e Fritz (2020) corroboram afirmando que os métodos de armazenamento e registro de dados baseados em sistemas MARC são limitados e impedem a aplicação e a assimilação dos novos modelos de metadados, além de não prover a possibilidade de navegar entre as entidades. Por esse motivo, estudos que contemplam apenas linguagens e formatos pertencentes ao cenário bibliográfico como recurso ou objeto de pesquisa, faz com que os resultados continuem restritos ao próprio domínio da Biblioteconomia, o que, de certa forma, limita a discussão e aplicação dos preceitos da catalogação no modelo entidade-relacionamento em outros domínios.

Na tentativa de preencher essa lacuna e atender aos requisitos da catalogação neste novo cenário, a *Library of Congress* (LC) iniciou, em 2012, os estudos para a

criação do modelo *Bibliographic Framework* (BIBFRAME), que visa substituir o MARC21, mas que ainda não há previsão de conclusão (Library of Congress, 2024).

Dessa forma, faz-se necessário trazer novas perspectivas em relação ao controle de autoridade de nomes de pessoas, pois os benefícios esperados ao se adotar os preceitos no contexto atual não estão apenas na descrição em si, mas também, nas possibilidades de interoperabilidade entre os recursos descritos e favorecer a descoberta e a identificação da informação pelo usuário. Além disso, o controle de autoridade amplia a consistência dos pontos de acesso de um catálogo ou base bibliográfica e poderia ser, da mesma forma, aproveitada por outros domínios.

A ausência de controle e de informações adicionais sobre as entidades pode gerar ambiguidades na recuperação, trazer resultados imprecisos e homônimos na busca, o que impacta diretamente na confiabilidade e na qualidade da informação recuperada. Castro e Santos (2014) corroboram com essa premissa afirmando que a falta de padrões adequados para representar e descrever recursos em meio digital gera dificuldade na recuperação dessa informação.

Diversos estudos levantados na revisão de literatura que abordam o tema do controle de nomes de pessoas, indicam inconsistências no registro e na recuperação deste tipo de entidade, por exemplo, as pesquisas de Romanetto (2017), Rosado (2019), Jin e Kudeki (2019) e Cruz (2022). Coyle (2007) e Niu (2013) adicionam que, além das inconsistências, há algumas fragilidades no controle de autoridade tradicional em relação à utilização de qualificadores para diferenciação dos nomes, como data de nascimento e morte, por exemplo, que não permitem de fato identificar o agente descrito e ao depender do nome da pessoa, não ajuda o usuário a diferenciá-la em um catálogo.

É importante destacar que em algumas áreas do conhecimento ou em outros contextos não bibliográficos, a recuperação da informação transcende o aspecto técnico, baseado nas regras e nas diretrizes da catalogação e do controle de autoridade do universo bibliográfico. A recuperação imprecisa de nomes de pessoas, por serem homônimos e por possuírem outros dados similares e a falta de mecanismos adequados para identificá-las, pode gerar danos físicos, morais e materiais, por exemplo, prisões equivocadas, trocas de prontuários ou cirurgias em pacientes errados.

A título de exemplo e constatação de inconsistências na recuperação de nomes de pessoas em um domínio não bibliográfico, foi feito um teste no sistema de busca

de jurisprudência do STF com nomes de autores renomados da área do Direito. A escolha da base do STF se deu principalmente pela facilidade de busca no sistema, que oferece diversos filtros e recursos avançados, inclusive a busca livre pelo nome ou qualquer termo, o que permite otimizar a coleta e a análise dos dados.

Os nomes foram escolhidos dentre os nomes homófonos (que possuem a mesma fonética, mas são escritos de forma diferentes), baseado na pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) (Vianna; Carvalho; Burgos, 2018), onde os magistrados de primeiro grau apontaram os autores mais lembrados e as obras mais utilizadas por eles ao fundamentarem as suas decisões. Nomes homófonos apresentam maior probabilidade de erros de grafia e consequentemente impactam na recuperação da informação. No Quadro 3 são apresentados os autores escolhidos.

Quadro 3: Autores escolhidos dentre os mais lembrados pelos magistrados de primeiro grau

Ada Pellegrini Grinover
Celso Antônio Bandeira de Mello
Cezar Roberto Bitencourt
Fredie Souza Didier Júnior
Guilherme de Souza Nucci
Hely Lopes Meirelles
Luiz Guilherme Marinoni
Nelson Nery Júnior
Humberto Theodoro Júnior
Theotonio Negrão

Fonte: O autor (2025)

Antes de realizar as pesquisas na base do STF, foi necessário definir as *strings* de busca, englobando diversas possibilidades para identificar as possíveis inconsistências. As pesquisas foram realizadas no dia 15 de maio de 2025 utilizando o nome do autor de registro por extenso e em formato referência bibliográfica (Sobrenome, Nome) no campo de pesquisa livre, que busca em todos os campos. Somado a isso, para cada autor, foi realizada a pesquisa com os nomes não autorizados (ou não oficiais). Todos os termos foram buscados utilizando as aspas para recuperação do termo completo e para evitar termos soltos na ementa ou no texto completo da decisão. No Quadro 4 são apresentadas as *strings* utilizadas para cada autor e os resultados encontrados para cada *string*, divididas por Decisões Monocráticas (DM) e Acórdãos (AC).

Quadro 4: *Strings* de busca de cada autor e resultados

<i>String (Nome autorizado)</i>	DM	AC	<i>Strings (Nomes não autorizados)</i>	DM	AC
Ada Pellegrini Grinover	1315	106	Ada Pelegrini	24	26
Grinover, Ada Pellegrini	198	502	Ada Pelegrine	0	0
			Grinover, Ada Pelegrini	11	15
			Ada Pelegrini Grinover	14	12
Celso Antônio Bandeira de Mello	1140	123	Celso Antônio Bandeira de Melo	25	1
Mello, Celso Antônio Bandeira de	182	487	Celso Antônio Bandera de Melo	0	0
			Celso Antônio Bandera de Mello	0	0
			Melo, Celso Antônio Bandeira	0	0
Cezar Roberto Bitencourt	529	77	Cesar Roberto Bitencourt	23	5
Bitencourt, Cezar Roberto	109	360	Bitencourt, Cesar Roberto	18	8
Fredie Souza Didier Júnior	2	1	Freddie Didier Júnior	0	0
Didier Júnior, Fredie Souza	0	1	Fred Didier Júnior	0	0
Fredie Didier Júnior	45	0	Fredie Sousa Didier Júnior	0	0
Didier Júnior, Fredie	32	53	Fredie Souza Didier Jr.	0	1
			Fred Diddier Júnior	0	0
			Fredie Didier Jr.	327	7
			Júnior, Fredie Souza Didier	0	0
			Júnior, Fredie Didier	15	2
Guilherme de Souza Nucci	1511	14	Guilherme de Souza Nuci	0	0
Nucci, Guilherme de Souza	592	1037	Guilherme de Sousa Nucci	2	0
Nucci, Guilherme	693	1067	Guilherme Nuci	0	0
Hely Lopes Meirelles	2192	181	Hely Lopes Meireles	73	2
Meirelles, Hely Lopes	442	519	Heli Lopes Meirelles	0	0
			Meireles, Hely Lopes	5	10
Luiz Guilherme Marinoni	1029	17	Luis Guilherme Marinoni	0	0
Marinoni, Luiz Guilherme	1328	339	Luiz Marinoni	1	0
			Marinoni, Luis Guilherme	0	0
Nelson Nery Júnior	1038	98	Nelson Neri Júnior	0	2
Nery Júnior, Nelson	84	228	Nery Jr.	51	23
			Júnior, Nelson Nery	32	125
			Nelson Neri	6	3
Humberto Theodoro Júnior	1158	41	Humberto Teodoro Júnior	24	3
Theodoro Júnior, Humberto	25	170	Teodoro Júnior	46	15
			Theodoro Jr.	16	4
			Júnior, Theodoro	0	0
			Júnior, Humberto Theodoro	6	10
Theotonio Negrão	280	212	Teotonio Negrão	1	13
Negrão, Theotonio	11	14	Negrão, Teotônio	0	0

Fonte: O autor (2025)

A partir dos resultados encontrados, foi possível constatar diferenças significativas de acordo com a forma que a *string* é utilizada. Mesmo utilizando o nome do autor de forma autorizada, há diferenças nos resultados quando se utiliza o termo por extenso ou em formato de referência (sobrenome, nome). O formato de referência parece ser mais preciso no que diz respeito a recuperação das citações das obras dos autores escolhidos, mas ainda assim, não há como contabilizar de fato ou identificar a quantidade de citações de determinado autor nas decisões do STF. Esse cenário pode se agravar em outros sistemas de busca de jurisprudência de outros tribunais.

Evidencia-se que além da falta de um padrão para a citação de autores na jurisprudência, há diversas inconsistências nos nomes dos autores pesquisados. Ao realizar as pesquisas utilizando diferentes formas dos nomes, diversas decisões são recuperadas mesmo quando os nomes estão com a grafia errada. Somado a isso, é importante ressaltar que muitos dos autores definidos na pesquisa, também atuam como advogados ou possuem outros papéis dentro de uma decisão judicial, portanto faz-se necessário utilizar mecanismos para o controle e identificação desses papéis.

Dessa forma, a adoção do controle de autoridade de acordo com a catalogação no contexto atual pode minimizar as questões apontadas, visto que, com a atribuição de identificadores únicos na descrição de uma entidade pessoa, somado aos relacionamentos com outras entidades, ampliam-se as possibilidades de identificação desta entidade. Na figura 9, é possível visualizar um exemplo de uma descrição de um autor baseado nesse contexto. Foi utilizado o autor “Fredie Sousa Didier Júnior”. O autor é tratado como entidade, possui um identificador persistente e, além da visualização amigável do registro, apresenta possibilidade de incluir uma foto, das remissivas com os nomes variantes e da ligação com suas publicações; alguns metadados possuem relacionamentos com outros sistemas de gestão de identidade, que permitem identificar o autor de forma inequívoca.

Figura 9: Registro de autoridade de nome de pessoa de acordo com o contexto atual



Fredie Souza Didier
Júnior

Metadados ID Identificador persistente https://repositorio/?post_type=tnc_col_2532_item&p=45653 ID Nome Fredie Souza Didier Júnior ID Variantes do nome Freddie Didier Júnior; Fred Didier Júnior; Fredie Sousa Didier Júnior; Fredie Souza Didier Jr.; Fred Diddier Júnior; Fredie Didier Jr.; Júnior; Fredie Didier Mini Currículo Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (graduação, mestrado e doutorado). Diretor Geral da Faculdade Baiana de Direito. Professor do Mestrado Profissional da Faculdade Baiana de Direito. Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1998), mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2002), doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), pós-doutorado na Universidade de Lisboa (2009) e livre-docência na Universidade de São Paulo (2012). Membro da Academia de Letras da Bahia, do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual, da International Association of Procedural Law, da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo. Sócio do escritório de advocacia Didier Sodré e Rosa Advocacia e Consultoria. (Fonte: Lattes)	Curriculo Lattes http://lattes.cnpq.br/3021268770189132 ORCID https://orcid.org/0000-0001-9870-7191 Google Acadêmico https://scholar.google.com/citations?hl=pt-BR&user=FzAkRIQAAAAJ VIAF https://viaf.org/en/viaf/16591535 Publicações Ações constitucionais Benefício da justiça gratuita Procedimentos especiais, tutela provisória e direito transitório Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais
--	---

Fonte: O autor (2025)

Ainda que seja uma atividade onerosa para uma biblioteca, conforme mencionado, a utilização do controle de autoridade traz diversos benefícios, tanto para os usuários quanto para os bibliotecários. Para os usuários, além da precisão na recuperação e da possibilidade de obter informações adicionais sobre um autor ou entidade coletiva, o controle de autoridade facilita e otimiza as buscas no catálogo, isso porque, com uma única busca, é possível recuperar os itens de determinado autor, mesmo que ele tenha vários pseudônimos, por exemplo. Para os bibliotecários, o controle de autoridade otimiza os processos de descrição e acelera as operações, visto que é possível utilizar e reutilizar o mesmo registro de autoridade para novas obras de autores já catalogados localmente ou em catálogos externos.

Por outro lado, Coyle (2007) pontua que, além da complexidade e do alto custo para se manter o controle de autoridade no âmbito bibliográfico, o número de autores vem crescendo de forma exponencial, já que “todos nós nos tornamos criadores nessa era da informação” (Coyle, 2007, tradução nossa) e apresenta algumas características do controle de autoridade tradicional de nomes de pessoas que, na sua visão, não são funcionais:

- 1) o uso de datas para diferenciar características não é uma tarefa simples para os catalogadores que criam o registro de autoridade
- 2) o uso de datas para diferenciar características não ajuda os usuários
- 3) o cabeçalho do nome não é um identificador legítimo porque pode mudar.

Para justificar, Coyle (2007) cita o exemplo de um usuário buscando o autor “Fitzgerald, Michael” em um catálogo e se deparando com os seguintes resultados:

Fitzgerald, Michael
 Fitzgerald, Michael, 1768-1831
 Fitzgerald, Michael, 1859-
 Fitzgerald, Michael, 1918-
 Fitzgerald, Michael, 1937-
 Fitzgerald, Michael, 1946-
 Fitzgerald, Michael, 1955-
 Fitzgerald, Michael, 1955 June 11-
 Fitzgerald, Michael, 1957-
 Fitzgerald, Michael, 1958-
 Fitzgerald, Michael, 1959-
 Fitzgerald, Michael, 1970-
 FitzGerald, Michael A.
 etc.

E conclui que apenas o próprio “Michael Fitzgerald” ou seus familiares mais próximos poderiam identificá-lo nessa lista. Portanto, além do tempo e do esforço gasto pelos catalogadores para encontrar as datas de nascimento e de morte do autor em outras fontes, essa forma de apresentar os dados nem sempre ajuda o usuário a identificá-lo. Desse modo, a autora sugere que a visualização de uma nuvem de

autores conectados por áreas do conhecimento ou por livros relacionados ou afiliação institucional, seria mais útil para o usuário e declara que “neste cenário de abundância de autores, nomes não são significativos sem algum contexto” (Coyle, 2007). Na próxima subseção são abordadas as tendências do controle de autoridade.

3.2 CONTROLE DE AUTORIDADE E TENDÊNCIAS

Com o avanço da tecnologia no contexto atual da catalogação, o cenário descrito vem sofrendo modificações no que se refere principalmente à coleta e à disponibilização dos dados. Com a utilização de identificadores únicos em conjunto com outros atributos de uma entidade, a catalogação contribui para o enriquecimento da descrição e, conseqüentemente, na recuperação e na descoberta de outras informações sobre este item e de itens e entidades relacionados.

Em 2003, Tillett (2003, p. 34, tradução nossa) já visualizava essa transição, quando trouxe a seguinte reflexão:

Estamos passando de um arquivo de autoridade independente de uma única instituição, ou mesmo de arquivos compartilhados online, para o objetivo de compartilhar arquivos de autoridade em todas as comunidades [...] permitindo ao usuário escolher a forma de exibição, gerar automaticamente formas variantes (invertidas, em ordem direta, abreviadas, etc.; na verdade alguns sistemas já oferecem essa possibilidade) e vinculá-las a outros recursos da Internet, incluindo objetos digitais (alguns sistemas também podem fazer isso), ferramentas de consulta e outras ferramentas em uma futura web semântica.

Com a adoção de modelos conceituais no contexto da catalogação, o que resultou na criação e no desenvolvimento do RDA, o cenário descrito por Tillett vem se consolidando no decorrer dos anos. Desse modo, em 2020, foi publicado o relatório “*Transitioning to the Next Generation of Metadata*”, que sintetiza as pesquisas de seis anos do grupo “*OCLC Research Library Partners Metadata Managers Focus Group*” sobre a próxima geração de metadados e os impactos que essa transição pode gerar nos dados bibliográficos e nos serviços de bibliotecas. A seguir são apresentados os principais resultados do relatório e aspectos mais específicos sobre a Gestão de Identidade.

De acordo com Smith-Yoshimura (2020), um dos desafios para as bibliotecas e para os bibliotecários é a adaptação aos novos modelos propostos. A forma com que a informação bibliográfica é tratada e abordada atualmente, na qual apenas os bibliotecários e os sistemas de bibliotecas entendem os dados, tende a se tornar obsoleta em breve. É necessário que estes dados se transformem em novas

estruturas e que possam ser reutilizados em ambientes de dados conectados no futuro, isto é, fora do domínio das bibliotecas.

Com o surgimento do RDA, a autora afirma que o foco passa a ser nos dados e os profissionais e as bibliotecas passam a ter um estímulo para que possam se adequar em direção à contextualização desses dados, tornando as informações mais compreensíveis para os usuários e para as máquinas (Smith-Yoshimura, 2020).

As principais tendências apresentadas e discutidas no relatório foram divididas de acordo com as seguintes seções:

- 1) A transição para dados vinculados e identificadores: expandindo o uso de identificadores persistentes como parte da mudança de "controle de autoridade" para "Gestão de Identidade";
- 2) Descrever as coleções "de dentro para fora" e "facilitadas": desafios na criação e gerenciamento de metadados para recursos únicos criados ou com curadoria de instituições em vários formatos e compartilhados com consórcios;
- 3) Evolução de "metadados como serviço": maior envolvimento com a criação de metadados além do catálogo da biblioteca tradicional;
- 4) Preparação para as necessidades futuras de recursos humanos: a mudança do cenário exige novos conjuntos de habilidades necessárias para os novos profissionais que entram na área e catalogadores experientes. (Smith-Yoshimura, 2020, p. 10, tradução nossa).

Outra dificuldade apontada pelo relatório é a questão da desambiguação dos nomes. Mesmo com o avanço da tecnologia, dos algoritmos de diferenciação baseados em sequência de caracteres (*strings*), por exemplo, ainda há a necessidade de revisão manual dos dados. Essa forma de registrar os dados de autoridades também está em transição, onde o “controle de autoridade” e os “pontos de acesso autorizados” estão migrando para a “Gestão de Identidade”. Essa mudança traz novas perspectivas para a área. A “Gestão de Identidade” permite descrever as entidades (obra, pessoas, entidades coletivas e lugares, por exemplo) e estabelecer os relacionamentos e ligações entre eles. Um identificador único pode estar associado a vários atributos agregados, o que permite a distinção de uma entidade para a outra. (Smith-Yoshimura, 2020).

Wiederhold e Reeve (2021, p. 21, tradução nossa) complementam afirmando que,

enquanto o controle de autoridade é focado principalmente em gerenciar o acesso às entidades, autorizando uma forma específica de um nome, título ou conceito, a Gestão de Identidade prioriza atribuir identificadores únicos a uma única entidade em detrimento à diferenciação de nomes. O movimento em direção aos dados conectados e à Web Semântica amplia e expande o papel do controle de autoridade de determinar simplesmente os pontos de

acesso usados na descrição bibliográfica a um processo de criação e gestão de entidades e suas relações com outras entidades.

O relatório aponta a expansão do uso de identificadores únicos como a principal tendência na transição dos metadados atuais para aplicações futuras. Os arquivos de autoridade se concentram na "forma preferencial" de um nome, que pode variar dependendo do idioma, disciplina, contexto e intervalo de tempo, o que muitas vezes restringe as possibilidades de recuperação e interoperabilidade dos dados. Um identificador único poderia resolver essas questões (Smith-Yoshimura, 2020).

Um exemplo de solução nesse contexto é o agregador de autoridade *Virtual International Authority File* (VIAF), que coleta autoridades estabelecidas de vários bancos de dados de autoridade em todo o mundo. Os dados são registrados por bibliotecas nacionais e instituições culturais de vários países e são combinados em um identificador único (*cluster*), preservando as preferências regionais de idioma, ortografia e linguagem (OCLC, 2022). A Figura 10 apresenta um registro do autor “Fredie Souza Didier Júnior”, no qual constam os países/instituições que compõem o registro, o identificador VIAF ID, a URL permanente, as variantes do nome e outras abas que complementam o registro que podem ser ampliadas para verificar suas publicações e suas correlações com outros autores, por exemplo, dentre outras possibilidades.

Figura 10: Registro VIAF

Didier Jr., Fredie (Didier Junior)

Didier Junior, Fredie

Didier Junior, Fredie, 1974-

Fredie Souza Didier J÷nior advogado brasileiro

VIAF ID: 16591535 (Personal)

Permalink: <http://viaf.org/viaf/16591535>

Preferred Forms ^

	100 1	àa Didier Jr., Fredie àq (Didier Junior)
	100 1	àa Didier Junior, Fredie
	100 1	àa Didier Junior, Fredie
	100 1	àa Didier Junior, Fredie
	100 1	àa Didier Junior, Fredie, àd 1974-
	100 0	àa Fredie Souza Didier J÷nior àc advogado brasileiro

4xx's: Alternate Name Forms (9)		^
400 1	‡a Didier Jr, Fredie 	
400 1	‡a Didier Junior, Fredie 	
400 0	‡a Fredie Souza Didier Junior ‡c avokat brazilian 	
400 0	‡a Fredie Souza Didier Júnior ‡c Brazilian lawyer 	
400 0	‡a Fredie Souza Didier Júnior ‡c abogado brasileiro 	
400 0	‡a Fredie Souza Didier Júnior ‡c abogáu brasilanu 	
400 0	‡a Fredie Souza Didier Júnior ‡c advocat brasiler 	
400 0	‡a Fredie Souza Didier Júnior ‡c avocat brésilien 	
400 1	‡a Junior, Fredie Didier 	
Works		▼
Selected Co-authors		▼
Countries and Regions of Publication (2)		▼
Publication Statistics		▼

Fonte: VIAF (2025).

Um exemplo no âmbito acadêmico é o *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID), ferramenta que agrupa em um só registro, quatro características fundamentais de um trabalho acadêmico: publicação, repositório, catálogo de biblioteca e pesquisadores. O ORCID fornece um identificador digital persistente (um ID ORCID) que o próprio usuário controla e que diferencia um pesquisador do outro, como visto na Figura 11.

Figura 11: Exemplo de um registro no ORCID


<https://orcid.org/0000-0001-9870-7191>


[Mostrar resumo dos registros](#)

Dados pessoais

Nenhuma informação pessoal disponível

Atividades
[Expandir tudo](#)

▼ Emprego (1)
 [Classificar](#)

Universidade Federal da Bahia: Salvador, BA, BR

2004-10-01 a presente | Professor Associado (Direito Público)
Emprego

[Exibir mais detalhes](#)

Fonte:  Fredie Didier Junior

> Educação e qualificações (1)
 [Classificar](#)

▼ Trabalhos (5)
 [Classificar](#)

Processo estrutural e justiça multiportas

Suprema - Revista de Estudos Constitucionais
2024-12-26 | Artigo
DOI: [10.53798/suprema.2024.v4.n2.a365](https://doi.org/10.53798/suprema.2024.v4.n2.a365)
CONTRIBUIDORES: Fredie Didier Junior; Leandro Fernandez

Fonte:  Crossref

precedentes no sistema brasileiro de justiça multiportas

Boletín Mexicano de Derecho Comparado
2024-06-18 | Artigo
DOI: [10.22201/mj.24484873e.2023.168.18868](https://doi.org/10.22201/mj.24484873e.2023.168.18868)
CONTRIBUIDORES: Fredie Didier Jr.; Leandro Fernandez

Fonte:  Crossref

Fonte: ORCID (2025)

O *International Standard Name Identifier* (ISNI), é um padrão da *International Organization for Standardization* (ISO) que é utilizado para identificar pessoas e organizações envolvidas em atividades criativas usadas por bibliotecas, editoras, bases de dados e organizações de direitos autorais do mundo todo (ISNI, 2025). A Figura 12 apresenta a tela de pesquisa do ISNI. Ao pesquisar pelo nome “Fredie Souza Didier Júnior” não foi encontrado nenhum registro. Assim, utilizou-se como exemplo o ministro do STF “Luís Barroso”. Os resultados apresentados não correspondem com o registro do ministro (Figura 12).

Figura 12: Tela de pesquisa do ISNI

Search Database

The screenshot shows the ISNI search interface. At the top, there's a search bar with 'Luís Barroso' entered. Below the search bar, there are two results listed:

1. Barroso, Luís (1967-...) Salazar, Caetano e o "reduto branco": a manobra político-diplomática de Portugal na África austral, 1951-1974
2. Barroso, Luís (1963-) The problems and the controls of the new administrative state of the EU

On the left side, there are filters for 'Type of identity' (Person (2)), 'Creation class', 'Creation role', and 'Source count'. The 'Person (2)' filter is selected.

Fonte: ISNI (2025).

Para encontrar o registro é necessário digitar o nome “Luís Roberto Barroso”, o que demonstra a necessidade de ajustes na ferramenta e na descrição (Figura 13). Além disso, como o nome “Fredie Souza Didier Júnior” não foi encontrado, evidenciase que a cobertura do ISNI é mais restrita do que outros sistemas de gestão de identidade, como o VIAF e o ORCID, por exemplo.

Figura 13: Tela de resultados do ISNI

The screenshot shows the ISNI search results page for 'Luís Roberto Barroso'. The search bar at the top contains 'Luís Roberto Barroso'. Below the search bar, there is a single result listed:

1. Luís Roberto Barroso

On the left side, there are filters for 'Type of identity' (Person (2)), 'Creation class', 'Creation role', and 'Source count'. The 'Person (2)' filter is selected.

The main content area displays the following information:

- ISNI:** 0000 0000 3679 6422
- Name:** Barroso, L. R. Barroso, Luís Roberto
- Dates:** born 1955-05-11
- Creation class:** article
- Creation role:** author
- Related names:** Barroelios, Ana Paula de Gonçalves Pereira, Jane Reis Melo, Humberto Laport de Sarmento, Daniel Souza Neto, Cláudio Pereira de Tiburcio, Carmen
- Titles:** Agências reguladoras : Constituição, transformações do Estado e legitimidade democrática; Algumas questões sobre a extração no direito brasileiro; Americanization of Constitutional Law and its Paradoxes, The : Constitutional Theory and Constitutional Jurisdiction in the Contemporary World; Constituição e tratados internacionais : alguns aspectos da relação entre direito internacional e direito interno; dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial; A interpretação e aplicação da constituição fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora; nova interpretação constitucional, A : ponderação, direitos fundamentais e relações privadas; O controle de constitucionalidade no direito brasileiro : exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência; ILSA JOURNAL OF INTERNATIONAL AND COMPARATIVE LAW
- Contributed to or performed:** Associated Group: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Yale Law School naf
- Notes:** Associated Language: His O direito constitucional e a ... 1907 l.p. (Luís Roberto Barroso; professor adjunto de direito constitucional da UERJ; master of law pela Yale Law School; procurador do Estado do Rio de Janeiro) O controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 2004 l.p. (Luís Roberto Barroso) back flap (b. Mar. 11, 1958 in Vassouras, Estado do Rio de Janeiro)
- Sources:** VIAF SUDOC LONACO NTA ZETOC

Fonte: ISNI (2025).

Sistemas de gestão de identidade como o ORCID, o VIAF ou o ISNI (Dagher; Soufi, 2021), possuem peculiaridades que fazem com que os dados fiquem, de certa forma, restritos a um domínio específico. Assim, é importante destacar que a escolha de um ou de vários identificadores a serem utilizados, vai depender da necessidade institucional ou do usuário final e da riqueza dos dados. De acordo com o relatório:

nenhum identificador único de pessoa cobre todos os casos de uso. Os nomes dos pesquisadores foram apenas parcialmente representados nos arquivos de autoridade nacional de nomes que identificam pessoas vivas e mortas. Uma quantidade considerável de nomes legados é representada apenas por sequências de caracteres (*strings*) em registros bibliográficos. Os registros de autoridade são criados apenas por instituições envolvidas no *Name Authority Cooperative Program* (NACO) do PCC ou em programas de bibliotecas nacionais. Mesmo assim, os registros de autoridade são criados seletivamente para determinados títulos ou, às vezes, apenas quando as referências estão envolvidas. (Smith-Yoshimura, 2020, p. 5, tradução nossa).

Além do ORCID, VIAF, ISNI, o Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) coordenado pela Biblioteca do Congresso Americano, identificou diversas iniciativas que podem enriquecer os dados de autoridades e favorecer a sua adaptação ao movimento dos dados conectados, bem como serem úteis em outros contextos. Alguns exemplos são: *Wikidata*, *Wikipedia*, *AllMusic*, *Author and fan sites*, *Discogs*, *Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons, and Families (EAC-CPF)*, *Encoded Archival Description (EAD)*, *Family trees*, *GeoNames*, *GoodReads*, *Internet Movie Database (IMDb)*, *Internet Archive*, *Library Thing*, *LinkedIn*, *MusicBrainz*, *(ONline Information eXchange (ONIX)*, *Open Library* e *Scopus ID* (Smith-Yoshimura, 2020).

Essas iniciativas estão pautadas nas tendências apontadas pelo relatório, indo de encontro à publicação/transformação dos dados bibliográficos no formato *Linked Data*. Para Assumpção (2018, p. 70),

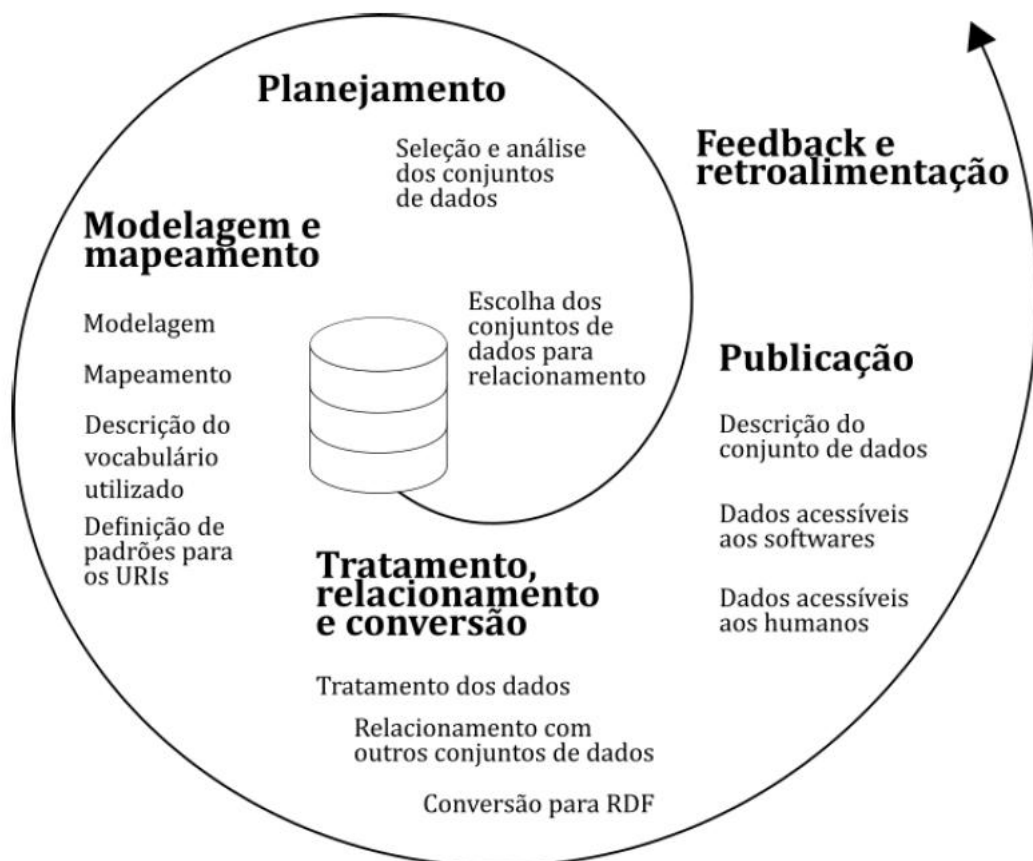
partindo dos conceitos de Web Semântica e de *Linked Data*, introduzidos na primeira década do século XXI, a Web tem hoje entre suas características a busca por tecnologias para o relacionamento e o reuso de dados através de distintos espaços. Neste contexto, surge uma demanda pela disponibilização de dados bibliográficos e de autoridade utilizando as tecnologias da Web Semântica e as práticas de *Linked Data*, de modo que os catálogos possam beneficiar-se do relacionamento e do reuso de dados e possam beneficiar, com seus dados, outros espaços e serviços de informação.

De acordo com Jesus e Castro (2019, p. 45), o *Linked Data* “propõe a ligação de dados representados em um formato padrão, a partir da utilização de links semânticos, da utilização de ferramentas e de práticas propostas pelo movimento” e deve seguir os seguintes princípios:

- 1) Use *Uniform Resource Identifier* (URIs) como nomes para as coisas;
- 2) Use *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP) URIs, para que as pessoas possam procurar esses nomes;
- 3) Utilize o padrão *Resource Description Framework* (RDF) para fornecer informações sobre os recursos; e
- 4) Inclua links para outros URIs, para que eles possam descobrir mais coisas (Berners-Lee, 2006).

Assumpção (2018) propõe em sua pesquisa um modelo para publicação de dados de autoridades como *Linked data*, que compreende as seguintes etapas: planejamento; modelagem e mapeamento; tratamento, relacionamento e conversão; publicação; e *feedback* e retroalimentação. O modelo e suas etapas podem ser visualizados na Figura 14.

Figura 14: Modelo para a publicação de dados de autoridade como *Linked Data*



Fonte: Assumpção (2018, p. 147)

Os desafios para a implementação do *Linked Data* em dados de autoridade, conforme discutido por Candela *et al.* (2017), estão relacionados principalmente à adaptação dos sistemas tradicionais de controle de autoridade para um modelo semântico e mais flexível.

Do ponto de vista da qualidade e interoperabilidade de dados, Jesus, Castro e Ramalho (2021) ressaltam que, embora os dados bibliográficos sejam tradicionalmente bem estruturados e padronizados, eles permanecem limitados ao domínio bibliográfico, conforme já mencionado. A publicação desses dados com o *Linked Data* oferece a vantagem de ampliar o uso por instituições fora desse domínio. No entanto, os autores chamam atenção para as bibliotecas que, sendo publicadoras de dados, devem seguir as recomendações do *World Wide Web Consortium (W3C)*, buscando a qualidade, a veracidade e a consistência dos dados, além de permitir a identificação das fontes e o controle de permissão de uso. Para isso, é importante que a comunidade bibliográfica desenvolva critérios que orientem sua atuação como consumidora de dados.

Em relação aos desafios técnicos da transição para o *Linked Data*, Schreur (2018) explica que, à medida que as bibliotecas adotam a arquitetura do *Linked Data*, a dependência da interpretação humana para associar corretamente os dados se torna um desafio crítico. Embora os metadados em MARC possam ser convertidos para o *Linked Data*, muitas relações inferidas não são mantidas nesse novo formato.

Além disso, como Silva, Serra e Santarem Segundo (2017) apontam, os recursos de *Linked Data* enriquecem os catálogos ao agregar informações complementares sobre os autores e obras, facilitando a contextualização e a descoberta de dados previamente desconhecidos.

Conforme sinalizado, o RDA pode contribuir nesse contexto. Dessa forma, na subseção seguinte, são abordadas as principais características do controle de autoridade de nomes de pessoas no RDA, bem como a discussão sobre algumas pesquisas nacionais relevantes nesse contexto.

3.3 CONTROLE DE AUTORIDADE DE NOMES DE PESSOAS NO RDA

Por ser o foco desta pesquisa, no Quadro 5 são detalhadas as instruções para a entidade agente pessoa.

Quadro 5: Instruções para entidade pessoa

Pré-registro	Descrição mínima	Descrição efetiva	Limite da entidade	Registro	Elementos
Esta entidade é um subtipo de entidade. Para uma descrição mais geral, use o supertipo de entidade: Agente	Uma descrição mínima de uma pessoa deve incluir pelo menos um dos seguintes elementos:	Registre os elementos considerados úteis para identificação e acesso.	O limite absoluto da entidade é determinado pelas características da entidade que refletem o mundo físico.	Descrição não estruturada: Registre uma descrição não estruturada como Pessoa: nome da pessoa.	• endereço da pessoa • informação biográfica • categoria de pessoa

Descreva uma instância de uma entidade registrando um conjunto de descrição de metadados que consiste em uma ou mais instruções de metadados usando um ou mais elementos atribuídos à entidade. Um elemento pode ser usado mais de uma vez. Use um ou mais métodos de registro para identificar ou rotular uma entidade. Use um método de registro para fornecer uma denominação ou IRI de uma entidade como valor de um elemento de relacionamento. Para obter orientação geral sobre dados bem formados e conformidade com RDA, consulte Orientação: RDA bem formado.	Pessoa: denominação de pessoa ou Pessoa: nome da pessoa ou Pessoa: nome preferido da pessoa ou Pessoa: ponto de acesso para pessoa ou Pessoa: ponto de acesso autorizado para pessoa ou Pessoa: identificador para pessoa		Registre uma nova instância da entidade quando ocorrer o seguinte: Há uma diferença significativa no valor de um ou mais dos elementos: Pessoa: data de nascimento Pessoa: data da morte Pessoa: local de nascimento Pessoa: local da morte Para obter orientação geral sobre os limites da entidade, consulte Orientação: Limites da entidade. Uma diferença significativa no valor de um ou mais outros elementos pode indicar um limite da entidade.	Para obter orientação geral sobre descrições não estruturadas, consulte Orientação: Métodos de registro. Descrição estruturada: Registrando uma descrição estruturada Para obter orientação geral sobre descrições estruturadas, consulte Orientação: Métodos de registro. Registrando um identificador Registre um identificador como Pessoa: identificador para pessoa. Para obter orientação geral sobre identificadores, consulte Orientação: métodos de gravação. Registrando um identificador. Registrando um IRI Registre um IRI para a entidade como um objeto do mundo real. Para obter orientação geral sobre IRIs, consulte Orientação: métodos de gravação. Gravação de um IRI.	• ramo de atividade da pessoa • Gênero • idioma da pessoa • nota da pessoa • profissão ou ocupação • entidade relacionada de pessoa • título ou honra ou cargo
--	--	--	--	---	--

Fonte: (RDA STEERING COMMITTEE, 2021, tradução nossa).

Grande parte dos estudos identificados na literatura, ainda que tragam contribuições para o cenário, são pautados apenas nos conceitos e na etapa da descrição em si. Além disso, os estudos que utilizam o RDA Oficial como ferramenta para o controle de autoridade de nomes de pessoas são escassos, grande parte utiliza o RDA Original. De toda forma, é importante trazer à tona as discussões e os

resultados encontrados pelas pesquisas, visto que, apesar das atualizações que o RDA Original sofreu, inclusive estruturais, a sua essência permanece a mesma, conforme apontado por Cavalheiro e Arakaki (2023, p. 23):

As adequações realizadas na RDA Projeto 3R para estruturas consoantes com o IFLA-LRM não foram de ruptura, mantendo a essência da RDA, sendo o principal foco em alterações nas entidades e relacionamentos, que precisaram ser alterados para que o IFLA-LRM se tornasse um modelo consistente e não uma mera junção dos modelos anteriores.

Alguns autores, como Salgado (2015), Santos (2021) e Cruz (2022) apresentam possíveis indicações de relacionamentos entre as entidades utilizando formatos como o MARC21, por exemplo, e outros, optaram, inclusive, pela não utilização do RDA ou de modelos conceituais como ferramenta para atingir seus objetivos de pesquisa, como Rosado (2019).

Com o objetivo de demonstrar “as relações existentes entre registros de autoridade do tipo pessoal e entidade coletiva e como estes relacionamentos podem ser descritos utilizando-se a RDA”, Salgado (2015, p. 17) justifica a utilização do RDA, pela ausência de instruções específicas em outras normas e regras de catalogação existentes e adiciona que “em sua maioria, as especificações apresentadas pelos códigos de catalogação relacionam-se à definição e escolha de autoria em obras e a forma a ser adotada para o ponto de acesso estabelecido.” (Salgado, 2015, p. 23). Já o RDA Original, segundo a autora, apresentava instruções específicas e ampliadas para a construção de registros de autoridade e pode preencher essa lacuna. Essas instruções permanecem no RDA Oficial.

A autora apresenta exemplos de registros de autoridade elaborados de acordo com as instruções do RDA Original, utilizando “Getúlio Vargas”, como entidade pessoa e os dois períodos em que foi Presidente da República, como entidade coletiva; e o termo “Arnaldo Antunes” como entidade pessoa e a banda Titãs, como entidade coletiva. Além disso, apresenta os registros das entidades pessoas “Julio Cesar de Mello” e “Souza e Malba Tahan”, com a intenção de descrever as relações entre nome verdadeiro e pseudônimo e como exemplo de entidade família, a autora utiliza as famílias “Orleans e Bragança” e “Schiirmann”. Já para exemplificar uma entidade coletiva, utilizou-se a autoridade “Museu de Arte de São Paulo”. A autora elaborou quadros, indicando os campos do MARC 21 para descrever as entidades de acordo com o RDA. O Quadro 6 apresenta o exemplo do registro da instância da entidade pessoa: “Getúlio Vargas”.

Quadro 6: Registro da entidade pessoa “Getúlio Vargas”

RDA ²⁵	MARC Tag	Campo MARC 21	Indicadores	Dado de autoridade
9.18	024	Outro Padrão de identificação	7 #	\$a 0000 0001 2099 9323\$2 ISNI
	040	Fonte de catalogação – Convenções de descrição	# #	\$e rda
9.3	046	Código Especial de datas	# #	\$f 1882 \$g 1954
9.2	100	Ponto de acesso – Nome pessoal	1 #	\$a Vargas, Getúlio \$d 1882-1954
9.10	370	Lugar associado	# #	\$a São Borja, Brasil \$b Rio de Janeiro, Brasil
9.15	372	Campo de atuação	# #	\$a político
9.16	374	Ocupação	# #	\$a presidente, político, advogado
9.7	375	Gênero	# #	\$a masculino
9.14	377	Idioma associado	# #	\$a por
9.5	378	Forma completa do nome	# #	\$q Getúlio Dornelles Vargas
9.2.3	400	Remissiva ver – Nome Pessoal	1 #	\$a Vargas, Getúlio Dornelles \$d 1882-1954
30.1	510	Remissiva ver também – Entidade Coletiva	1 #	\$a Brasil \$b Presidente (1930-1945 : Vargas)
30.1	510	Remissiva ver também – Entidade Coletiva	1 #	\$a Brasil \$b Presidente (1951-1954 : Vargas)
30.1	510	Remissiva ver também – Entidade Coletiva	1 #	\$a Rio Grande do Sul \$b Governador (1928-1930 : Vargas)
8.12	670	Fonte positiva de dados	# #	\$a Site Academia Brasileira de Letras, acesso em 02 de abril, 2015 \$b (Getúlio Dornelles Vargas nasceu no município gaúcho de São Borja, a 19 de abril de 1883. Faleceu a 24 de agosto de 1954 na cidade do Rio de Janeiro) \$u http://www.academia.org.br/abl/cqi/cqlua.exe/sys/start.htm?infoid=581&sid=335
8.12	670	Fonte positiva de dados	# #	\$a Site Senado Federal, acesso em 02 de abril, 2015 \$b (Presidente de Estado, 1928 a 1930; Presidente da República, 1930 a 1945; Presidente da República, 1951 a 1954) \$u http://www.senado.leg.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1718
8.12	670	Fonte positiva de dados	# #	\$a Wikipédia, acesso em 02 de abril, 2015 \$b (Getúlio Dornelles Vargas, São Borja, 19 de abril de 1882; Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954, foi um advogado e político brasileiro) \$u http://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlio_Vargas

Fonte: Salgado (2015)

De acordo com a proposta de Salgado (2015), os relacionamentos são indicados nos respectivos campos do MARC21, utilizando recursos de remissivas, mas não há possibilidade de navegar entre as entidades, que não interagem com registros internos ou externos e não permite a descoberta de mais informações sobre as entidades.

Com uma abordagem mais específica, utilizando a música como recurso informacional para apresentação de exemplos de descrição, Santos (2021) propõe em sua pesquisa “sistematizar as orientações e descrições apresentadas pelo VIAF e pelo RDA para a publicação dos dados de autoridade para artistas da música” (Santos, 2021, p. 16). Corroborando com Salgado (2015), a autora opta pela utilização do RDA Original, por ser um padrão adaptado ao cenário digital e que oferece mais detalhes para a descrição de pessoas físicas do que a AACR2. Com referencial teórico abordando temas como catalogação, modelos conceituais, RDA, dados de autoridade

no serviço VIAF e diretrizes do RDA para descrição de pessoa e entidade coletiva, a autora apresenta como resultado, exemplos de descrição do artista “Elton John” e da banda “Gorillaz”, baseados nas iniciativas do VIAF e RDA e no modelo proposto por Sánchez, Martínez e Rosales (2019), ilustrado no Quadro 7:

Quadro 7: Registro da entidade pessoa “Elton John” em VIAF e RDA

Metadados	Conteúdo de cada metadado
Nome completo	Reginald Kenneth Dwight
Outra designação associada à pessoa	<i>Rocketman</i>
Data associada à pessoa	1947
Título da pessoa	Sir Elton Hercules John
Local de nascimento	Pinner, Inglaterra
Local de morte	-
País associado à pessoa	Inglaterra
Local de residência	Inglaterra
Endereço da pessoa	https://www.eltonjohn.com/elton-john
Afiliação	<i>Rocket Music Entertainment Group e Elton John AIDS Foundation</i>
Língua da pessoa	Inglês
Campo de atividade da pessoa	Artista da Música
Profissão e ocupação	Cantor, compositor e produtor
Coautores selecionados	Bernie Taupin, Tim Rice e Gorillaz
Países e regiões de publicação	Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Espanha
Informações bibliográficas	Elton John, é um artista de <i>pop rock</i> britânico, que nasceu na cidade de Pinner na Inglaterra e recebeu o nome de Reginald Kenneth Dwight e adotou o nome de Elton John durante a sua adolescência, em que integrou uma banda chamada Bluesology. Ao seguir carreira solo, Elton se tornou um dos artistas mais aclamados, recebendo diversos discos de ouro, platina e vendeu milhões de discos ao redor do mundo.
Identificador para a pessoa	-
Visualização do registro	-

Fonte: Santos (2021)

Seguindo a mesma linha de Santos (2021) e Salgado (2015), Cruz (2022) justifica a adoção do RDA para sua pesquisa, principalmente pela possibilidade de ampliação da descrição dos agentes pessoas, que, diferentemente do AACR2, permite identificar o agente de forma mais consistente e enriquecida. Com o objetivo de “identificar as contribuições mais significativas do RDA para maior consistência no controle de autoridade de nome de pessoa local” (Cruz, 2022, p. 25), a autora apresenta um histórico detalhado sobre a catalogação e sobre o controle de autoridade e suas evoluções até o surgimento do RDA.

Por meio de um estudo de caso, a autora realizou um experimento de catalogação utilizando o controle de autoridade baseado no AACR2 e no RDA, em uma amostra formada por 95 pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para os registros criados com base no RDA, foram incluídas as etiquetas 024, 046, 370, 371, 372, 374, 375 e 377 do MARC 21, conforme o Quadro 8.

Quadro 8: Experimento de catalogação descritiva AACR2 x RDA

ROTEIRO PARA A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA			
Catálogo AACR2R		RDA	
Formato	MARC 21	Formato	MARC 21
• Família	Registros de autoridade	• Família	Registros de autoridade
• Campos	024 Outro identificador padrão 100 Nome Pessoal (R) 400 Remissiva (<i>ver</i>) 500 Remissiva (<i>ver também</i>) 670 Fonte de pesquisa 675 Fonte negativa	• Campos	024 Outro Identificador padrão 046 Datas especiais (R); 100 Nome pessoal (NR); 368 Outros atributos de pessoa (R); 370 Local Associado (R); 371 Endereço (R); 372 Campo de atividade (R); 373 Grupo associado (R); 374 Profissão ou Ocupação (R); 375 Gênero (R); 377 Idioma associado (R); 378 Forma completa do nome (NR); 400 Forma variante do nome 500 – Remissiva “ver também” – Nome pessoal (R) 670 Fonte de pesquisa 675 Fonte negativa 678 – Dados biográficos ou históricos (R)
Ambiente	Catálogo Pergamum UFMG Módulo teste	Ambiente	Catálogo Pergamum UFMG Módulo teste
Instrumentos	AACR2R (2002)	Instrumentos	RDA Toolkit

Fonte: Cruz (2022, p. 125)

Ao comparar o processo de controle de autoridade entre a AACR2 e o RDA Oficial, Cruz (2022) identifica as seguintes diferenças:

- Pontos de acesso – o RDA não limita a quantidade de entrada de autores como o AACR2, que só permite três.
- Atributos – a possibilidade de descrever e detalhar as entidades por meio dos atributos traz diversos benefícios para a recuperação e identificação das entidades pessoas.
- Relacionamentos – o RDA traz as possibilidades de relacionamentos entre as entidades, incluindo elementos como o Identificador persistente de nome de pessoa, que pode ser relacionado à outras entidades internas e externas ao catálogo.
- Novos campos do MARC21 para dados de autoridade – foi necessário ampliar as etiquetas para que o MARC21 pudesse se adequar às diretrizes de descrição baseado no RDA.

Além das dificuldades já mencionadas em relação a utilização do MARC21 na catalogação contemporânea, Cruz (2022) identifica que nem todos os dados registrados na descrição das autoridades, podem ser visualizados pelo usuário, o que demonstra, mais uma vez, certa incompatibilidade do formato com o novo cenário.

De maneira distinta em relação à escolha da ferramenta de descrição, Rosado (2019), ao propor um modelo de controle de autoridade de nomes de pessoas para a Biblioteca Digital do Ministério Público Federal (BDMPF), opta pela utilização do AACR2 para a construção do modelo. Dentre as justificativas, Rosado (2019)

menção que, no período que a pesquisa foi realizada, a seção do RDA Original que estabelecia os pontos de acesso ainda era algo bem recente e restrito: “o código não instrui sobre o estabelecimento de cabeçalhos de assunto [...] e as instruções para estabelecer autoridades de nomes só foi concluída recentemente. (Grings, 2015, p. 141 *apud* Rosado, 2019). E complementa, afirmando que a

adoção de um outro formato de descrição de nomes de pessoas poderia gerar ruídos à comunicação, além de requerer esforços desnecessários, uma vez que o padrão do AACR2 já é de conhecimento e prática bibliotecária, estando consolidado, no Brasil, entre os profissionais da informação. (Rosado, 2019, p. 65).

Conforme mencionado, por não existir um cenário propício para aplicação prática do controle de autoridade com base na catalogação contemporânea, a escolha da autora pelo AACR2 permitiu que a construção do modelo fosse pautada em uma base já consolidada, oferecendo maior segurança para atingir seus objetivos. Entretanto, vale ressaltar que com a reestruturação do RDA e com o lançamento do RDA Oficial, as instruções para o tratamento e o controle de autoridade de nomes de pessoas foram ampliadas e ajustadas de acordo com o IFLA LRM, permitindo, assim, a sua aplicação com mais propriedade.

Dentre as principais inconsistências encontradas pela autora nos registros de autoridade da BDMPF, destacam-se a multiplicidade e a ausência de um padrão para a forma dos cabeçalhos dos nomes de pessoas já existentes no banco de dados (Rosado, 2019). O mesmo cenário pode ser constatado em diversos outros contextos, incluindo o contexto jurídico, por exemplo.

Na tentativa de solucionar ou minimizar as inconsistências, Rosado (2019) faz uma exaustiva revisão da literatura e uma avaliação de outras bases de dados e catálogos de autoridades, tais como: o Catálogo de Autorias Padronizadas (AUTR) do Senado Federal, o Catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional e o VIAF. Com base nesse contexto e nas indicações dos autores Aitchison e Gilchrist (1979); Herrero Pascual (1999); Chan (2007) e Assumpção e Santos (2013), a autora apresenta as “Fichas de Registro de Autoridade”, propondo diretrizes para a descrição de nomes de pessoas na BDMPF, de acordo com suas características e especificidades de grafia, como por exemplo: “nome comum, com preposição”; “nome com hífen”; “nome com sinais diacríticos”; “nome com grafia incomum e preposição”. O Quadro 9 apresenta um exemplo da Ficha de Registro de Autoridade: nome comum, com preposição, proposto pela autora para implementar na BDMPF.

Quadro 9: Ficha de Registro de Autoridade: nome comum, com preposição

Ficha de Registro de Autoridade - Vocabulário controlado BDMPF	
Classe	Pessoas (nomes de pessoas)
Categoria	Membro
Termo	Adailton Ramos do Nascimento
Gênero da pessoa	Masculino
Datas no cargo	04/06/1996-
Especificador	542 (matrícula)
USE	Nascimento, Adailton Ramos do, 542
NÃO USE	Adailton Ramos do Nascimento Adailton Ramos do Nascimento Nascimento, Adailton Ramos do Nascimento, Adailton Ramos Do Nascimento, Adailton Ramos Nascimento, Adailton Nascimento, Adailton Nascimento, Adailton R. Nascimento, Adailton R. Nascimento, A. R.
Pontos de atenção para esse nome	- Prenome não possui acento gráfico, mas foram encontradas descrições na BDMPF grafadas com acento agudo na letra "i" para este nome. - Nome possui preposição, que foi suprimida em várias descrições da BDMPF ou foi descrita com letra inicial maiúscula (forma não recomendada nesta proposta). - É necessário indicar essas formas alternativas nas variantes: com e sem acento gráfico; com e sem preposição.
Requisitos mínimos que o sistema deve atender	- Reconhecer e recuperar termos independente se foram digitados: com caracteres maiúsculos e/ou minúsculos; com ou sem o uso de acentuação gráfica; mesmo quando a preposição for suprimida.
TR	-
Fonte de pesquisa	Sistema de gestão de pessoas do MPF, lista de termos autorizados da BDMPF e índices de navegação da BDMPF.
Regras para padronização deste nome	- Utilizar a regra geral do AACR2: nome na forma invertida, sem abreviações e com preposição. Preposição é padronizada com letras minúsculas. - Preposição fica ao final do nome, pois ela é antes do último sobrenome e não o acompanha para a forma invertida na língua portuguesa.
Fontes consultadas	PIN (Portal de Informações Funcionais); BDMPF (índices de navegação ASSUNTOS e AUTORES da BDMPF; portarias do MPF; Portal da Transparência MPF.
Observações	Não suprimir a preposição nem o acento gráfico do nome; não alterar a posição original da preposição; não abreviar nenhuma parte.

Fonte: Rosado (2019)

A autora destaca que a falta de um controle de autoridade compromete a eficiência, a qualidade e a visibilidade dos resultados, apresentando inconsistências na recuperação e retrabalho nas buscas. E complementa que:

[...] o sistema, mesmo que seja tecnicamente eficiente, se não for alimentado de maneira correta e padronizada, não é eficaz. A consistência da catalogação descritiva e de assuntos, isto é, a padronização dos pontos de acesso autorizados para a entrada dos dados no sistema, beneficia diretamente a recuperação de informações, já que os dois processos são interligados e interdependentes. (Rosado, 2019, p. 183)

Adicionalmente, a autora pontua que o controle de autoridade vai além do investimento no desenvolvimento de soluções tecnológicas bem estruturadas, há que se investir também em recursos intelectuais e materiais, com uma gestão eficiente destes recursos (Rosado, 2019).

Além das pesquisas aplicadas relatadas, é importante trazer os apontamentos de Assumpção (2018, p. 119) em relação aos registros de autoridade utilizando o RDA:

O RDA tem se apresentado mais apto para a criação de registros de autoridade representando pessoas, famílias e entidades coletivas, se comparado com seu antecessor, o AACR2r (...) destaca-se que a proximidade dos vocabulários com o próprio RDA pode favorecer sua adoção por parte das instituições que utilizam esse código de catalogação. Além disso, os mapeamentos já existentes entre os atributos e relacionamentos do RDA e o Formato MARC 21 para Dados de Autoridade auxiliam no mapeamento dos campos e subcampos desse formato para as propriedades dos vocabulários (...). Sem a necessidade de utilização das entidades definidas no FRBR, o vocabulário de propriedades não restritas tem suas possibilidades de uso ampliadas, podendo ser utilizado tanto no domínio bibliográfico quanto fora dele.

Diante do exposto, percebe-se que o controle de autoridade não é uma tarefa trivial. É uma atividade que demanda esforços conjuntos das áreas da informação e da tecnologia e um planejamento bem estruturado. Os resultados das pesquisas demonstram a importância de se descrever um item de forma exaustiva e consistente utilizando o RDA e todas atingem os objetivos propostos. No entanto, os estudos estão mais voltados para a etapa da descrição das entidades em si, dessa forma, não é possível visualizar o comportamento das entidades descritas em relação aos relacionamentos ou outros benefícios que o RDA pode proporcionar além da própria descrição, como a adaptação dos registros ao movimento dos dados conectados e à *Web* semântica, por exemplo.

Desse modo, faz-se necessário ampliar e aprofundar os estudos sobre a temática, na tentativa de consolidar o cenário teórico e aplicado. Pesquisas preliminares na literatura revelam uma variedade de abordagens sobre a temática, oriundas de pesquisadores de diferentes países e de diversas realidades e culturas, no entanto, ainda são escassos trabalhos que trazem o mapeamento dessas publicações. Adicionalmente, conforme sinalizado por Assumpção (2018, p. 18), evidencia-se “a ausência de experimentos com as tecnologias da *Web* Semântica e as práticas de *Linked Data* envolvendo bibliotecas brasileiras”.

Nessa perspectiva, a próxima seção apresenta, por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura, um panorama das publicações sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto tecnológico vigente em periódicos da Ciência da Informação. Entende-se que este mapeamento possa apresentar aspectos relevantes sobre a produção científica nesse contexto, além de permitir uma visualização mais abrangente sobre como a temática tem sido discutida e se relacionado com outros temas e domínios, assim como servir de base para aplicações práticas e pesquisas futuras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos procedimentos metodológicos, foi utilizada a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para apresentar o estado da arte sobre a temática. De acordo com Galvão e Ricarte (2019, p. 58), a RSL:

É uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo.

Kitchenham e Charters (2007, p. 3) complementam a definição ao afirmarem que a RSL “é um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma questão de pesquisa específica, ou área temática, ou fenômeno de interesse”.

Do ponto de vista dos procedimentos de investigação, a pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa e visa analisar e compreender como o controle de autoridade baseado no contexto atual da catalogação pode ser aplicado para ampliar a possibilidade de identificação de entidades pessoas de forma mais consistente em ambientes bibliográficos e não bibliográficos.

A RSL está pautada nas seguintes fases: Planejamento da Revisão, Condução da Revisão e Publicação dos Resultados (Kitchenham; Charters, 2007).

Na etapa do planejamento foram definidas diretrizes para a elaboração do protocolo de pesquisa, que tem como objetivo definir as estratégias para a coleta e a análise dos dados. Para otimização e controle de todo o processo, utilizou-se em um primeiro momento, a ferramenta *on-line Parsifal*, que gerencia todo o processo da RSL de forma remota, mas que, apesar de ter essa vantagem, não permite a importação de arquivos no formato *Research Information Systems* (RIS). Dessa forma, o sistema foi substituído pelo *software State of the Art through Systematic Review (StArt)*, já que pelo menos duas bases de dados utilizadas no protocolo só permitiam a exportação no formato RIS.

Além de outros aspectos, o protocolo possibilitou delimitar as questões de pesquisa, as bases de dados consultadas, as palavras-chave utilizadas no processo de busca, os critérios de inclusão e de exclusão dos artigos e os dados extraídos dos documentos selecionados, que podem ser visualizados no Quadro 10.

Quadro 10: Protocolo de pesquisa

Categorias	Crítérios
Objetivo	Identificar como o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas no domínio bibliográfico.
Questão principal	De que forma o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto atual da catalogação, com vistas a ampliar a possibilidade de identificação de entidades pessoas de forma mais consistente e minimizar as inconsistências no domínio bibliográfico?
Questões complementares	Quais são as iniciativas de adoção do controle de autoridade no contexto tecnológico vigente para nomes de pessoas? Quais as melhores práticas nesse contexto? Existem iniciativas fora do domínio bibliográfico?
População	Pesquisadores e autores da Ciência da Informação que publicaram sobre o controle de autoridade de nome de pessoas no contexto tecnológico vigente
Intervenção	Estudos conceituais ou práticos sobre o controle de autoridade de nome de pessoas no contexto tecnológico vigente
Controle	Como o controle de autoridade de nomes de pessoas foi utilizado?
Resultados	Deseja-se a construção de uma base teórico-metodológica consolidada que embase a adoção do controle de autoridade de nomes de pessoas de acordo com o contexto tecnológico vigente
Aplicação	Pesquisadores e profissionais da Ciência da Informação que investigam a temática. Bibliotecários catalogadores.
Palavras-chave	<i>Authority control</i> <i>Authority data</i> <i>Authorities control</i> <i>Authorities data</i> <i>Authority records</i> <i>Authorities records</i> <i>Name authority records</i> <i>Identity management</i> <i>Personal names</i> <i>Persistent identifiers</i> <i>Personal identifiers</i> <i>Person agent</i> Controle de autoridade Agente pessoa Entidade pessoa Gestão da identidade Nomes de pessoas Dados de autoridade de nomes de pessoas
Crítérios de seleção de fontes	Artigos científicos publicados em periódicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e da Computação.
Idiomas	Inglês, Espanhol, Português e Italiano
Métodos de seleção	Leitura do título e do resumo dos documentos, aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, leitura da introdução e da conclusão, ou ainda, do documento completo nos casos em que as análises anteriores se mostrarem inconclusivas para a seleção.
Bases de dados	<i>Web of Science</i> <i>Library & Information Science Collection (LISA) (PROQUEST)</i> <i>Library, Information Science & Technology Abstracts with full text (LISTA) EBSCO</i> <i>Taylor and Francis Online</i> Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)
Crítérios para inclusão e exclusão	(I) Documentos que abordam sobre produtos e serviços para o controle de autoridade de nomes de pessoas (VIAF, ORCID, ISNI, SCOPUS ID) (I) Documentos que discutem a temática no contexto tecnológico vigente (<i>Linked data</i> , <i>Web Semântica</i> , <i>IA</i> , <i>Machine Learning</i> , Desambiguação automática. (I) Documentos que abordam modelos conceituais, padrões de metadados, códigos ou diretrizes de catalogação para o controle de autoridade de nomes de pessoas (RDA, AACR2, MARC21, Família FR, BIFRAME).

	(I) Estudos de caso ou aplicação prática sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas. (I) Estudos teóricos que discutem sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas. (E) Documentos que não tratam especificamente sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas. (E) Documentos anteriores a 2010. (E) Documentos que apenas mencionam as palavras-chave. (E) Documentos que não estejam classificados como artigo revisado por pares. (E) Documentos que não forem publicados nos idiomas definidos. (E) Documentos sem acesso ao texto completo disponível nas bases de dados listadas.
Tipos documentais	Artigos publicados em periódicos científicos a partir de 2010.
Estudos iniciais	Não se aplica ao estudo
Avaliação de qualidade dos estudos	Critérios de cientificidade Análise da metodologia dos documentos aprovados
Campos de extração dos dados	Enfoque do documento Aplicações práticas Estudos de caso e relatos de experiência Soluções encontradas
Sumarização de resultados	Após extração de dados, os dados serão agrupados de acordo com a categoria de análise, permitindo a realização de uma análise quantitativa e a elaboração de inferências que respondam à pergunta de pesquisa.

Fonte: O autor (2025)

É importante ressaltar que cada base de dados possui características próprias em relação ao sistema de busca e à indexação dos artigos, que interfere de forma significativa nos resultados encontrados. Algumas possuem opções mais avançadas, como truncamento e a utilização de operadores *booleanos*, busca por termos específicos e outras combinações, adições ou exclusões de termos, por exemplo. Assim, com o objetivo de ampliar as possibilidades de recuperação dos artigos que tratam sobre o tema desta pesquisa, foi necessária a realização de pré-testes nas buscas nas bases, para verificar o comportamento e as opções disponíveis para construir as *strings*.

Com os pré-testes e uma breve análise dos resultados, foi constatado que outras palavras-chave deveriam ser incluídas ou simplificadas no momento da busca, por exemplo, “*personal identifier*”; “*persistent identifier*” e “*creator*”, pois em alguns artigos, não se menciona o termo “*authority control*”, mas o conteúdo faz parte do escopo da RSL. Além disso, a inclusão dos termos em português, em espanhol ou em italiano, idiomas definidos no protocolo de busca, não interferiram nos resultados encontrados. Vale ressaltar que optou-se por incluir no protocolo o idioma italiano, pela relevância dos periódicos italianos e de seus autores nas discussões sobre o controle de autoridade. Assim, definiu-se por construir as *strings* apenas com os

termos em inglês e de forma mais ampla, adicionando termos correlatos e sinônimos, visando recuperar resultados mais abrangentes sobre a temática.

Na base BRAPCI, por exemplo, optou-se por utilizar os termos mais gerais como *string* de busca “controle de autoridade” e seus correlatos, sem a combinação com outros termos, conforme apontado no Quadro 8. Essa estratégia permitiu ampliar o *corpus* documental recuperado para posterior inclusão ou exclusão de acordo com os critérios do protocolo de busca.

4.1 CONDUÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL)

As pesquisas nas bases de dados ocorreram entre os dias 25 e 28 de outubro de 2024. Em todas as bases, quando disponível, foram utilizados filtros para restringir os resultados de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão definidos no protocolo de busca. Vale ressaltar que foi utilizado o filtro de delimitação do período de 2010 a 2024. O ano de 2010 foi definido com o objetivo de possibilitar uma visão macro da quantidade de estudos relacionados ao tema e, principalmente, por ter sido um ano posterior à criação do modelo conceitual específico para dados de autoridade: o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) em 2009 e revisado em 2013. Além disso, 2010 também foi o ano do lançamento da primeira versão do RDA (Original). O Quadro 11 apresenta as bases consultadas, as *strings* utilizadas e seus respectivos resultados. No total, foram recuperados 848 documentos.

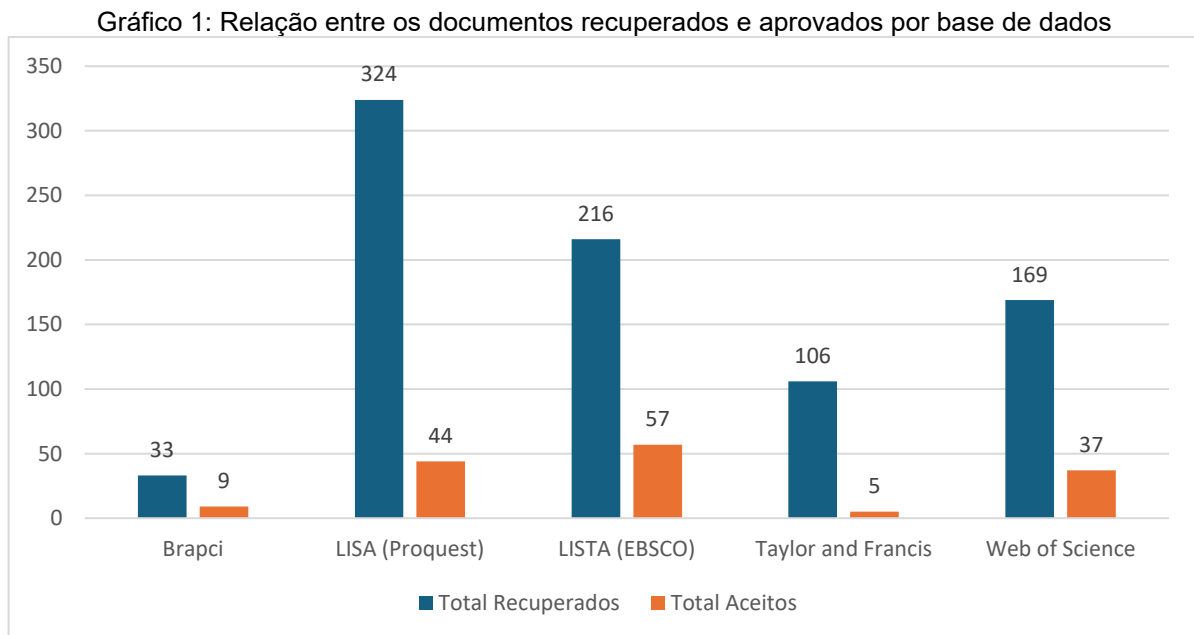
Quadro 11: Resultado da busca sobre controle de autoridade de nomes de pessoas por Base de dados

Bases de dados	Strings	Total de itens
Web of Science	("Authorit* control" OR "Authorit* data" OR "Authorit* record*" OR "Authorit* file*" OR "Authorit* work*" OR "Identity management" OR "Pers* Identifier") AND ("Person* Name*" OR "Creator" OR "Person agent" OR "Author*" OR "profile*")	169
Library and Information Science Abstracts (LISA) - PROQUEST	("Authorit* control" OR "Authorit* data" OR "Authorit* record*" OR "Authorit* file*" OR "Authorit* work*" OR "Identity management" OR "Pers* Identifier") AND ("Person* Name*" OR "Author*" OR "Person agent" OR "Creator" OR "profile*")	324
Information Science & Technology Abstracts (LISTA) - EBSCO	("Authorit* control" OR "Authorit* data" OR "Authorit* record*" OR "Authorit* file*" OR "Authorit* work*" OR "Identity management" OR "Pers* Identifier") AND ("Person* Name*" OR "Author*" OR "Person agent" OR "Creator" OR "profile*")	216
Taylor and Francis Online	"Authority control" OR "Authority data" OR "Authority record" OR "Authority file" OR "Authority work" OR "Identity management" OR "Persistent Identifier" OR "Personal Identifier" and ("Name" or "Author" or "Person" or "Creator")	106

Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)	"controle de autoridade*" OR "dados de autoridade" OR "trabalho de autoridade" OR "Registro de autoridade" OR "Gestão de identidade"	33
Total		848

Fonte: O autor (2025).

Para a seleção dos documentos, foram analisados o título, o resumo e as palavras-chave. Após a importação dos documentos no *software* StArt, foram identificados 256 documentos duplicados. Seguindo os critérios de inclusão e de exclusão, foram selecionados 166 documentos. Nesse processo, 426 documentos foram desprezados. Os dados foram extraídos e estruturados a partir do *Microsoft Excel Office*, para formatação e refinamento. Após essa etapa e com uma análise mais aprofundada, outros 14 artigos foram rejeitados por não seguirem os critérios de inclusão não detectados na fase inicial. Desse modo, o *corpus* documental da pesquisa compreende 152 artigos. O Gráfico 1 apresenta a relação entre os documentos recuperados e aprovados por base de dados.



Fonte: O autor (2025)

Destaca-se que algumas bases de dados indexam periódicos em comum e que o Gráfico 1 foi elaborado de acordo com os resultados obtidos pelo *software* StArt. O processo segue um padrão para identificação automática de documentos duplicados e permite a seleção dos documentos aprovados ou rejeitados, de acordo com os critérios do protocolo e pela ordem que aparecem no processo de planejamento e execução das pesquisas. Desse modo, os resultados apresentados no Gráfico 1

representam como se deu esse processo e não trazem aspectos relacionados a índices de revocação e precisão, ou a outras métricas de qualidade de recuperação de cada base.

Adicionalmente, destaca-se que a base *Taylor and Francis* é a que menos oferece recursos de filtros e realiza a busca no texto completo, o que traz um baixo índice de precisão. Por isso, foi necessário definir uma estratégia de busca que pudesse recuperar mais documentos relevantes, evitando documentos que não correspondessem ao escopo definido. De toda forma, conforme mencionado, artigos em comum foram recuperados em outras bases, sendo que dos 49 artigos da *Taylor and Francis*, 44 foram recuperados em outras bases de dados. Em relação à identificação de artigos duplicados, é importante mencionar que alguns não foram detectados automaticamente pelo *software*, principalmente quando o artigo estava indexado em duas bases diferentes e traziam títulos equivalentes (em espanhol ou italiano, por exemplo). Esse aspecto dificultou o processo, pois foi necessário analisar e selecionar os artigos duplicados manualmente. Evidencia-se, portanto, a importância e a necessidade da adoção de padrões e controle na descrição da informação para a identificação inequívoca de cada artigo e que, nem sempre, o método automático pode otimizar o processo se a descrição não estiver baseada nos preceitos de qualidade e nos padrões de interoperabilidade vigentes.

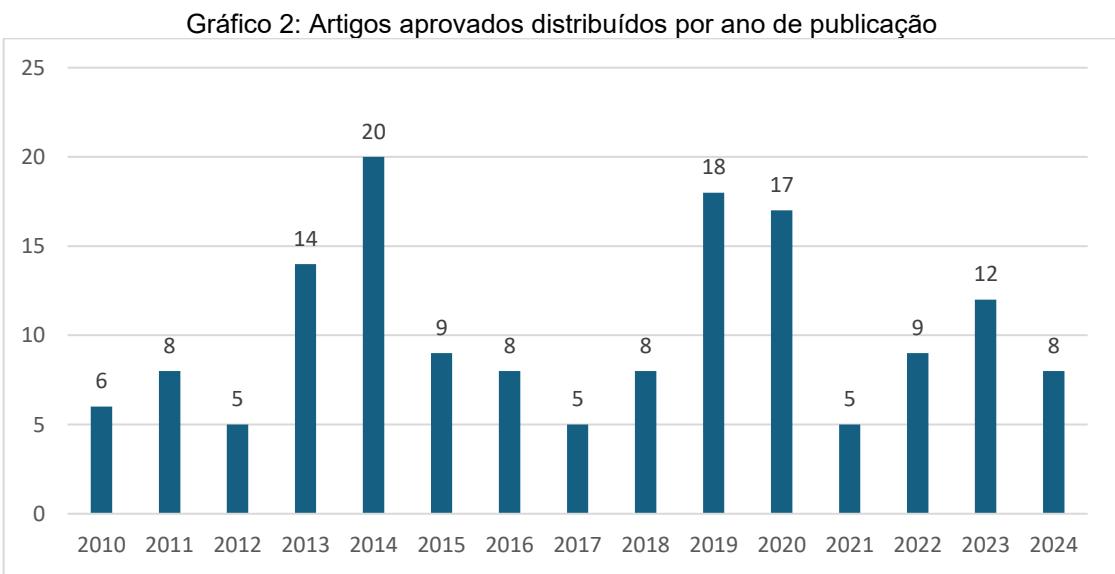
A partir da seleção dos artigos, adotou-se a abordagem bibliométrica para a elaboração de indicadores métricos. A próxima seção apresenta a análise e a discussão dos resultados obtidos com a RSL.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Conforme apontado, o *corpus* documental da pesquisa compreende 152 artigos publicados entre 2010 e 2024. A apresentação dos resultados e a discussão estão divididas, em um primeiro momento, em duas abordagens: Quantitativa e Qualitativa. A análise quantitativa traz os resultados divididos por: ano de publicação, periódicos que mais publicaram, idioma, país de origem (afiliação dos autores) e assuntos mais abordados. Já a abordagem qualitativa foi dividida em seis categorias para uma análise mais aprofundada dos estudos aprovados e para responder às questões complementares definidas do protocolo de busca, são elas: artigos nacionais; serviços e produtos; tecnologias e boas práticas; modelos, esquemas de descrição padrões e diretrizes; estudos de caso; e estudos teóricos, que serão apresentadas nas próximas seções.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

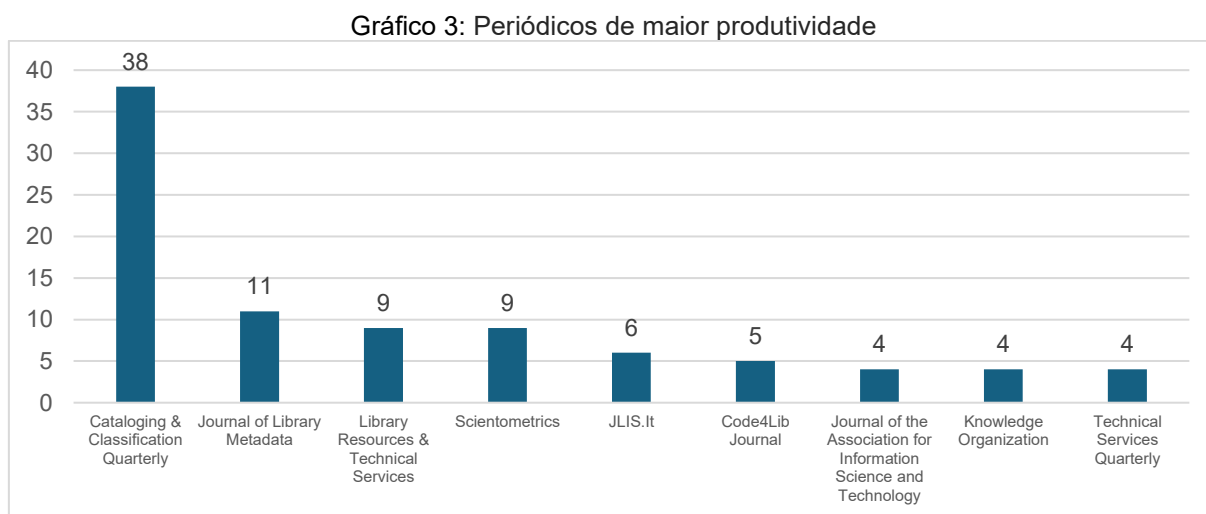
Conforme mencionado, a abordagem quantitativa apresenta os resultados divididos por: ano de publicação, periódicos que mais publicaram, idioma, país de origem (afiliação dos autores) e assuntos mais abordados. No Gráfico 2, é possível visualizar a distribuição anual dos artigos sobre o tema. O padrão geral mostra um interesse crescente do tema até 2014, ano em que se atinge o maior número de publicações sobre a temática, com 20 artigos, seguido por flutuações e uma possível estabilização, com alguns picos, como no ano de 2019, com 18 artigos, e em 2020, que aparece como o terceiro ano mais produtivo, com 17 artigos.



Fonte: O autor (2025)

A última década foi marcada por mudanças significativas dos padrões de catalogação, como a publicação do modelo conceitual IFLA LRM em 2017, o lançamento da nova versão do RDA (Oficial) em 2020, e o padrão da *Library of Congress* para codificação e publicação de dados de biblioteca, o *Bibliographic Framework* (BIBFRAME) (Snow *et al.*, 2022). O trabalho de catalogação tem sido diretamente impactado por essas mudanças, o que estimulou o crescimento das publicações no campo da catalogação. Tais eventos, associados ao avanço das tecnologias relacionadas ao *Linked Data*, podem ter incentivado as pesquisas sobre o tema.

Em relação aos periódicos que publicaram mais artigos, destacam-se os cinco primeiros: o *Cataloging & Classification Quarterly*, da *Taylor and Francis*, com 38 artigos, o *Journal of Library Metadata*, também da *Taylor and Francis*, com 11 artigos e o *Library Resources & Technical Services*, da *American Library Association* e o *Scientometrics* com 9 artigos cada e o *JLIS.It*, da Universidade de Florença, com 6 artigos, conforme apresentado no Gráfico 3.

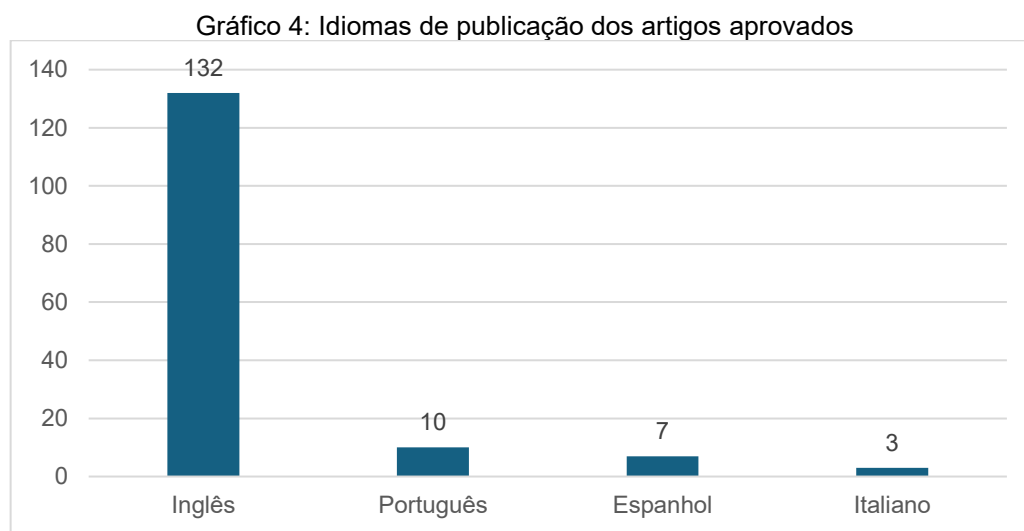


Fonte: O autor (2025).

Em relação aos idiomas de publicação, 132 artigos foram publicados no idioma inglês, 10 em português, 7 em espanhol e 3 em italiano, conforme o Gráfico 4. Destaca-se, que a inclusão do idioma italiano para compor o protocolo de busca, se deu exatamente pelo fato do quinto periódico que mais publicou sobre o tema ser de origem italiana. A Itália, além de uma tradição no campo da Catalogação devido às suas bibliotecas históricas, tem investido significativamente em inovações tecnológicas, como a implementação de tecnologias de dados conectados (*Linked*

Data) e de sistemas avançados de informação nas bibliotecas italianas (Bigelow; Sparling, 2022).

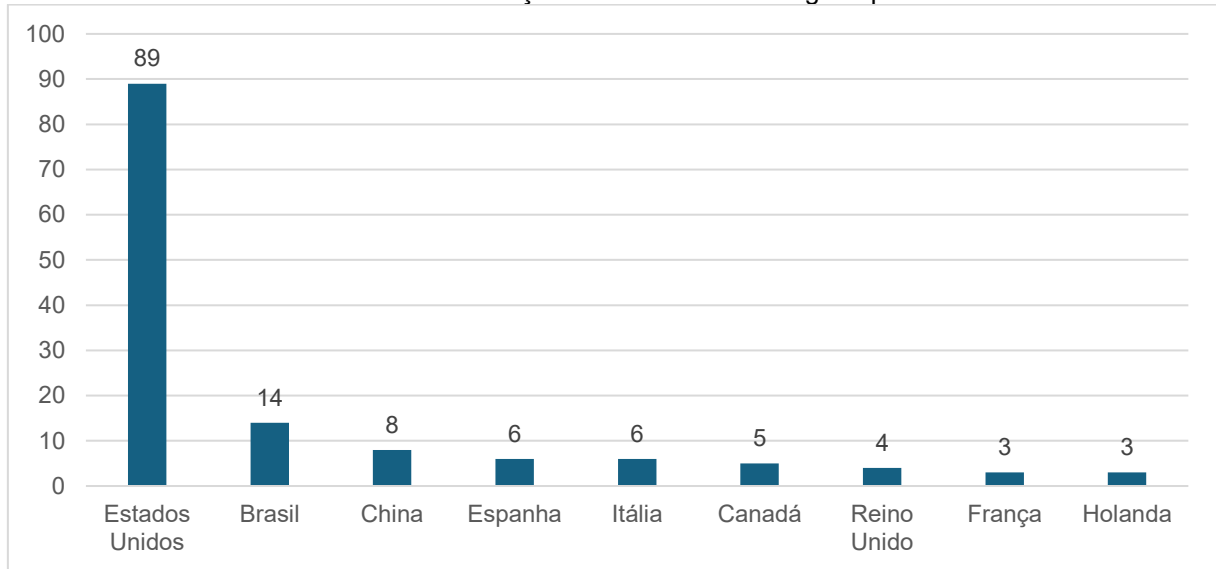
Com esses resultados, evidencia-se um número relativamente expressivo de pesquisas publicadas no idioma português no contexto apresentado, principalmente por ter ficado à frente do espanhol e do italiano. Além dos 10 artigos publicados em português, mais 3 artigos de pesquisadores brasileiros foram publicados em inglês e 1 em espanhol, totalizando 14 artigos oriundos de pesquisadores brasileiros. As abordagens desses artigos serão apresentadas na análise qualitativa.



Fonte: O autor (2025).

No Gráfico 5 é possível visualizar a distribuição dos artigos por país de afiliação dos autores que possuem acima de 3 publicações. Os Estados Unidos lideram com um número substancial em relação aos outros países, o que já era esperado, pois, além do alto investimento em pesquisas e tecnologia, praticamente todas as iniciativas no âmbito da catalogação tem origem americana, mesmo que em parceria com outras nações, como a própria criação e o desenvolvimento do AACR2, do MARC21, do RDA e do BIBFRAME. Além disso, o forte movimento associativo e a presença de instituições renomadas como a *Library of Congress* (LC), a *American Library Association* (ALA) e a *Online Computer Library Center* (OCLC), por exemplo, contribuem para um cenário mais propício para investigações e publicações de profissionais e pesquisadores envolvidos com a área.

Gráfico 5: País de afiliação dos autores dos artigos aprovados



Fonte: O autor (2025).

Além do destaque dos Estados Unidos, o Brasil, conforme mencionado, aparece em segundo lugar com 14 publicações sobre a temática, o que demonstra certo interesse dos pesquisadores ligados à representação do conhecimento e à catalogação, em publicarem sobre a temática. O número, diante do cenário, é considerado bem expressivo, levando-se em conta o baixo investimento em ciência e pesquisa no país frente aos países desenvolvidos, como a China, a Espanha, a Itália e outros que aparecem atrás do Brasil, e que possuem massivo investimento nesse contexto. Vale ressaltar que o número expressivo de artigos nacionais aprovados se deve também ao fato da inclusão da base BRAPCI no protocolo de busca.

A China, que aparece em terceiro lugar no *ranking*, além de ser o país mais populoso do mundo, se tornou um dos maiores investidores mundiais em pesquisa científica, resultando em um aumento exponencial no número de publicações (Nature, 2018). Além desse aumento do número de autores publicando, a desambiguação de nomes de autores chineses é mais complexa do que em outras etnias, isso porque os sobrenomes e os primeiros nomes tendem a ser compartilhados, criando mais homônimos (Kim; Kim; Kim, 2023). Esse cenário se agrava ainda mais quando é levado em consideração o sistema de escrita chinês e sua transliteração para o alfabeto latino, por exemplo. Na tentativa de solucionar ou de discutir de forma mais aprofundada essas questões, o número publicações de autores chineses sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto atual e futuro tende a crescer cada vez mais.

Quanto aos assuntos mais abordados, foram selecionadas as palavras-chave utilizadas nos documentos. É importante ressaltar que, como não há um padrão para a adoção de determinada palavra-chave pelos autores ou por um periódico específico, fez-se necessária a padronização, a desambiguação e a reunião de termos correlatos ou em outros idiomas, para uma análise mais precisa dos assuntos mais abordados nos artigos.

Após essa etapa, foi possível elaborar um *ranking* dos termos mais utilizados. Na Tabela 1, é possível visualizar os termos mais utilizados e que representam o cenário que envolve a temática deste estudo, e a quantidade de vezes que foram citados como palavras-chave na amostra.

Tabela 1: Termos mais utilizados como palavras-chave

Termo	Frequência
<i>Authority control</i>	70
<i>Name authority records</i>	23
<i>Cataloging</i>	21
<i>Information Science</i>	21
<i>Metadata</i>	21
<i>Bibliographic control</i>	20
<i>Authority files</i>	19
<i>Linked Data</i>	17
<i>Personal names</i>	17
<i>Digital libraries</i>	16
<i>RDA</i>	12
<i>Authors</i>	11
<i>Semantic Web</i>	10
<i>Academic libraries</i>	8
<i>Identity management</i>	8
<i>Library catalogs</i>	8
<i>Ambiguity</i>	7
<i>Descriptive cataloging</i>	7
<i>Library of Congress</i>	7
<i>Name Authority Control</i>	7
<i>ORCID</i>	7
<i>Cataloging standards</i>	6
<i>Indexing</i>	6
<i>Information retrieval</i>	6
<i>Algorithms</i>	5
<i>Author disambiguation</i>	5
<i>Authority data</i>	5
<i>Clustering</i>	5
<i>Co authorship</i>	5
<i>Disambiguation</i>	5
<i>Institutional repositories</i>	5
<i>NACO</i>	5
<i>Persistent Identifiers</i>	5
<i>Subject headings</i>	5
<i>VIAF</i>	5
<i>Access to information</i>	4

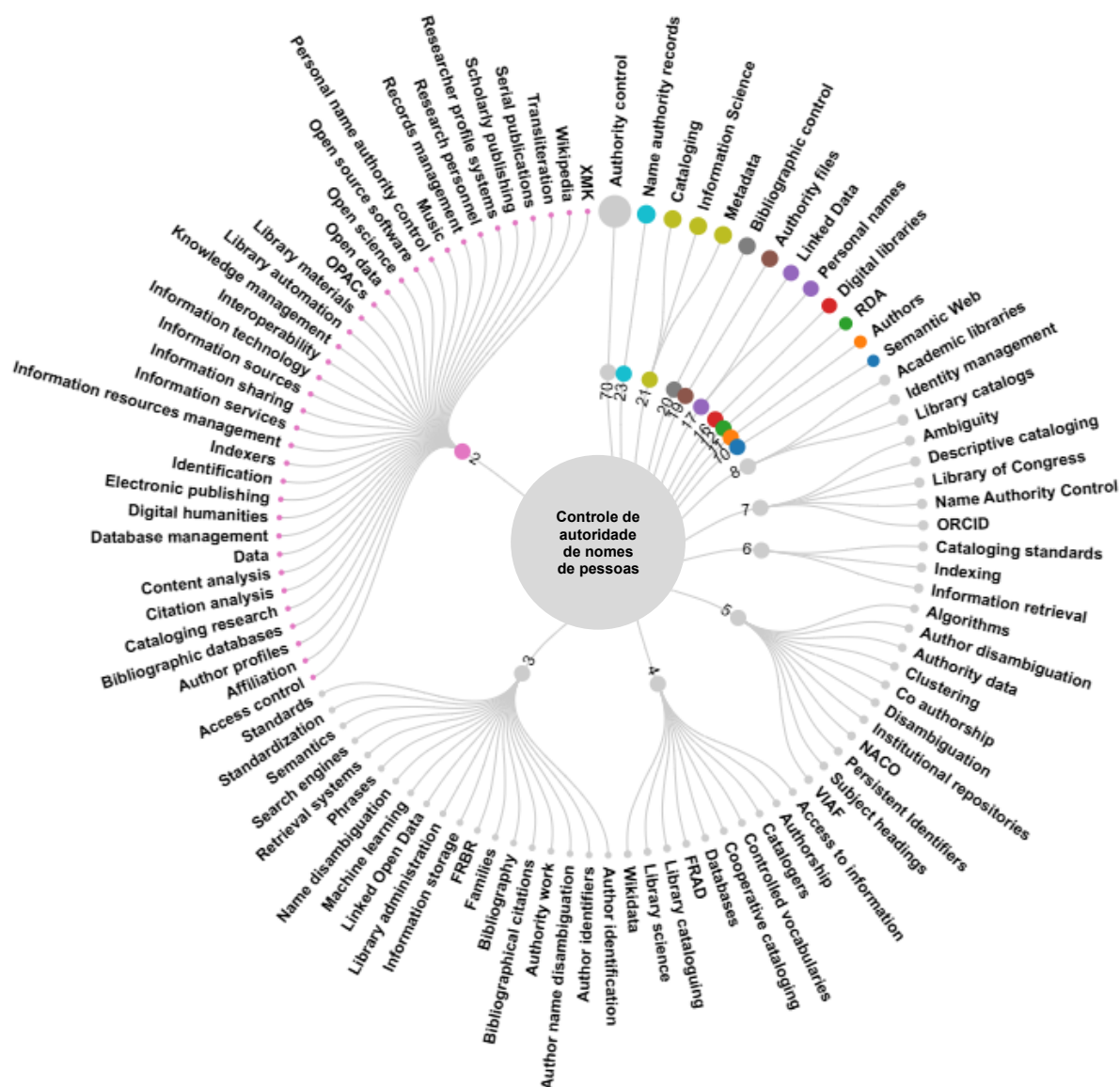
<i>Authorship</i>	4
<i>Catalogers</i>	4
<i>Controlled vocabularies</i>	4
<i>Cooperative cataloging</i>	4
<i>Databases</i>	4
<i>FRAD</i>	4
<i>Library cataloguing</i>	4
<i>Library Science</i>	4
<i>Wikidata</i>	4
<i>Author identification</i>	3
<i>Author identifiers</i>	3
<i>Author name disambiguation</i>	3
<i>Authority work</i>	3
<i>Bibliographical citations</i>	3
<i>Bibliography</i>	3
<i>Families</i>	3
<i>FRBR</i>	3
<i>Information storage</i>	3
<i>Library administration</i>	3
<i>Linked Open Data</i>	3
<i>Machine learning</i>	3
<i>Name disambiguation</i>	3
<i>Phrases</i>	3
<i>Retrieval systems</i>	3
<i>Search engines</i>	3
<i>Semantics</i>	3
<i>Standardization</i>	3
<i>Standards</i>	3
<i>Access control</i>	2
<i>Affiliation</i>	2
<i>Author profiles</i>	2
<i>Bibliographic databases</i>	2
<i>Cataloging research</i>	2
<i>Citation analysis</i>	2
<i>Content analysis</i>	2
<i>Data</i>	2
<i>Database management</i>	2
<i>Digital humanities</i>	2
<i>Electronic publishing</i>	2
<i>Identification</i>	2
<i>Indexers</i>	2
<i>Information resources management</i>	2
<i>Information services</i>	2
<i>Information sharing</i>	2
<i>Information sources</i>	2
<i>Information technology</i>	2
<i>Interoperability</i>	2
<i>Knowledge management</i>	2
<i>Library automation</i>	2
<i>Library materials</i>	2
<i>OPACs</i>	2
<i>Open data</i>	2
<i>Open Science</i>	2
<i>Open source software</i>	2
<i>Personal name authority control</i>	2
<i>Music</i>	2

Records management	2
Research personnel	2
Researcher profile systems	2
Scholarly publishing	2
Serial publications	2
Transliteration	2
Wikipedia	2
XML Extensible Markup Language	2

Fonte: O autor (2025).

Para visualizar de forma mais interativa a frequência das palavras utilizadas pelos autores, optou-se por utilizar a ferramenta *Rawgraphs* para gerar um grafo de coocorrência. O modelo do grafo escolhido foi o “*Circular dendrogram*”. Na figura 15, é possível verificar as palavras-chave mais utilizadas.

Figura 15: Grafo de coocorrência dos assuntos



Fonte: O autor (2025).

Além dos termos que remetem ao tema central desta pesquisa - Controle de Autoridade e Registros de Nomes de Pessoa - os estudos trazem à tona aspectos que envolvem o cenário da catalogação atual, como a menção do RDA, *Linked Data*, *Web Semântica* e Metadados, por exemplo. Adicionalmente, alguns artigos abordam sobre os identificadores persistentes e sobre os agregadores VIAF e ORCID.

Os termos “*Identity Management*”, “*Author Identification*”, “*Desambiguation*”, “*Ambiguity*”, “*Author Desambiguation*” também retratam as abordagens voltadas para questões que envolvem a desambiguação de nomes de pessoas com o objetivo de identificá-las de maneira inequívoca.

Ainda no âmbito de identificadores únicos e do relacionamento entre entidades, alguns artigos trazem o termo “*Wikidata*” e “*Wikipedia*” como palavras-chave, relatando principalmente a utilização das ferramentas em casos específicos para o controle de autoridade de nomes de pessoas e ressaltando a sua importância no contexto bibliográfico mundial e no ambiente da *Web Semântica* e na gestão de dados estruturados.

Termos como “*Cataloging Standards*”, “*Standards*” e “*Standardization*” demonstram a importância da padronização e da qualidade da descrição e o impacto na recuperação da informação (“*Information retrieval*”), termo também abordado em diversos artigos. A qualidade da recuperação da informação está intrinsecamente ligada à qualidade e às práticas adotadas em sua descrição.

Alguns artigos voltam-se para questões sobre “*Machine Learning*” e “*Algorithms*”, termos que pertencem a esfera da Inteligência Artificial. No entanto, nenhum artigo traz o termo “*Artificial Intelligence*” como palavra-chave, demonstrando que ainda há uma lacuna em estudos que abordem a temática nesse contexto.

A Tabela 1 e a Figura 15 permitiram obter uma visão macro de como o controle de autoridade de nomes de pessoas é abordado na literatura por meio da atribuição das palavras-chave elencadas. Na próxima subseção, serão apresentadas as abordagens mais aprofundadas sobre a temática.

5.2 ANÁLISE QUALITATIVA

Com objetivo de retratar as abordagens dos artigos aprovados de forma mais estruturada, optou-se pela divisão em seis categorias principais, tendo como base os critérios de inclusão do protocolo de pesquisa (Quadro 10), que podem ser

visualizadas no Quadro 12, bem como as justificativas e exemplos para definição de cada categoria.

Quadro 12: Categorias e justificativas para análise qualitativa da massa documental

Num.	Categoria	Justificativa	Exemplos
1	Artigos Nacionais	Conhecer as abordagens dos estudos nacionais sobre a temática.	Artigos escritos por brasileiros, independente do periódico.
2	Serviços e Produtos	Conhecer os artigos que abordam serviços ou produtos para o controle de autoridade de nomes de pessoas.	Sistemas de gestão de identidade, Vial, Orcid, ISNI, Wikidata, OpenRefine.
3	Tecnologias e boas práticas	Conhecer os artigos que abordam tecnologias e boas práticas para o controle de autoridade de nomes de pessoas.	<i>Linked data</i> , IA, <i>Machine Learning</i> , <i>Parsing</i> , Desambiguação automática, Identificadores Persistentes (no contexto geral, sem ligação com um produto ou serviço).
4	Modelos, Esquemas de descrição, Padrões e Diretrizes	Conhecer os artigos que abordam modelos conceituais, padrões de metadados, códigos ou diretrizes de catalogação.	AACR2, RDA, RDF, MARC, BIBFRAME, Família FR.
5	Estudos de Caso	Conhecer os artigos que trazem alguma aplicação prática.	Relatos de experiência em instituições, catálogos e sistemas, aplicações em outros domínios ou aplicações em tipos de documentos ou grupos de pessoas específicos (ex: minorias, históricos, regionais).
6	Estudos teóricos	Conhecer os artigos que abordam a temática de forma teórica ou conceitual.	Estudos que apontam discussões, roteiros, tendências, lacunas e aspectos mais gerais sobre a temática.

Fonte: O autor (2025).

Para otimizar a análise dos estudos, elaborou-se um quadro de acordo com os critérios e categorias definidos. O quadro foi fundamental para a estruturação dos artigos, visto que um artigo pode conter apenas uma abordagem ou mais de uma em comum. A categorização pode ser visualizada no Quadro 13.

Quadro 13: Segmentação dos artigos por categorias de análise

Artigos considerados na análise	Ano	Categoria					
		1	2	3	4	5	6
Music Social Tagging and RDA Name Authorities: Can User-Generated Tags and Professional Metadata Live in Harmony?	2024				x	x	
A RDA e o controle de autoridade de nome pessoal: um estudo nas Bibliotecas da UFMG	2024	x			x	x	
Riconciliare le voci di autorità in SBN con Wikidata. Pro-gressi e prospettive dopo un decennio di lavoro (2013-2023)	2024		x				
Resistance and Power in Irish Higher Education: ORCID and the Monitored University.	2024		x			x	
Lessons learned from ORCID DE-A project-driven initiative to promote author identification in Germany	2024		x			x	
ORCID identifier adoption in Spanish scholarly communication: A macro and micro level perspective	2024		x			x	
Rules, Privacy, and Ethics Challenges in Creating Author Name Change Guidelines	2024				x		x
Researcher profile system adoption and use across discipline and rank: A case study at the University of Manitoba	2024					x	
Control de la información autoral y organizacional para la optimización del acceso y visibilidad científica	2023	x					x

Artigos considerados na análise	Ano	Categoria					
		1	2	3	4	5	6
Authority data in the COBISS system and why is its importance increasing	2023					x	
Creator Name Standardization Using Faceted Vocabularies in the BTAA Geoportal	2023			x		x	
Entity Management Using Wikidata for Cultural Heritage Information	2023		x			x	
Problems and Possibilities for NACO Armed Forces Access Points: The Cases of Serbia and Yugoslavia	2023					x	
A Colossal Catalog Adventure: Representing Indie Video Games and Game Creators in Library Catalogs	2023					x	
Resource Description and Access para descrição de dados de autoridade: contexto para os artistas da música	2023	x			x		
Visualizing institutional activity using persistent identifier metadata.	2023			x			
Effect of Chinese characters on machine learning for Chinese author name disambiguation: A counterfactual evaluation.	2023					x	
Reflections on the PCC Wikidata Pilot at UCLA Library: Undertaking the PCC Learning Objectives	2023		x			x	
Los identificadores persistentes (ORCID Y SCOPUS AUTHOR ID) en las revistas de acceso abierto en Ecuador	2023		x			x	
Recuperação da informação e visibilidade científica sob a perspectiva de identificadores persistentes	2023	x		x			
Cataloging for a Celebration: Metadata for an Institutional Repository from the Ground Up	2022					x	
Rethinking Authority Reconciliation Process	2022					x	
Tongue-Tied by Authorities: Library of Congress Vocabularies and the Shakespeare Authorship Question	2022					x	
Didactic methodology for teaching the creation of author authority catalogs in the cataloging courses of the School of Library Science and Information Sciences of the University of Costa Rica	2022					x	
Use of Research Organizations Registry (ROR) identifiers in author academic profiles: the case of Google Scholar Profiles	2022		x			x	
Los catálogos de autoridad de nombres personales: propósitos y metadatos	2022						x
Application and Integration of VIAF and OCLC FAST with Koha, VuFind, and Google CSE	2022		x			x	
"He Lied to the People, Saying 'I Am Nebuchadnezzar': Issues in Authority Control for Rebels, Usurpers, Eccentric Nobility, and Dissenting Royalty.	2022					x	x
Cross-Departmental Authority Heading Creation: A Case Study	2022					x	
Authority Control of Arabic Personal Names: RDA and Beyond	2021				x	x	
Authority Control Today: Principles, Practices, and Trends	2021						x
Beyond VIAF: Wikidata as a Complementary Tool for Authority Control in Libraries	2021		x				
Call Us by Our Names: The Need to Establish Authority Control Standards for Non-Roman Names	2021					x	
Name and Subject Heading Reconciliation to Linked Open Data Authorities using Virtual International Authority File and Library of Congress Linked Data Service APIs A Case Study featuring Emblematica Online	2021		x			x	
Modelo de Controle da Autoridade de nomes pessoais: uma proposta para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande	2020	x				x	
Exploring Models for Shared Identity Management at a Global Scale: The Work of the PCC Task Group on Identity Management in NACO	2020					x	
Luck is What Happens When Preparation Meets Opportunity: Building Israel's Multilingual, Multiscript Authority Database	2020					x	
Names in Aotearoa: A Personal Reflection on the National Library of New Zealand [Te Puna Matauranga o Aotearoa's] Experiences with the NACO and SACO Programs	2020					x	
Person Identifiers in MARC 21 Records in a Semantic Environment	2020	x			x		x
Regional Connections to National Authority Files	2020					x	
Retrospective Enhancement of Thesis Cataloging and the Match Rate of Authors in National Authority Files	2020					x	
The PCC ISNI Pilot: Exploring Identity Management on a Global, Collaborative Scale	2020		x			x	
Welcome to LAC/Bienvenue a BAC: A New Bilingual NACO Partner	2020					x	
A New Take on Cataloging Popular Music Recordings	2020					x	
Representação e recuperação de nomes de pessoas em catálogos de autoridades	2020	x					x
Control de autoridades de los nombres propios: Los encabezamientos de materia en el Repositorio Institucional Nínive	2020					x	
From Authority Enrichment to AuthorityBox. Applying RDA in a Koha environment	2020				x	x	
ISNI and traditional authority work	2020		x				
Toward a metadata model for research information management systems.	2020					x	
Managing Researcher Identity: Tools for Researchers and Librarians	2020					x	
Authority Work, Catalogers, and Contemporary Authors: Results of an Online Survey	2020					x	x
Applying Library of Congress Demographic Group Characteristics for Creators	2019					x	

Artigos considerados na análise	Ano	Categoria					
		1	2	3	4	5	6
When does the Forename End and the Surname Begin? Saints' Names as Compound Forenames in Spanish	2019				x		
The Cataloging of Self-Published Items	2019				x		
Wikidata: From "an" Identifier to "the" Identifier	2019	x					
La paulatina adopción de ORCID para la mejora de la identidad digital de las revistas científicas españolas en acceso abierto	2019	x			x		
Assessing Author Identifiers: Preparing for a Linked Data Approach to Name Authority Control in an Institutional Repository Context	2019		x		x		
Enhancing Opaquenamespace.org: Refinement of Local Name Authority Files and Workflows	2019				x		
Just Because We Can, Doesn't Mean We Should: An Argument for Simplicity and Data Privacy With Name Authority Work in the Linked Data Environment	2019		x				
LC/NACO Authority File in the Library of Congress BIBFRAME Pilots	2019			x	x		
Planting Cedar: An Open Source Linked Data Vocabulary Manager at the University of Houston Libraries	2019		x		x		
The Future of Authority Control: Issues and Trends in the Linked Data Environment	2019		x			x	
Western Name Authority File: A Pilot Regional Name Authority Project	2019				x		
The Visibility of Authority Records, Researcher Identifiers, Academic Social Networking Profiles, and Related Faculty Publications in Search Engine Results	2019				x		
Semantic Enrichment of Linked Personal Authority Data: A Case Study of Elites in Late Imperial China	2019				x		
Bridging identity challenges: why and how one library plugged ORCID into their enterprise	2019	x			x		
Controle de autoridade de nomes de pessoas: uma proposta a partir da análise da biblioteca digital do ministério público federal	2019	x			x		
Transforming the Quality of Metadata in Institutional Repositories	2019				x	x	
Local Name Authorities and Linked Data: The Landscape	2019		x				
Name and Title Authorities in the Music Domain: Alignment of UNIMARC Authorities Format with RDA	2018			x	x		
Name Authority Control in Digital Humanities: Building a Name Authority Database of Shanghai Library	2018				x		
Normativas interoperables sobre control de autoridades para bibliotecas digitales semánticas	2018				x		
Identification of entities in the Linked Data collection "Rainis and Aspazija" (RunA)	2018		x		x		
Use and Presentation of Personal Name Components in Chinese Authority Files	2018				x		
Examining the Problems and Inconsistencies in the interpolation of English Transliterated names of Persian Language Researchers in Citation Databases	2018				x		
Extending Name Authority Work beyond the Cataloging Department A Case Study at the University of Nevada, Reno Libraries	2018				x		
Automated Playlist Continuation with Apache PredictionIO	2018				x		
O Orcid como aplicação de linked data no catálogo de bibliotecas	2017	x	x		x		
Authority control in Serbia	2017				x		
Changing Depictions of Persons in Library Practice: Spirits, Pseudonyms, and Human Books	2017					x	
O Virtual International Authority File – VIAF e a agregação de valores por metadados de autoridade	2017	x	x				
Identity and Access Management for Libraries	2017				x		
How Should Catalogers Provide Authority Control for Journal Article Authors? Name Identifiers in the Linked Data World	2016		x			x	
Popular Music in FRBR and RDA: Toward User-Friendly and Cataloger-Friendly Identification of Works	2016			x	x		
Checking the identity of entities by machine algorithms: the next step to the Hungarian National Namespace.	2016		x		x		
A parser for authority control of author names in bibliographic records.	2016		x				
Disambiguating the Departed Using the Genealogist's Tools to Uniquely Identify the Long Dead and Little Known	2016		x		x		
More Than a Name A Content Analysis of Name Authority Records for Authors Who Self-Identify as Trans	2016				x		
Evolution and structure of scientific co-publishing network in Korea between 1948-2011	2016				x		
Basic Creation of Name and Title Authorities	2016					x	
Cataloger Makeover: Creating Non-MARC Name Authorities	2015					x	
The expansion of the personal name authority record under Resource Description and Access: Current status and quality considerations	2015			x		x	
Name authority control in large projects	2015					x	
A modification of the FRAD model for personal names in non-Roman languages	2015			x	x		
The effect of data pre-processing on understanding the evolution of collaboration networks	2015		x			x	
Authority control. Aspetti operativi in un contesto universitario e nuove esperienze	2015					x	

Artigos considerados na análise	Ano	Categoria					
		1	2	3	4	5	6
Developing a Tool for Publishing Linked Local Authority Data	2015			x			
Notes on Operations: Visual Representation of Academic Communities through Viewshare	2015					x	
Name disambiguation in scientific cooperation network by exploiting user feedback	2014			x			
'Fu hao,' 'fu hao,' 'fuHao,' or 'fu Hao'? A Cataloger's Navigation of an Ancient Chinese Woman's Name	2014					x	
What's Gender Got to Do with It? A Critique of RDA 9.7	2014				x	x	
Parsing and Matching Dates in VIAF	2014		x	x			
Differences in representations of Japanese name authority data among CJK countries and the Library of Congress	2014					x	
Persistent identifiers can improve provenance and attribution and encourage sharing of research results	2014			x			
The Impact of Name Ambiguity on Properties of Coauthorship Networks	2014					x	
A fast method based on multiple clustering for name disambiguation in bibliographic citations	2014			x			
Author name disambiguation for PubMed	2014			x		x	
In-text author citation analysis: Feasibility, benefits, and limitations	2014						x
Self-training author name disambiguation for information scarce scenarios	2014	x		x			
Foucault, the Author, and Intellectual Debt: Capturing the Author-Function Through Attributes, Relationships, and Events in Knowledge Organization Systems	2014						x
Introducing name authority into an ETD collection	2014					x	
A case study for understanding the nature of redundant entities in bibliographic digital libraries	2014					x	
Author name disambiguation using a graph model with node splitting and merging based on bibliographic information	2014			x			
How to kill inventors: testing the Massacrator(c) algorithm for inventor disambiguation	2014			x		x	
Robust hybrid name disambiguation framework for large databases	2014			x			
'Seed + expand': a general methodology for detecting publication oeuvres of individual researchers	2014			x			
Standardization problem of author affiliations in citation indexes	2014					x	
Unsupervised author disambiguation using Dempster-Shafer theory	2014					x	
Strategies for Cataloging Historical Serials	2014					x	
Nomes de Família como Pontos de Acesso Autorizados de um Registro Bibliográfico	2013	x					x
Evolving Landscape in Name Authority Control	2013						x
Name Authority Work in Public Libraries	2013					x	
Public and Academic Library Cataloging Collaboration in Ohio's NACO Funnel Project	2013					x	
The International Standard Name Identifier (ISNI): The Evolving Future of Name Authority Control	2013		x				
VIAFbot and the Integration of Library Data on Wikipedia	2013		x			x	
A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas	2013	x			x		
Accuracy of simple, initials-based methods for author name disambiguation	2013			x			
Can Viewshare Be Used as a Research Network Visualization Tool? A Case Study Based on STEM Departments at Texas A&M University.	2013					x	
Beyond Failure: Potentially Mitigating Failed Author Searches in the Online Library Catalog Through the Use of Linked Data	2013			x			
Bibliotheca Alexandrina's Model for Arabic Name Authority Control	2013					x	
Coping with the storm: Automating name authority record updates and bibliographic file maintenance	2013					x	
Author name disambiguation in scientific collaboration and mobility cases	2013			x			
Efficient supervised and semi-supervised approaches for affiliations disambiguation	2013			x			
Using Internet Resources to Research Dates of Birth and Death of Relatively Obscure Individuals for Inclusion in Name Authority Records	2012					x	
Interactive context-aware user-driven metadata correction in digital libraries	2012			x		x	
Related Material -- The Arrangement and Description of Family Papers	2012					x	
A Study Of Authority Control in Spanish University Repositories.	2012					x	
Ottoman Authors Revisited: Name Authority Records at the BnF	2012					x	
A Fistful of Headings: Name Authority Control for Video Recordings	2011					x	
Authors in the Mathematical Reviews/MathSciNet Database	2011					x	
Name Disambiguation -- Learning From More User-Friendly Models	2011			x			
The Author Challenge: Identification of Self in the Scholarly Literature	2011					x	
Describing Entities and Identities: The Development and Structure of Encoded Archival Context - Corporate Bodies, Persons, and Families	2011					x	

Artigos considerados na análise	Ano	Categoria					
		1	2	3	4	5	6
A generic Web-based entity resolution framework	2011	x		x			
The ripple effect of women's name changes in indexing, citation, and authority control	2011					x	
Issues of Personal Name Authority Control in a Retrospective Cataloging Project	2011					x	
The DeathFlip Project: Automating Death Date Revisions to Name Headings in Bibliographic Records	2010					x	
Querying OCLC Web Services for Name, Subject, and ISBN	2010					x	
The Path toward Global Interoperability in Cataloging	2010						x
Analisi e riflessioni sul VIAF, Virtual International Authority File	2010		x				
Survey of Author Name Disambiguation: 2004 to 2010	2010					x	
Name Authority Work Today: A Comparison of Types of Academic Libraries	2010					x	

Fonte: O autor (2025).

De acordo com a segmentação observada no Quadro 13, grande parte dos artigos possuem abordagens múltiplas, sendo classificados em mais de uma categoria. As análises mais aprofundadas dos artigos são apresentadas nas próximas subseções, de acordo com as seguintes categorias: Artigos nacionais; Serviços e Produtos; Tecnologias e Boas Práticas; Modelos, Esquemas de Descrição, Padrões e Diretrizes. Em relação aos estudos de caso, por serem estudos mais específicos, e aos estudos teóricos, por trazerem abordagens já discutidas no referencial teórico, optou-se pela apresentação em formato de quadro, com resumos indicativos.

5.2.1 Artigos nacionais

No cenário nacional, 10 (dez) artigos foram aprovados, sendo 9 provenientes da base BRAPCI e 1 da base *Web of Science*. Dois artigos foram publicados pelo mesmo periódico: “Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação”, da Universidade Federal de Santa Catarina. Os artigos são: “A utilização do *Resource Description and Access (RDA)* na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas”, de Fabrício Silva Assumpção e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, e o artigo “Representação e Recuperação de nomes de pessoas em catálogos de autoridades” de Keila Mara Lara Rosado e Célia da Consolação Dias, que também publicaram outro artigo sobre a temática: “Controle de autoridade de nomes de pessoas: uma proposta a partir da análise da biblioteca digital do Ministério Público Federal”. No Quadro 14 é possível visualizar todos os artigos aceitos que foram publicados em periódicos nacionais.

Quadro 14: Artigos aprovados publicados em periódicos nacionais.

Título	Autores(as)	Periódico	Ano
A RDA e o controle de autoridade de nome pessoal: um estudo nas Bibliotecas da UFMG	Irênquer Vismeg Lucas Cruz; Cíntia de Azevedo Lourenço	Ciência da Informação Express	2024
<i>Resource Description and Access</i> para descrição de dados de autoridade: contexto para os artistas da música	Ana Carolina Simionato Arakaki, Amanda Azevedo dos Santos Machado	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2023
Recuperação da informação e visibilidade científica sob a perspectiva de identificadores persistentes.	Thamyres Vieira dos Santos; Giovana Deliberali Maimone	Revista Ibero- Americana de Ciência da Informação	2023
Modelo de Controle da Autoridade de nomes pessoais: uma proposta para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande	Carmen Islair Bilhalva Cardoso; Angélica Conceição Dias Miranda	Ágora: Arquivologia em debate	2020
Representação e recuperação de nomes de pessoas em catálogos de autoridades	Keila Mara Lara Rosado; Célia da Consolação Dias	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2020
Controle de autoridade de nomes de pessoas: uma proposta a partir da análise da biblioteca digital do Ministério Público Federal	Keila Mara Lara Rosado; Célia da Consolação Dias	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	2019
O ORCID como aplicação de <i>linked data</i> no catálogo de bibliotecas	Luciana Cândida da Silva; Liliana Giusti Serra; José Eduardo Santarém Segundo	Informação & Tecnologia	2017
O <i>Virtual International Authority File</i> – VIAF e a agregação de valores por metadados de autoridade	Luiza de Menezes Romanetto; Plácida Leopoldina Ventura A. da Costa Santos; Rachel Cristina Vesú Alves	RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2017
A utilização do <i>Resource Description and Access (RDA)</i> na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas	Fabício Silva Assumpção; Plácida Leopoldina Ventura A. da Costa Santos	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2013
Nomes de família como pontos de acesso autorizados de um registro bibliográfico	Marcia Carvalho Rodrigues	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	2013

Fonte: O autor (2025)

Dos 10 (dez) artigos aprovados, 3 (três) trazem o RDA como instrumento para a descrição ou controle de dados de autoridade de nomes de pessoas, sendo que um deles, aborda especificamente o domínio da música. Nesse artigo, Arakaki e Machado (2023, p. 175) ressaltam que a criação de dados de autoridade “está evoluindo para uma cooperação mais aberta que busca sustentabilidade a partir do uso, reuso e compartilhamento de dados” e concluem que, no caso de artistas da música, é

importante associar dados como locais, datas, nomes e nomes fictícios, desempenho e extensão vocal em suas descrições.

Ainda no âmbito nacional, Silva, Serra e Santarém Segundo (2017) e Romanetto, Santos e Alves (2017) tratam sobre os agregadores de dados de autoridade ORCID e VIAF e suas relações com o *Linked Data* e a utilização de identificadores persistentes no controle de autoridade de nome de pessoas. No primeiro artigo: “O ORCID como aplicação de *Linked data* no catálogo de bibliotecas”, os autores destacam a questão do reaproveitamento e do enriquecimento dos dados e da desambiguação de nomes de pessoas por meio da adoção do ORCID em catálogos de bibliotecas e concluem que o ORCID pode contribuir para a recuperação de autores, mesmo que estejam com outra grafia ou sejam conhecidos por outro nome. Além disso, ao utilizar o ORCID como identificador, o usuário pode descobrir outras publicações de um mesmo autor em outros acervos, por meio da utilização de URIs. Vale recordar que o preenchimento dos dados no ORCID é feito pelo próprio autor e se limita a autores vivos, portanto, conforme já mencionado, não cobre todos os casos de identificação de nomes de pessoas.

Cruz e Lourenço (2024), Cardoso e Miranda (2020) e Rosado e Dias (2019) abordam a temática em contextos mais específicos, como o controle de autoridade de nomes de pessoas em bibliotecas ou repositórios digitais. Santos e Maimone (2023) abordam a temática sob a ótica da utilização de identificadores persistentes. Vale ressaltar que o artigo não traz como palavras-chave o termo “controle de autoridade”, por exemplo, por isso, mais uma vez, destaca-se a importância de construir uma *string* que consiga recuperar outros artigos com termos correlatos.

Além dos 10 artigos nacionais, 4 artigos aprovados são de autores brasileiros publicados em periódicos internacionais. Um dos artigos é o “*Person Identifiers in MARC 21 Records in a Semantic Environment*”, publicado no periódico *Cataloging & Classification Quarterly*, e que foi escrito por Liliana Giusti Serra, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e por José Eduardo Santarém Segundo, da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a pesquisadora Jodi A. Schneider, da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Os autores tratam sobre a utilização das *Uniform Resource Identifiers (URIs)* para nomes de pessoas em campos e subcampos específicos do MARC21, com o objetivo de fazer a transição dos dados para um modelo *Resource Description Framework (RDF)* e preparar um catálogo de

biblioteca para o *Linked Data*, melhorando a experiência dos usuários e oferecendo outros métodos de descoberta (Serra; Santarém Segundo; Scheneider, 2020).

Outro artigo aprovado, publicado pelos brasileiros da área da Ciência da Computação, Denilson Alves Pereira, da Universidade Federal de Lavras, Berthier Ribeiro-Neto, Nivio Ziviani, Alberto H.F. Laender e Marcos André Gonçalves, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi o “*A Generic Web-Based Entity Resolution Framework*”, que foi publicado no “*Journal of the American Society for Information Science and Technology*”. Os autores propõem gerar arquivos de autoridade baseados em informações disponíveis na *Web*, utilizando a coleta de informações sobre as referências a entidades, submetê-las como consultas a um motor de busca na *Web* e analisar o conjunto resposta e extrair informações para desambiguar as referências. (Pereira *et al.*, 2011).

O terceiro artigo também foi publicado no periódico “*Journal of the American Society for Information Science and Technology*” e, além dos autores Anderson A. Ferreira, da Universidade Federal de Ouro Preto e Adriano Veloso, da UFMG, tem dois coautores em comum ao anterior: Alberto H.F. Laender e Marcos André Gonçalves, da UFMG. Intitulado “*Self-Training Author Name Disambiguation for Information Scarce Scenarios*”. Os autores também apresentam um método automático de desambiguação de nomes de pessoas em cenários escassos de informação. (Ferreira *et al.*, 2014).

Por último, o artigo “*Control de la información autoral y organizacional para la optimización del acceso y visibilidad científica*”, de autoria de Thamyres Vieira dos Santos e Giovana Deliberali Maimone, ambas da Universidade de São Paulo (USP) e publicado no periódico “*Anales de Documentación*”, da Universidade de Múrcia. As autoras reforçam a importância de seguir os preceitos do controle de autoridade e de padronização de nomes de pessoas para otimizar o acesso à visibilidade da pesquisa científica. (Santos; Maimone, 2023).

Nessa perspectiva, percebe-se que os artigos de autores brasileiros englobam diferentes visões e trazem diferentes soluções para reduzir as inconsistências encontradas na descrição e na recuperação de nomes de pessoas.

5.2.2 Serviços e produtos

De acordo com o primeiro critério de inclusão do protocolo de pesquisa (Quadro 10) e da segmentação do Quadro 13, diversos artigos abordam questões relacionadas

a serviços e produtos para otimizar o controle de autoridade de nomes de pessoas, englobando sistema de gestão de identidade como o ORCID, o VIAF, o SCOPUS AUTHOR ID e o ISNI e ferramentas como o *Wikidata* e *Wikipedia*.

Em um dos estudos, Pampel *et al.* (2024) compartilham as experiências e o aprendizado com o projeto ORCID DE, que tem como principal objetivo disseminar e ampliar o uso do ORCID na Alemanha. O relato destaca os principais desafios e etapas da implementação do projeto no país e aponta como um dos principais resultados, o crescimento de registros na ferramenta, que saltou de 44.000 em 2016 (ano de início do projeto) para 300.070, em 2023.

Outro estudo faz uma análise do impacto da adoção do ORCID no fortalecimento da identidade digital em periódicos espanhóis de acesso aberto. Os resultados apontam para um crescimento lento do uso da ferramenta e que muitas revistas apenas recomendam seu uso, mas não é obrigatório. Os autores concluem que, o uso do ORCID fortalece a transparência e a confiabilidade editorial, bem como favorece a interoperabilidade entre bases de dados e sistemas de avaliação científica. (Martínez-Méndez; López-Carreño, 2019).

Em um estudo mais recente da Espanha, Bordons, Moreno-Solano e González-Albo (2024) apresentam a presença do ORCID em artigos espanhóis na *Web of Science* (WoS) e a adoção do ORCID por beneficiários do *European Research Council* (ERC) com instituição anfitriã na Espanha. Como resultados, da mesma forma que em outros estudos, percebe-se um crescimento no uso do ORCID por pesquisadores espanhóis, mas ainda limitado; há uma desigualdade entre as disciplinas, sendo que a adoção da ferramenta é maior nas ciências exatas e na saúde; não há atualização constante por parte dos pesquisadores e muitos adotam a ferramenta por exigência editoriais ou institucionais e não por iniciativa própria.

Ainda no âmbito europeu, Houghton e Foster (2024) realizaram uma pesquisa *online* para avaliar a percepção de acadêmicos do setor de Universidades Tecnológicas (TU) / Institutos de Tecnologia (IoT) e de bibliotecários sêniores da Irlanda sobre a utilização do ORCID. Ainda que seja considerado por muitos pesquisadores como um agregador que contribui para a desambiguação e controle de nomes, os resultados apontam pouco engajamento dos acadêmicos com a utilização da ferramenta. Dos respondentes, 61% afirmam possuir um perfil no ORCID, mas apenas 6% interagem e o atualizam com frequência. Dentre os motivos, destacam-se: a falta de conhecimento sobre a ferramenta; o cadastro por imposição institucional

ou editorial, aspecto também encontrado na pesquisa de Bordons, Moreno-Solano e González-Albo (2024); para alguns pesquisadores, o ORCID é considerado como uma ferramenta de monitoramento e vigilância institucional, que pode afetar aspectos de privacidade e exposição pessoal e outros alegam a questão de falta de tempo para manter o perfil atualizado. Já os bibliotecários, apesar de identificarem os riscos com a exposição e as questões de privacidade, visualizam o ORCID como uma ferramenta essencial para desambiguação de nomes e integração com outros sistemas.

No âmbito da América Latina, outro estudo de caso aborda o uso do ORCID e do SCOPUS AUTHOR ID em quatro revistas de acesso aberto do Equador, indexadas na base de dados Scopus no ano de 2021. Dentre os resultados, destacam-se que 295 dos 712 autores analisados possuíam perfil no ORCID e nenhum possuía um perfil no SCOPUS ID. De acordo com os autores, o SCOPUS AUTHOR ID depende do sistema próprio (Elsevier) e é menos controlado pelos próprios autores, o que pode explicar seu baixo uso. Como recomendações, o estudo sugere a promoção de capacitações e conscientização pelas universidades, bibliotecas e periódicos sobre o uso de identificadores persistentes e sua contribuição para a qualidade da comunicação científica e destaca a consolidação do ORCID como ferramenta para favorecer a visibilidade, o reconhecimento e a desambiguação de autores. (Gudiño-Palma *et al.*, 2023).

No artigo *“Bridging identity challenges: why and how one library plugged ORCID into their enterprise”*, Powell *et al.* (2019) trazem uma explicação mais didática sobre os identificadores persistentes e o histórico do ORCID e apresentam a ferramenta ORCID@LANL, desenvolvida pela biblioteca do Laboratório Nacional de Los Alamos (LANL) para facilitar a criação e a vinculação de identificadores ORCID pelos seus pesquisadores. A aplicação foi construída utilizando o protocolo de autorização (OAuth) e a API do ORCID, permitindo aos usuários criarem perfis no ORCID por meio da ferramenta ou conectarem seus perfis existentes. De acordo com os autores, a iniciativa foi bem-sucedida e a ferramenta pode ser utilizada no âmbito institucional para desambiguação de nomes, incluindo os repositórios locais.

Além da desambiguação e da visibilidade, o ORCID, segundo Haak (2014), também pode ser utilizado como uma solução para conectar pesquisadores, contribuições, financiadores e instituições e pode, inclusive, agilizar processos, aumentar a transparência, reduzir a burocracia e fomentar políticas de pesquisa baseadas em dados. No entanto, de acordo as pesquisas mais recentes, como a de

Bordons, Moreno-Solano e González-Albo (2024), a questão da privacidade pode interferir nesses processos.

Outra ferramenta utilizada para desambiguação e identificação de nomes de pessoas é o ISNI. Lançado em 2011 com o objetivo de identificar de forma única identidades públicas de autores, artistas, pesquisadores, produtores, editores, entre outros, teve como base, as técnicas utilizadas para a construção do VIAF. O projeto foi conduzido principalmente pela OCLC, com validação de qualidade da *British Library* e da *Bibliothèque nationale de France* e é descrito no artigo “*The International Standard Name Identifier (ISNI): The Evolving Future of Name Authority*”. Projetado para ser um “identificador ponte”, a ideia central é possibilitar a conexão de diferentes sistemas e setores da indústria intelectual, sem expor dados sensíveis. (Macewan; Angjeli; Gatenby, 2013).

O ISNI também é apresentado no artigo “*ISNI and traditional authority work*” como um exemplo para o trabalho de gestão de identidade. Como metodologia, os autores comparam o trabalho tradicional do controle de autoridade de nomes de pessoas utilizando como exemplo o *Name Authority Cooperative Program* (NACO) do Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) da *Library of Congress* e o ISNI como ferramenta para gestão de identidade. Enquanto o primeiro trabalha com o estabelecimento de *strings* para diferenciar uma pessoa, o segundo utiliza um número único para identificá-la. O estudo conclui que o ISNI é mais flexível e “pode ser utilizado no *Linked data* como uma ponte identificadora para conectar essa pessoa a outros recursos desta e sobre esta mesma pessoa, sem a necessidade de atualizar o formulário do nome” (Armitage *et al.*, 2020, p. 154) e promete ser uma solução mais promissora do que o trabalho de autoridade tradicional.

Seguindo essa visão estratégica, o PCC inicia em 2017 um projeto piloto com a incorporação do ISNI em seus fluxos de metadados, com o objetivo de explorar a gestão de identidade em escala global e colaborativa. O projeto contou com a participação de 12 bibliotecas acadêmicas dos EUA e suas etapas, bem como os benefícios e desafios encontrados, são descritos no artigo “*The PCC ISNI Pilot: Exploring Identity Management on a Global, Collaborative Scale*”. O estudo, assim como o anterior, destaca a flexibilidade como um dos benefícios da adoção do ISNI, além da possibilidade de representação de múltiplas formas de um nome para uma mesma entidade. Quanto aos desafios, as instituições relataram problemas relacionados à interface do sistema, à curadoria de dados e à ausência de regras mais

formais e rígidas, como as encontradas nos códigos ou diretrizes de catalogação, por exemplo. (Durocher *et al.*, 2020).

Ainda que sua construção e desenvolvimento tenha envolvido instituições e profissionais/pesquisadores renomados e sua estrutura tenha se baseado no VIAF, o ISNI ainda não teve grandes impactos no âmbito nacional, o que pode ser constatado com o próprio levantamento bibliográfico dessa pesquisa, no qual apenas 3 artigos tratam sobre o referido agregador. De toda forma, percebe-se o potencial da ferramenta no contexto da desambiguação e do controle de nomes de pessoas e sugere-se estudos mais específicos no cenário brasileiro.

Em relação ao VIAF, alguns estudos trazem diferentes abordagens sobre a ferramenta. Na análise quantitativa, o termo “*clustering*”, que pode ser entendido como “agrupamento de dados semelhantes”, aparece em 5 artigos. O termo define de forma simples o principal objetivo do VIAF, que é agregar em um só registro, vários registros do mesmo nome de pessoa de várias instituições diferentes.

Para Manzotti (2010), o VIAF é o “experimento mais importante nascido no âmbito da cooperação internacional no que diz respeito ao controle de autoridade” (Mazotti, 2010, p. 357, tradução nossa). Além dos seus benefícios para a desambiguação de nomes, para a recuperação da informação e sua contribuição para a *Web* semântica, a autora relata os principais desafios no desenvolvimento da ferramenta, dentre os quais, destacam-se: as inconsistências dos dados de origem, as diferenças nos padrões utilizado em cada instituição, a fusão de registros semelhantes ou com grafias similares, e a necessidade de sustentabilidade institucional para o modelo colaborativo. (Manzotti, 2010).

Saha e Mandal (2022) relatam a aplicação prática do VIAF e do OCLC *Faceted Application of Subject Terminology* (OCLC FAST) na integração com o sistema de bibliotecas Koha, com o sistema de descoberta VuFind e com o *Google Custom Search Engine* na biblioteca do *Indian Statistical Institute (ISI)*, em Bangalore. Para a integração, a equipe utilizou o *AuthorityBox*, um *add-on* do Koha que tem conformidade com as diretrizes do RDA, utilizando identificadores VIAF e outros dados de autoridade MARC21. O VIAF ou ID de Autoridade foram usados para construir os links.

De forma similar, Bargioni (2020) descreve o projeto de integração do VIAF e do ISNI para o enriquecimento dos registros de autoridade da biblioteca da *Pontificia Università della Santa Croce*, em Roma, que também utiliza o Koha como sistema de

biblioteca. Em outro relato, Tian, Cole e Yu (2021), apresentam o processo de reconciliação automatizada e examina a eficácia das APIs do VIAF e do *Library of Congress (LC) Linked Data Service* na reconciliação de entidades de nomes e cabeçalhos de assunto.

Ainda do âmbito de projetos de integração dos dados com o VIAF, Klein e Kyrios (2013) descrevem o projeto para integrar os dados de autoridade da ferramenta aos artigos biográficos da *Wikipedia* em inglês, utilizando o VIAFbot, um *bot* automatizado e o *Wikidata* como repositório de dados estruturados para adicionar identificadores VIAF em milhares de artigos, conectando catálogos bibliográficos tradicionais à *Web* de dados.

De acordo com os relatos, conclui-se que as integrações permitiram ampliar a descoberta e a interoperabilidade entre os recursos e o acesso a dados de autoridade e assuntos relacionados. O uso de dados abertos conectados e identificadores persistentes representam um avanço significativo para a catalogação e para a recuperação da informação, no entanto, é importante sinalizar que, antes de qualquer iniciativa nesse sentido, é necessário realizar a curadoria e a padronização dos dados e estruturá-los de forma adequada.

Nessa perspectiva, Toves e Hickey (2014) apresentam um relato sobre a padronização de datas oriundas do VIAF, utilizando um processo de *parsing* baseado em expressões regulares e normalização textual. De acordo com os autores, as datas são fundamentais para desambiguar pessoas com nomes semelhantes e garantir a precisão na integração de registros do VIAF.

Outra ferramenta de destaque que é utilizada no processo de reconciliação de registros de autoridade é o *Wikidata*. Esse processo é realizado com o enriquecimento semântico dos registros e visa ligar dados com bases de conhecimentos digitais, como o *Wikidata*. Um exemplo desse processo pode ser constatado no artigo “*Riconciliare le voci di autorità in SBN con Wikidata. Progressi e prospettive dopo un decennio di lavoro (2013-2023)*”, no qual o autor descreve sobre o projeto de reconciliação de registros de autoridade do *Servizio Bibliotecario Nazionale* (SBN) com itens correspondentes na *Wikidata*, com foco na ampliação da interoperabilidade de dados bibliográficos, no período de 2013 a 2023. Por meio de critérios automatizados e manuais, os dados de nomes, datas e identificadores foram validados, utilizando ferramentas como o *Open Refine* e consultas SPARQL, para mapear, verificar, ajustar e vincular entidades do SBN a registros existentes no *Wikidata*. O projeto tem se

mostrado eficaz e destaca a importância do enriquecimento dos serviços baseados em *Linked Data* e da cooperação internacional no âmbito da gestão de entidades. (Pellizzari di San Girolamo, 2024). A gestão de entidade é o processo de associar uma *Uniform Resource Identifier* (URI) única e persistente a uma entidade única.

Outro projeto de gestão de entidades utilizando o *Wikidata* é descrito por Zhu *et al.* (2023). Os autores apresentam as etapas e os desafios encontrados no desenvolvimento do projeto “*Wikidata: WikiProject Chinese Culture and Heritage Group*”, que tem como objetivo representar e enriquecer de forma semiautomatizada dados de poetisas chinesas e lugares históricos no *Wikidata*. Alguns dos desafios encontrados foram: as limitações ontológicas do *Wikidata* e os aspectos culturais específicos da China. Como vantagens da adoção do *Wikidata*, os autores destacam a questão da visibilidade, do suporte a múltiplos idiomas e da integração com outras fontes e concluem que a ferramenta é essencial para a gestão de entidades no setor do patrimônio cultural.

Em relação aos desafios encontrados com a utilização do *Wikidata* para a gestão de entidades e no processo de catalogação, Zhang, Biswas e Dagher (2023) adicionam as questões éticas, a falta de diretrizes padronizadas e as dificuldades na modelagem de dados do *Wikidata*. Apesar dos desafios mencionados, Van Veen (2019) sugere a adoção do *Wikidata* com um identificador universal para entidades nomeadas, incluindo pessoas. Para o autor, o *Wikidata* se mostra como um importante *hub* de autoridade e pode contribuir para a consolidação da *Web* de dados no futuro.

Bianchini, Bargioni e Pellizzari di San Girolamo (2021) investigam a relação entre o VIAF e o *Wikidata* e seus possíveis papéis no ambiente da *Web* semântica, com foco na identificação de entidades pessoas. Ao comparar as duas ferramentas na gestão de entidades pessoas, os autores apontam suas principais diferenças e similaridades e concluem que o VIAF continua sendo uma fonte essencial para identificação de entidades pessoas e que o *Wikidata* tem se mostrado como uma ferramenta mais inclusiva, abrangente e adaptada às exigências do ambiente informacional contemporâneo e corroboram com Van Veen (2019), mas adicionam que, embora

pareça ser mais confiável no que diz respeito ao processo de identificação, sua fraqueza mais significativa consiste na aquisição de dados desorganizada e não planejada por crowdsourcing, mesmo que atualmente se baseie em cerca de 11.500 editores ativos. Além disso, a comunidade Wikidata ainda carece do apoio e da cooperação constantes de curadores de dados institucionais, como bibliotecários, arquivistas e curadores de museus.

Muitos projetos atuais dedicam-se principalmente a explicar aos potenciais colaboradores institucionais a importância e a utilidade do Wikidata para suas missões institucionais, mas ainda existem poucos projetos dedicados à sincronização massiva de dados de silos institucionais para o Wikidata. Contudo, assim que essas iniciativas atingirem uma massa crítica, o Wikidata se tornará o verdadeiro centro global da rede de dados. (Bianchini; Bargioni; Pellizzari di San Girolamo, 2021, p. 24, tradução nossa).

De acordo com os relatos nessa subseção, evidencia-se a importância e a relevância dos agregadores e das ferramentas de gestão de identidade no controle de autoridade de nomes de pessoas. Ainda que alguns autores sinalizem que no futuro o *Wikidata* pode ser utilizado como o único identificador para determinadas entidades, percebe-se que o processo de adoção da ferramenta não é trivial e que no momento atual, principalmente no cenário nacional, tanto os estudos, quanto as aplicações estão mais voltadas para a adoção do VIAF e do ORCID, o primeiro por ter a participação da Biblioteca Nacional como provedora de dados e o segundo, assim como apontado em alguns estudos, tem seu crescimento relacionado geralmente à imposição editorial e institucional.

Na próxima subseção serão apresentados os estudos aprovados que tratam sobre os aspectos tecnológicos e de boas práticas do controle de autoridade de nomes de pessoas e suas correlações.

5.2.3 *Tecnologias e boas práticas*

Conforme o segundo critério de inclusão do protocolo de pesquisa (Quadro 10) e da segmentação do Quadro 13, alguns artigos aprovados abordam questões relacionadas aos aspectos tecnológicos e de boas práticas que envolvem o controle de autoridade de nomes de pessoas, sendo que alguns já foram discutidos nas subseções 5.2.1 e 5.2.2. Da mesma forma que os artigos que tratam sobre os produtos e serviços, os artigos com abordagens voltadas para as tecnologias também possuem abordagens múltiplas.

O artigo “*Creator Name Standardization Using Faceted Vocabularies in the BTAA Geoportal*” relata o processo de padronização do metadado “*Creator*” do Geoportal da *Big Ten Academic Alliance (BTAA)*. O portal é uma ferramenta de descoberta que agrega metadados de recursos geoespaciais advindos de diversas bibliotecas. O conteúdo não é armazenado no portal, apenas é feita a coleta, a curadoria e a adequação dos metadados. Por terem origens dispersas e regras individuais de preenchimento, há diversas inconsistências quando são coletados e reunidos no portal. Dessa forma, foi criado um grupo de trabalho para testar diversos

agregadores de entidades, sendo escolhido o *Faceted Application of Subject Terminology* (FAST), devido a sua granularidade, compatibilidade e facilidade de uso com o *OpenRefine*, que é utilizado como ferramenta de limpeza dos dados. De acordo com a autora, houve redução nas inconsistências e melhora na experiência do usuário, além de preparar o Geoportal para incorporação dos dados como *Linked Data*. (McElfresh, 2023).

Downey (2019) sinaliza que as soluções para o controle de autoridade de nomes de pessoas têm gerado grande interesse da comunidade acadêmica e de bibliotecas, principalmente em relação aos repositórios institucionais, que durante um certo período, foram deixados de lado nesse contexto. Dessa forma, a autora também propõe o uso de identificadores únicos como alternativa ao controle de autoridade tradicional, utilizando o repositório da *Duke University* como piloto para os testes baseados em dados conectados e recomenda a adoção de identificadores tanto institucionais quanto externos, como o ORCID e o VIAF para ampliar as possibilidades identificação dos autores, bem como a interoperabilidade dos dados com a *Web* semântica.

Em relação ao desenvolvimento de novos produtos ou tecnologias que possam contribuir para a melhoria da desambiguação e identificação de nomes de pessoas, Weidner, Washington e Liu (2019) discorrem sobre a implementação do *Cedar*, um sistema de código aberto criado pelas bibliotecas da Universidade de Houston para gerenciamento de vocabulários controlados em formato de *Linked data*, utilizando o modelo de dados *Simple Knowledge Organization System* (SKOS). Quando se trata de repositórios institucionais ou de coleções locais, os autores destacam que os dados de autoridade, incluindo o de nomes de pessoas, geralmente não estão disponíveis em arquivos de autoridades nacionais ou compartilhados, portanto, torna-se necessário adotar medidas e mecanismos locais para gerenciar esses dados. É nesse sentido que o *Cedar* é criado. Como resultados, os autores apontam que, apesar das dificuldades encontradas, principalmente em relação ao tempo despendido em seu desenvolvimento, o sistema tem facilitado a criação de metadados descritivos de alta qualidade e tem fortalecido a infraestrutura de dados conectados das bibliotecas da Universidade.

Craft (2019) também assinala que muitas instituições possuem dados de autores locais que não são encontrados em arquivos ou agregadores de autoridade compartilhados, como o “*Library of Congress Name Authority File*” (LCNAF) ou VIAF,

por exemplo, e por isso, diversas iniciativas têm buscado publicar dados de autoridade de nomes de pessoas no formato de *Linked data*, como o *Western Name Authority File*, o *Colorado Local Authorities Project*, o *Linked Jazz Name Directory* e o *Organization Linked Data*, com o objetivo de complementar as descrições de recursos em coleções locais. Além disso, a autora aborda sobre os desafios técnicos, as boas práticas e destaca o trabalho colaborativo como ponto fundamental para a publicação de dados de autoridade como *Linked data*.

Sandberg e Jin (2016) complementam sobre a questão de dados de autoridade existentes em arquivos de autoridade compartilhados, afirmando que o foco desses arquivos ou agregadores, como LCNAF, é oferecer pontos de acesso com nomes autorizados para autores de monografias, negligenciando os autores de artigos de periódicos. De acordo com os autores:

isso significa que os usuários não conseguem encontrar todos os artigos de um autor específico diante da vasta proliferação de artigos de periódicos online, utilizando ferramentas das bibliotecas, como as camadas de descoberta. À medida que avançamos para um ambiente de dados conectados, com diversas bases confiáveis de identificadores internacionais de autores, precisamos começar a refletir sobre como os catalogadores devem fornecer pontos de acesso por nome para autores de artigos de periódicos. (Sandberg; Jin, 2016, p. 537, tradução nossa)

Desse modo, sugerem o uso em conjunto dos agregadores VIAF, ISNI e ORCID para melhorar a identificação e o controle de autoridade de autores de artigos.

Ainda sobre o desenvolvimento de ferramentas para o controle de autoridade de nomes pessoas em coleções locais, Crowe e Clair (2015), também discorrem sobre os primeiros passos para a criação de uma ferramenta colaborativa para publicação de dados de autoridade locais em formato de *Linked data*, com foco em instituições menores e com recursos limitados. A ferramenta tem como objetivo possibilitar que essas instituições compartilhem dados sobre pessoas, organizações e famílias de relevância regional ou temática.

No artigo "*Identification of entities in the Linked Data collection "Rainis and Aspazija" (RunA)*", os autores relatam sobre a criação da coleção "RunA", também em formato de dados conectados. A iniciativa utiliza o RDA como diretriz e foi desenvolvida pela Biblioteca Nacional da Letônia, em homenagem a dois importantes poetas do país e visa reunir e relacionar de forma estruturada dados de entidades como nomes de pessoas, obras, lugares e outras, presentes nos documentos da coleção. Os autores concluem ponderando sobre a influência do RDA na identificação de entidades no RunA (Goldberga *et al.*, 2018)

Zhu (2019) discorre sobre o futuro do controle de autoridade no contexto do *Linked data* e, assim como outros autores, recomenda a utilização de identificadores únicos (URIs), além do uso de vocabulários abertos conectados e a substituição do simples controle de nomes pela gestão de identidade, indo de encontro com a tendência contemporânea.

Observa-se que, os estudos aprovados que abordam sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas e outras entidades no contexto do *Linked data* seguem, em sua maioria, a metodologia de estudo de caso, com o foco em desenvolvimento de soluções que visam atender instituições menores e coleções locais, como bibliotecas digitais e repositórios institucionais, por exemplo.

Com o objetivo de propor boas práticas de uso do ORCID e identificar padrões e tendências no âmbito da pesquisa científica, Aghassibake *et al.* (2023) propõem o uso do identificador persistente para analisar e compreender as atividades de pesquisa institucional. Desse modo, foi criado um *script* em *R* para recuperar informações sobre colaborações em publicações entre pesquisadores de uma organização de origem e outras organizações ao redor do mundo, com base nos metadados dos perfis ORCID dos pesquisadores e nos *Digital Identifier of an Objects* (DOIs) do Crossref. Como resultado, verificou-se a ausência de dados nos metadados tanto dos perfis dos pesquisadores no ORCID, quanto nos DOIs das publicações, o que, de certa forma, inviabilizou parcialmente o objetivo do estudo.

A seguir serão apresentados os artigos que trazem exemplos de boas práticas no contexto da desambiguação de nomes de pessoas, que é definida como uma tarefa para resolver a questão de ambiguidade de nomes, utilizando diferentes métodos de aprendizado baseados em determinadas características selecionadas. (Zhu *et al.*, 2014).

O estudo “*Disambiguating the departed using the genealogist's tools to uniquely identify the long dead and little known*” analisa as questões que envolvem a desambiguação e a identificação de pessoas falecidas há muito tempo ou pouco conhecidas no cenário de dados conectados e sugere o uso de ferramentas genealógicas *online* e o enriquecimento das entidades de acordo com as recomendações do RDA, tais como data de nascimento e morte, nomes completos, ocupações e períodos de atividade. (Long, 2016).

Li *et al.* (2014) sugerem um método para desambiguação de autores em redes de cooperação científica. O método se baseia no *feedback* do usuário para aperfeiçoar

a desambiguação, que é classificado em três tipos com diferentes níveis de confiabilidade e exploram sua integração em um modelo de aprendizado contínuo. Para o estudo, foram utilizadas as bases de dados “DBLP *Computer Science Bibliography* (DBLP), *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE), *Association for Computing Machinery* (ACM) e Springer. Os autores concluem que o método se mostra eficaz, principalmente quando o *feedback* vem dos próprios autores ou coautores dos trabalhos.

Outro método de desambiguação de nomes proposto por Liu *et al.* (2015) foi o método rápido baseado em múltiplos agrupamentos (*clusters*). O método utiliza três atributos comuns: coautoria, título do artigo e local de publicação, por exemplo, e os aplica em três etapas sequenciais de agrupamento: por coautores, por similaridade de títulos e por relações latentes entre locais de publicação. Os resultados apontam que o método supera os métodos mais avançados existentes em 2,4% a 22,7% na média da pontuação F1 pareada e é de 10 a 100 vezes mais rápido em termos de tempo de execução.

No artigo “*Author name disambiguation for PubMed*”, Liu *et al.* (2014) também utilizam o método de desambiguação por agrupamento e por estimativa de similaridade baseada em aprendizado de máquina para desambiguar autores na base de dados PubMed. De acordo com os autores, a integração do método ao PubMed elevou a taxa de cliques em resultados de buscas por autor de 34,9% para 36,9%, indicando maior relevância nos resultados. Além do método sugerido, os autores recomendam o enriquecimento dos metadados com fontes externas e questões culturais para melhorar a desambiguação de nomes.

Em outro experimento, Shin *et al.* (2014) propõem o método *Graph Framework for Author Disambiguation* (GFAD), no qual um modelo de grafo é construído usando as relações entre os autores analisados a partir de informações bibliográficas. O GFAD foca principalmente nas informações de coautoria para a desambiguação de nomes de autores, incluindo o círculo social de um autor, suas conexões acadêmicas passadas e presentes, sem a necessidade de incluir informações complementares do autor, como e-mail e afiliação, por exemplo. Os resultados demonstraram que GFAD supera métodos não supervisionados tradicionais em métricas como *K-metric* e F1, mesmo lidando com dados incompletos.

Pezzoni, Lissoni e Tarasconi (2014) utilizam o algoritmo *Massacrator* com o objetivo de desambiguar nomes de inventores e melhorar as buscas de usuários que

lidam com dados de patentes. Além de descrever as etapas de refinamento do algoritmo, os autores se baseiam em três passos para desambiguação de nomes: análise, correspondência e filtragem. Como resultados, o algoritmo se mostrou eficaz ao utilizar a calibragem por simulações e ao ajustar os critérios de filtragem.

Zhu *et al.* (2014) propõem uma estrutura híbrida robusta para desambiguação de nomes em larga escala. A estrutura combina métodos tradicionais de agrupamento hierárquico com informações da *Web* e um modelo de reagrupamento baseado em escalonamento multidimensional. O modelo se mostra eficaz e supera os métodos tradicionais, tanto em precisão quanto em velocidade, podendo também ser usado em outras aplicações baseadas em diferentes fontes de dados.

Reijnhoudt *et al.* (2014) destacam os desafios da desambiguação de nomes de autores para análises bibliométricas em larga escala e propõem a metodologia “*seed + expand*”, que tem como objetivo iniciar com um conjunto de nomes (*seed*) e, por meio de processos de expansão e validação, ampliar esse conjunto para englobar variações e registros que se referem aos mesmos autores. O artigo descreve as etapas de testes com mais de 8000 professores holandeses. Os resultados encontrados pelos autores, demonstram que a metodologia é eficaz, ainda que esbarrem em questões de qualidade dos dados das bases utilizadas.

No artigo “*Accuracy of simple, initials-based methods for author name disambiguation*”, Milojević (2013) avalia a eficácia de dois métodos tradicionais de desambiguação de autores mais utilizados em estudos bibliométricos, utilizando dados de cinco disciplinas (astronomia, matemática, robótica, ecologia e economia): o método da primeira inicial, que considera apenas o último nome e a primeira inicial do nome e o método de todas as iniciais e propõe um método híbrido. Como resultado, o novo método proposto se mostra superior aos métodos tradicionais baseados em nomes.

Prática comum no processo de desambiguação de nomes, a afiliação institucional do autor é utilizada como informação complementar para diferenciar autores. No entanto, conforme apontado por Wu e Ding (2013), essa informação pode mudar de acordo com a dinâmica dos pesquisadores, que comumente trabalham em colaboração. Essa troca constante de afiliação é conhecida como mobilidade científica. Com essa mobilidade, o processo de desambiguação de autores pode ser impactado. Assim, os autores propõem um método recursivo reforçado de desambiguação de nomes que integra informações de coautoria e afiliação,

especialmente em casos de colaboração científica e mobilidade e concluem que a combinação dos elementos melhora significativamente os resultados.

Evidencia-se, que os estudos aprovados sobre as boas práticas para desambiguação de nomes de pessoas estão mais alinhados com a área da Tecnologia da Informação (TI). Os estudos tratam sobre a criação e a combinação de métodos tradicionais e automatizados para resolver a questão de ambiguidades de nomes. Os objetivos dos estudos discutem sobre a contribuição da desambiguação de nomes para a melhoria da recuperação e da identificação de nomes pessoas e principalmente para os estudos bibliométricos em larga escala.

Na subseção seguinte serão apresentados os artigos que tratam sobre os modelos, esquemas de descrição, padrões e diretrizes e suas correlações no contexto do controle de autoridade de nome de pessoas.

5.2.4 *Modelos, esquemas de descrição, padrões e diretrizes*

Essa subseção tem como objetivo de apresentar as abordagens de pesquisas que tratam sobre os modelos conceituais, padrão de metadados, códigos ou diretrizes de catalogação no contexto do controle de autoridade de nomes de pessoas e suas correlações.

Um dos artigos, publicado em 2011, aborda a questão do gênero como atributo obrigatório para identificação de entidades pessoas. De acordo com os autores, a regra 9.7 do RDA Original e as diretrizes do PCC da “*Library of Congress*” reforçavam visões regressivas de identidade de gênero, ao oferecer apenas 3 opções para o catalogador: feminino, masculino ou não identificado. Os autores concluem que a marcação de gênero não é essencial para a recuperação da informação e recomendam a revogação da Regra 9.7. (Billey; Drabinski; Roberto, 2011). A regra foi revogada e o catalogador pode incluir informações contextuais de gênero em notas bibliográficas, sempre respeitando as questões de privacidade e a ética na descrição.

Yon, Baldoni e Willey (2024) discorrem de forma mais aprofundada sobre as questões éticas na manutenção de registros de autoridades de nomes de pessoas na *Milner Library*, da Universidade de Illinois e abordam os desafios em relação à atualização de nomes em ambientes de dados conectados, especialmente em casos de transição de gênero, mudança de estado civil ou razões pessoais. Os autores defendem um cuidado mais rigoroso, baseado na ética e na privacidade, ao tratar

dados de nomes de pessoas e recomendam maior envolvimento dos próprios autores na gestão de identidade nos sistemas bibliográficos.

Billey (2019), ao discorrer sobre os modelos conceituais e sobre o RDA nos registros de autoridade de nomes de pessoas, adiciona que:

[...] os catalogadores registram atualmente muito mais informações sobre pessoas nos registros de autoridade. A inclusão de todos esses novos metadados adicionais nos arquivos de autoridade tem o potencial de prejudicar as próprias pessoas que estamos catalogando, seja por meio da identificação incorreta ou da censura de informações devido ao viés do catalogador, ou ainda pela captura de informações pessoais identificáveis que poderiam ser usadas contra essas pessoas. Isso tem grandes implicações no ambiente de dados vinculados, quando os metadados são reutilizados e não podem mais ser controlados pelos indivíduos ou instituições que criaram os dados originais. Os riscos são grandes demais e ainda não vimos resultados em nossos sistemas de descoberta que justifiquem a adição de tantas informações pessoais sobre indivíduos nos registros de autoridade das bibliotecas. Este artigo defende que deveríamos retornar a um modelo mais simples de registro de autoridade, anterior ao RDA. No entanto, a possibilidade de alteração do RDA é pequena, mas podemos ajustar nossa prática de catalogação para registrar apenas as informações mais necessárias nos registros de autoridade, a fim de reduzir o viés na catalogação e garantir a privacidade dos dados pessoais de autores e colaboradores em nossos arquivos de autoridade (Billey, 2019, p. 1, tradução nossa).

No artigo “*A modification of the FRAD model for personal names in non-Roman languages*”, Kimura (2015) também sugere uma modificação nas diretrizes do FRAD. Nesse caso, a modificação se refere à inclusão de nomes em línguas não romanas no modelo, como o chinês, japonês e coreano, por exemplo. A autora ressalta que o modelo apresenta limitações na identificação e na representação de nomes nesses idiomas, principalmente no que se refere às relações entre diferentes formas de escrita, como transcrição, transliteração e romanização. Como houve a fusão do FRAD como outros modelos e o lançamento do IFLA LRM em 2017, a modificação sugerida por Kimura (2015) não foi incorporada ao modelo.

Já Dagher e Soufi (2021) discorrem sobre as diretrizes do NACO e do RDA para criação de registros de autoridade de nomes de pessoas árabes. Da mesma forma que sinalizado por Kimura (2014) em relação aos nomes escritos em chinês, japonês e coreano, nomes árabes também possuem grande complexidade de controle, desambiguação e transliteração. Como exemplo, os autores citam a vocalização (*tashkīl*), a ausência de vogais curtas e os múltiplos elementos nominais (*ism*, *nasab*, *nisbah*) e concluem que, ao seguir de forma rigorosa as diretrizes e utilizar sistemas de gestão de identidade no tratamento de nomes árabes, é possível aprimorar o controle e a identificação desse tipo de entidade.

Moulaison (2015) investiga a expansão dos registros de autoridade de nomes de pessoa de acordo com o RDA, verificando principalmente a qualidade dos metadados após sua adoção pelo consórcio MERLIN de bibliotecas da Universidade de Missouri, nos EUA. O estudo examina dados de atributos nos períodos de seis meses e um ano após a adoção oficial do RDA, utilizando o indicador de completude. Como resultados, foi detectado que 87,58% dos registros de autoridade não possuíam nenhum atributo e 8% possuíam apenas um atributo, o que reforça a necessidade de maior esforço colaborativo, automação e integração com dados da *Web* semântica, para atingir os objetivos propostos.

Kishimoto e Snyder (2016) sugerem mudanças no RDA no que se refere ao tratamento das entidades obras e pessoas na catalogação de música popular. Os autores sugerem que cada interpretação musical seja tratada como uma nova obra e não como expressões da obra do compositor original. Sobre as entidades pessoas, os autores sugerem que o intérprete ou produtor da gravação deveria ser reconhecido como criador da nova obra, com ponto de acesso autorizado baseado em seu nome e não no compositor original. Com essas modificações, de acordo com os autores, a descrição estaria mais adequada com a forma que os usuários buscam uma música ou um intérprete, por exemplo.

Aslanidi, Papadakis e Stefanidakis (2018) discorrem sobre a criação de autoridades de nome e título para obras musicais e criadores, analisando a compatibilidade do formato para autoridades UNIMARC com o padrão RDA. Dentre os resultados, destaca-se que

O RDA fornece aos catalogadores novos elementos que podem aprimorar a descrição dos dados de autoridade musical. Um alinhamento mais aprofundado das autoridades UNIMARC com o RDA melhorará a comunicação dos dados de autoridade musical entre diversos padrões e esquemas de codificação, como MARC 21, MARC 21 XML etc. (Aslanidi, Papadakis, Stefanidakis, 2018, p. 369, tradução nossa).

Ainda no âmbito da música popular, Stanwicks e Iyer (2024) realizaram um experimento para verificar como as “tags” geradas por usuários em plataformas de música como a “*Last.fm*” se alinham aos atributos de autoridade de nomes de pessoas presentes no RDA. Com a análise, constatou-se que 67% das “tags” geradas correspondiam a atributos da entidade pessoa do RDA, como gênero musical, local de nascimento, ocupação e gênero. Dessa forma, os autores sugerem a combinação desses dados gerados pelos usuários com os metadados profissionais na descrição de autoridades de música com o objetivo de enriquecer os dados, adequar a descrição

às necessidades reais do usuário e a possibilidade de identificar pessoas e de extrair informações mais precisas diante de perguntas mais complexas. O estudo é inovador e traz aspectos contemporâneos ao considerar uma descrição híbrida, adaptada ao modelo mental dos usuários e pode, inclusive, ser expandida para outros domínios. Os autores complementam que

o padrão de catalogação RDA fornece instruções de catalogação descritiva para músicas com texto, atribuindo ao compositor da música o papel de criador principal e ao letrista ou autor do texto correspondente uma entrada adicional, ou papel secundário. No entanto, essa prática dificulta a busca e a descoberta de músicas populares, pois certos gêneros musicais populares atribuem maior importância ao criador do texto do que ao compositor da música, e os ouvintes de música popular geralmente priorizam os intérpretes em relação aos compositores — papéis que podem ou não ser mutuamente exclusivos. Por essas razões, os registros de autoridade nome-título e os padrões de catalogação não funcionam de forma tão eficaz para a busca e descoberta de músicas populares. A distinção pouco clara entre compositores e intérpretes no domínio da música popular, somada à disparidade entre as práticas de descrição de recursos e aos modelos mentais dos usuários, destaca a importância de adaptar as práticas de catalogação para levar em consideração, de forma eficaz, a maneira como as pessoas utilizam nomes ao interagir e ao buscar conteúdos relacionados à música popular. (Stanwicks; Iyer, 2024, p. 463, tradução nossa).

No âmbito do padrão de metadados, o artigo “*LC/NACO Authority File in the Library of Congress BIBFRAME Pilots*”, Cannan, Frank e Hawkins (2019) descrevem como o Arquivo de Autoridade LC/NACO tem sido utilizado nos projetos piloto de implementação do BIBFRAME na *Library of Congress* (LC). Além da adequação dos registros em MARC21 ao cenário de dados conectados, os autores sinalizam os desafios, como a limitação no acesso completo aos registros de autoridade, por exemplo, e os benefícios esperados, nos quais incluem a questão da interoperabilidade e a integração de sistemas de gestão de identidade como o ISNI e o ORCID no tratamento de autoridades locais. Apesar de promissor, o cenário atual da implementação do BIBFRAME continua em fase de testes pela LC e, conforme mencionado, ainda não tem data para lançamento.

Os artigos mais específicos sobre modelos conceituais, padrão de metadados, códigos ou diretrizes de catalogação no contexto do controle de autoridade de nomes de pessoas, descritos nessa subseção, trazem abordagens diversas e focam, principalmente, nas lacunas que existiam ou existem nesse contexto. Alguns, inclusive, contribuíram ou podem contribuir para adequação e atualização das diretrizes ou padrões atuais frente ao cenário contemporâneo. Na próxima subseção serão apresentados os artigos aprovados que possuem a metodologia de estudo de caso.

5.2.5 Estudos de caso

Os artigos classificados apenas como estudos de caso possuem abordagens mais específicas e temáticas já discutidas no decorrer das subseções anteriores. Dessa forma, conforme mencionado, optou-se por apresentá-los em formato de quadro, com resumos indicativos, que podem ser visualizados no Quadro 15.

Quadro 15: Estudos de caso e abordagens

Título	Autores	Data	Abordagem
Researcher profile system adoption and use across discipline and rank: A case study at the University of Manitoba	Fuhr, J.; Monnin, C.	2024	Analisa quantitativamente o uso de sistemas de gestão de identidade na Universidade de Manitoba, no Canadá.
Authority data in the COBISS system and why is its importance increasing	Krajnc Vobovnik, A.	2023	Apresenta um panorama do sistema esloveno COBISS e sugere possibilidades para o desenvolvimento futuro do registro de autoridades.
Problems and Possibilities for NACO Armed Forces Access Points: The Cases of Serbia and Yugoslavia	Danley, M. H.	2023	Discorre sobre os problemas e possibilidades para pontos de acesso das Forças Armadas da Sérvia da Iugoslávia no NACO.
A Colossal Catalog Adventure: Representing Indie Video Games and Game Creators in Library Catalogs	Post, Colin <i>et al.</i>	2023	Discorre sobre a catalogação de jogos eletrônicos independentes e de seus criadores em Bibliotecas.
Effect of Chinese characters on machine learning for Chinese author name disambiguation: A counterfactual evaluation	Kim, J.; Kim, J.; Kim, J.	2023	Analisa o impacto dos caracteres chineses no aprendizado de máquina para a desambiguação de nomes de autores chineses.
Cataloging for a Celebration: Metadata for an Institutional Repository from the Ground Up	Cho, J. H.	2022	Discorre sobre a implementação do repositório institucional Exploro na Universidade Adelphi.
Tongue-Tied by Authorities: Library of Congress Vocabularies and the Shakespeare Authorship Question	Boyle, W.; Dudley, M.; Hatinguais, C.	2022	Discorre sobre os desafios de manutenção dos registros de autoridade relacionados às obras de Shakespeare na LC.
Metodología didáctica para la enseñanza de creación de catálogos de autoridad de autor en los cursos de catalogación de la Escuela de Bibliotecología y Ciencias de la Información de la Universidad de Costa Rica	Rodríguez Calvo, D.; Briceno Alvarez, I.	2022	Apresenta a metodologia utilizada para a criação de catálogos de autoridade de autores nos cursos de catalogação da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade da Costa Rica.
Cross-Departmental Authority Heading Creation: A Case Study	Zetty, J; Plaisance, H. C.	2022	Discorre sobre o projeto de criação de cabeçalhos de autoridade de nomes para o Arquivo de Autoridade de Nomes da LC.
Rethinking Authority Reconciliation Process	Heng, G. <i>et al.</i>	2022	Discorre sobre o projeto <i>Emblematica Online</i> , que investiga a utilidade de cinco fontes de LOD para reconciliação de nomes, comparando diferenças de design em relação a ontologias, modelos de vinculação e propriedades das entidades.
Call Us by Our Names: The Need to Establish Authority Control Standards for Non-Roman Names	Monyela, M.	2021	Discorre sobre a necessidade de se estabelecer padrões de controle de autoridade de nomes não romanos.
Exploring Models for Shared Identity Management at a Global Scale: The	Stalberg, E. <i>et al.</i>	2020	Discute os esforços do Grupo de Trabalho sobre Gestão de Identidade do PCC no âmbito do NACO

Work of the PCC Task Group on Identity Management in NACO			para explorar e avançar as atividades de gestão de identidade.
Luck is What Happens When Preparation Meets Opportunity: Building Israel's Multilingual, Multiscript Authority Database	Cohen, A.	2020	Descreve o consórcio de 20 bibliotecas acadêmicas, públicas e especiais, liderado pela Biblioteca Nacional de Israel, que constitui o primeiro arquivo de autoridade comunitário criado nativamente dentro da <i>Alma Community Zone</i> .
Names in Aotearoa: A Personal Reflection on the National Library of New Zealand [Te Puna Mātauranga o Aotearoa's] Experiences with the NACO and SACO Programs	Amey, C.	2020	Discorre sobre a participação da <i>National Library of New Zealand</i> no NACO na manutenção de registros de nomes indígenas.
Retrospective Enhancement of Thesis Cataloging and the Match Rate of Authors in National Authority Files	Jensen, K.; Carr, C.	2020	Apresenta o estudo sobre o controle de autoridade de autores de teses da <i>Concordia University</i> e sua correspondência com os arquivos de autoridade do NACO.
Welcome to LAC/Bienvenue à BAC: A New Bilingual NACO Partner	Cui, H; Stacy, S.	2020	Discute a história da catalogação bilíngue da Biblioteca Nacional do Canadá e sobre a sua participação no NACO.
A New Take on Cataloging Popular Music Recordings	Falk, P.; Lewis, D. R.	2020	Discorre sobre as mudanças realizadas na catalogação e no controle de autoridade de nomes na música popular.
Control de autoridades de los nombres propios: los encabezamientos de materia en el Repositorio Institucional Nínive.	Montero O' Farrill, J. <i>et al.</i>	2020	Discorre sobre a elaboração de um catálogo de autoridades de nomes para o Repositório Institucional Nínive.
Regional Connections to National Authority Files	Myntti, J. <i>et al.</i>	2020	Discute como o <i>Western Name Authority File</i> — um vocabulário controlado regional de nomes pessoais e entidades corporativas — pode ser vinculado a arquivos de autoridade maiores, como o <i>Library of Congress Name Authority File</i> (LCNAF) e o <i>Wikidata</i> .
Managing Researcher Identity: Tools for Researchers and Librarians	Craft, A. R.	2020	Analisa quatro sistemas de gestão de identidade: <i>Google Scholar Citations</i> , <i>ORCID</i> , <i>SCOPUS AUTHOR ID</i> e <i>Web of Science ResearcherID</i> , com o objetivo de auxiliar pesquisadores e bibliotecários na escolha das ferramentas mais adequadas de gestão de identidade acadêmica para apoiar suas atividades.
Toward a metadata model for research information management systems	Lee, D. J.; Stvilia, B.; Wu, S.	2020	Examina as relações entre as características dos pesquisadores e o uso de metadados em seus perfis na plataforma ResearchGate.
Applying Library of Congress Demographic Group Characteristics for Creators	Willey, E.; Yon, A.	2019	Explora formas éticas, eficientes e precisas de adicionar termos demográficos para autores afro-americanos aos registros de um catálogo.
When does the Forename end and the Surname Begin? Saints' Names as Compound Forenames in Spanish	Piscitelli, F. A.	2019	Discorre sobre a catalogação de prenomes, dados em homenagem a santos, analisando e identificando pontos de acesso inconsistentes no Arquivo de Autoridade de Nomes da Biblioteca do Congresso Americano.
Enhancing Opaquenamespace.org: Refinement of Local Name Authority Files and Workflows	Seymore, S. E.; Simic, J.	2019	Discute sobre o projeto de criação e desenvolvimento do <i>Opaquenamespace.org</i> , um gerenciador de vocabulário controlado que auxilia no trabalho de autoridade em dados abertos conectados para o <i>Oregon Digital</i> , repositório das Bibliotecas da Universidade de Oregon.
Western Name Authority File: A Pilot Regional Name Authority Project.	Neatrou, A.; Myntti, J.	2019	Explora o processo de criação de um arquivo de autoridade regional compartilhado de nomes de pessoas e entidades corporativas presentes nos

			registros de metadados de coleções digitais em várias instituições do oeste dos Estados Unidos.
The Cataloging of Self-Published Items	Tuncer, N.; David, R.	2019	Discorre sobre o processo de catalogação de documentos autopublicados, a partir de uma pesquisa com bibliotecários responsáveis pela catalogação desse tipo de material.
Semantic Enrichment of Linked Personal Authority Data: A Case Study of Elites in Late Imperial China	Chen, Shu-Jiun	2019	Demonstra como o enriquecimento semântico de dados pode intensificar o engajamento nas humanidades digitais.
The Visibility of Authority Records, Researcher Identifiers, Academic Social Networking Profiles, and Related Faculty Publications in Search Engine Results	French, R. B.; Fagan, J. C.	2019	Discorre sobre uma pesquisa realizada em registros de autoridade de pesquisadores, com o objetivo de avaliar a influência desses registros e de seus perfis acadêmicos, na visibilidade na <i>Web</i> .
Automated Playlist Continuation with Apache PredictionIO	Hahn, J.	2018	Descreve o processamento de dados em larga escala para a reconciliação do <i>Million Playlist Dataset</i> utilizando dados de autoridade externos disponíveis na <i>Web</i> (como VIAF e <i>Wikidata</i>).
Name Authority Control in Digital Humanities: Building a Name Authority Database of Shanghai Library	Xia, C.; Liu, W.	2018	Discute, sob a ótica do <i>Linked data</i> , sobre o processo de transformação e normalização de dados de autoridade de nomes da Biblioteca de Shanghai, em um formato facilmente utilizável por pesquisas em humanidades digitais.
Use and Presentation of Personal Name Components in Chinese Authority Files.	Shi, Y.; Jia, J.	2018	Explora formas de lidar com o aumento de arquivos homônimos de nomes chineses em sistemas de controle de autoridade.
Examining the Problems and Inconsistencies in the interpolation of English Transliterated names of Persian Language Researchers in Citation Databases.	Mohammadzadeh Sarab, A.; Kazerani, M.; Shekofteh, M.	2018	Examina os problemas e as inconsistências na transliteração de nomes de pesquisadores de língua persa.
Extending Name Authority Work beyond the Cataloging Department A Case Study at the University of Nevada, Reno Libraries	Miller, D. M.; Hunsaker, A. J.	2018	Discorre sobre a afiliação das Bibliotecas da Universidade de Nevada ao NACO e sua contribuição na manutenção de registros de autoridade de nomes de pessoas.
Normativas interoperables sobre control de autoridades para bibliotecas digitales semánticas	Garzón-Farínós, F.; Peset, F.	2018	Discorre sobre diferentes normas de controle de autoridade de nomes de pessoas, com o objetivo de facilitar a escolha e a conversão entre formatos.
Authority control in Serbia	Savic, A.	2017	Descreve o processo de construção do banco de dados de autoridades de nomes pessoais da Sérvia.
Identity and Access Management for Libraries	Jin, Q.; Kudeki, D.	2017	Descreve um estudo de caso sobre o processo de limpeza de pontos de acesso não autorizados para nomes pessoais e corporativos no catálogo online da Biblioteca da Universidade de Illinois.
More Than a Name A Content Analysis of Name Authority Records for Authors Who Self-Identify as Trans	Thompson, K. J.	2016	Analisa a criação de registros de autoridade de nomes de criadores que se autodeclararam trans.
Evolution and structure of scientific co-publishing network in Korea between 1948-2011	Kim, J. <i>et al.</i>	2016	Investiga a evolução e a estrutura de uma rede nacional de coautoria na Coreia entre 1948 e 2011.
Visual Representation of Academic Communities through Viewshare	Ilik, V.	2015	Discute como o aplicativo <i>web Viewshare</i> foi usado para gerar e personalizar visualizações dinâmicas e exclusivas de dados sobre membros do corpo docente da Universidade do Texas.

'Fu hao,' 'fu hao,' 'fuHao,' or 'fu Hao'? A Cataloger's Navigation of an Ancient Chinese Woman's Name	Diao, J.	2014	Investiga a história evolutiva de nomes chineses pré-Qin que não são abordados ou exemplificados na Tabela de Romanização da Biblioteca do Congresso.
Differences in representations of Japanese name authority data among CJK countries and the Library of Congress	Kimura, M.	2014	Apresenta um estudo comparativo das representações de nomes de pessoas e corporativos japoneses, entre o Japão, a China continental, Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e a LC.
Introducing name authority into an ETD collection	Waugh, L.; Tarver, H.; Phillips, M. E.	2014	Apresenta uma metodologia para estabelecer o controle de nomes de autores em coleções de teses e dissertações.
A case study for understanding the nature of redundant entities in bibliographic digital libraries.	On, Byung-Won; Choi, G. S.; Jung, Soo-Mok	2014	Visa compreender a natureza da variedade de nomes de autores que frequentemente aparecem em bibliotecas digitais bibliográficas (DLs).
Unsupervised author disambiguation using Dempster-Shafer theory	Wu, H. <i>et al.</i>	2014	Propõe um algoritmo de clusterização hierárquica aglomerativa não supervisionado, baseado na Teoria de Dempster-Shafer (DST) para desambiguação de autores.
The Impact of Name Ambiguity on Properties of Coauthorship Networks	Kim, J.; Kim, H.; Diesner, J.	2014	Apresenta um estudo comparativo e o impacto de dois métodos comuns de desambiguação com base em iniciais, com um referencial de dados reais.
Strategies for Cataloging Historical Serials	Folsom, S. L.	2014	Discorre sobre as estratégias de catalogação de periódicos históricos, incluindo o controle de autoridade de nomes de pessoas.
Standardization problem of author affiliations in citation indexes	Taşkin, Z.; AL, U.	2014	Discorre sobre a questão da padronização de afiliação de autores em índices de citação na Turquia
Name Authority Work in Public Libraries	Burke, S. K; Shorten, J.	2013	Discute sobre as práticas de catalogação de autoridades de nomes, a partir de uma amostra aleatória coletada em 2010 em bibliotecas públicas dos Estados Unidos.
Public and Academic Library Cataloging Collaboration in Ohio's NACO Funnel Project	McGurr, M.; Mason, C.; Monaco, M.	2013	Discute os desafios e benefícios na criação de registros de autoridade de nomes pessoais de 3 bibliotecas públicas dos EUA para o projeto "NACO Funnel".
Can Viewshare Be Used as a Research Network Visualization Tool? A Case Study Based on STEM Departments at Texas A&M University	Ilik, V.; Storlien, J.; Olivarez, J.	2013	Discorre sobre a identificação de padrões e tendências de autoria entre docentes das faculdades de Ciências, Geociências e Engenharia da <i>Texas A&M University</i> .
Bibliotheca Alexandrina's Model for Arabic Name Authority Control.	El-Sherbini, M.	2013	Descreve os processos desenvolvidos e implementados na Bibliotheca Alexandrina (BA) para gerenciar o controle de autoridade de nomes árabes em um ambiente multiescrita.
Coping with the storm: Automating name authority record updates and bibliographic file maintenance	Mak, L.	2013	Apresenta um processo de automatização para o acompanhamento das atualizações em registros de autoridade de nomes (NARs).
Using Internet Resources to Research Dates of Birth and Death of Relatively Obscure Individuals for Inclusion in Name Authority Records	Marshall, L.	2012	Discorre sobre as fontes que podem contribuir para o controle de autoridade de nomes de pessoas desconhecidas e falecidas, que viveram nos Estados Unidos durante os séculos XIX e XX.
A Study of Authority Control in Spanish University Repositories	Barrionuevo Almuzara, B., Alvite Díez, M. L.; Rodríguez Bravo, B.	2012	Examina o estado do desenvolvimento do controle de autoridade nos repositórios universitários espanhóis.

Ottoman Authors Revisited: Name Authority Records at the BnF	Musnik, S. Y.	2012	Discorre sobre os desafios, as regras e práticas para o estabelecimento de registros de autoridade para autores otomanos.
Related Material: the Arrangement and Description of Family Papers	Wells, E.	2012	Examina o tratamento de arquivos familiares em uma amostra de repositórios especializados no Reino Unido.
A Fistful of Headings: Name Authority Control for Video Recordings	Emanuel, M.	2011	Discorre sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas em gravações de vídeo.
Authors in the Mathematical Reviews/MathSciNet Database	Richert, N.	2011	Discorre sobre o controle de autoridade de autores na base de dados "Mathematical Reviews/MathSciNet".
The Author Challenge: Identification of Self in the Scholarly Literature	Rotenberg, E.; Kushmerick, A.	2011	Apresenta as ferramentas e serviços de identificação de autores <i>Distinct Author Sets</i> e o <i>ResearcherID</i> — que combinam agrupamento automatizado com a participação ativa dos próprios autores.
The ripple effect of women's name changes in indexing, citation, and authority control	Pellack, L. J.; Kappmeyer, L. O.	2011	Investiga mudanças de nome entre autoras com o objetivo de analisar como esses nomes são representados em índices e em referências citadas, além de identificar áreas problemáticas.
Describing Entities and Identities: The Development and Structure of Encoded Archival Context: Corporate Bodies, Persons, and Families	Wisser, K. M.	2011	Descreve o desenvolvimento do padrão <i>Encoded Archival Context-Corporate Bodies, Persons, and Families (EAC-CPF)</i> .
Issues of Personal Name Authority Control in a Retrospective Cataloging Project	Mak, L.	2011	Descreve os desafios e soluções adotadas no controle de autoridade de nomes pessoais durante um projeto de catalogação retrospectiva na <i>Michigan State University Libraries</i> .
The DeathFlip Project: Automating Death Date Revisions to Name Headings in Bibliographic Records	Kreyche, M.; Lisius, P. H; Park, A.	2010	Discorre sobre o projeto "DeathFlip", criado para automatizar a atualização de cabeçalhos de nomes de pessoas em registros bibliográficos, especificamente no que diz respeito à adição de datas de falecimento.
Querying OCLC Web Services for Name, Subject, and ISBN	Ziso, Y.; LeVan, R.; Morgan, E. L.	2010	Apresenta métodos para pesquisar por nomes, assuntos ou ISBNs em diversas bases de dados do <i>WorldCat</i> e exibir os resultados para os usuários.
Survey of Author Name Disambiguation: 2004 to 2010	Elliott, S.	2010	Apresenta uma revisão de diversas abordagens manuais e automáticas desenvolvidas entre 2004 e o início de 2010, destacando os avanços nas técnicas utilizadas para identificar corretamente autores com nomes iguais ou semelhantes em bases de dados bibliográficas e acadêmicas.
Name Authority Work Today: A Comparison of Types of Academic Libraries	Burke, S. K.; S., Jay	2010	Apresenta estudo comparativo de diferentes tipos e tamanhos de bibliotecas acadêmicas quanto à forma como realizam o controle de autoridade de nomes.

Fonte: O autor (2025).

Com o Quadro 15 é possível ter uma visão macro dos estudos que demonstram como o controle de autoridade de nomes de pessoas é utilizado na prática em diferentes contextos. Alguns abordam as boas práticas, os desafios e os benefícios do controle de autoridade em grupos específicos, como indígenas, pessoas trans e afro descendentes e de sistemas de escritas orientais, como o chinês, coreano e japonês, por exemplo. Outros abordam questões relacionadas à gestão de identidade e à adequação dos arquivos de autoridades locais de acordo com o NACO da LC, que,

apesar de suas peculiaridades específicas, já foram discutidas nas subseções anteriores. Na próxima subseção serão apresentados os estudos teóricos sobre a temática.

5.2.6 Estudos teóricos

Os artigos classificados apenas como estudos teóricos também trazem abordagens já discutidas no referencial teórico desta pesquisa e na análise qualitativa. Adicionalmente, para evitar repetições, tanto conceituais quanto metodológicas, optou-se, conforme mencionado, por apresentá-los em formato de quadro, com resumos indicativos, que podem ser visualizados no Quadro 16.

Quadro 16: Artigos teóricos

Título	Autores	Data	Abordagem
Los catálogos de autoridad de nombres personales: propósitos y metadatos	Hernández Sánchez, N.	2022	Visa identificar os propósitos atuais dos catálogos de autoridade de nomes pessoais, a partir dos metadados (elementos/atributos) que foram incluídos nesses catálogos após a aplicação de padrões de normalização.
Authority Control Today: Principles, Practices, and Trends	Wiederhold, R. A.; Reeve, G. F.	2021	Destaca a importância do controle de autoridade na catalogação e na gestão de bases de dados bibliográficas, aborda sua história, práticas atuais e tendências e questões emergentes na área.
Changing Depictions of Persons in Library Practice: Spirits, Pseudonyms, and Human Books	Dobreski, B.; Kwaśnik, B. H.	2017	Discorre sobre práticas e questões éticas relacionadas à responsabilidade das bibliotecas e à redistribuição e reutilização dos dados bibliográficos sobre pessoas na Web.
Basic Creation of Name and Title Authorities	Hawkins, L.; Nguyen, H.; Moreno, H.	2016	Apresenta um roteiro de criação básica de autoridades de nome e título de acordo com o RDA Original
Cataloger Makeover: Creating Non-MARC Name Authorities	Ilik, V.	2015	Discorre sobre o trabalho de catalogação e o papel dos catalogadores e bibliotecários de metadados no século XXI.
Name authority control in large projects	Dunn, L.	2015	Descreve sobre a criação de uma base de dados de autoridade de nomes em projetos de larga escala.
Authority control. Aspetti operativi in un contesto universitario e nuove esperienze	Cavicchi, S.	2015	Examina o controle de autoridade de nomes de pessoas e como ele é realizado, apresentando os padrões internacionais e os códigos locais que o regem.
In-text author citation analysis: Feasibility, benefits, and limitations	Zhao, D.; Strotmann, A.	2014	Explora a viabilidade, os benefícios e as limitações da análise de citações de autores com base em citações no corpo do texto (<i>in-text author citation analysis</i>), testando seu desempenho em comparação com a análise tradicional baseada em dados de referências extraídas de bases de dados de citação.
Foucault, the Author, and Intellectual Debt: Capturing the Author-Function Through Attributes, Relationships, and Events in Knowledge Organization Systems	Moulaison, H. L.; Dykas, F.; Budd, J. M.	2014	Examina o conceito de <i>função-autor</i> , conforme proposto por Michel Foucault, e sua aplicabilidade na modelagem de autores em sistemas de organização do conhecimento (KOS)
Evolving Landscape in Name Authority Control	Niu, J.	2013	Apresenta um <i>framework</i> conceitual para o controle de autoridade de nomes em bibliotecas, incluindo métodos para a desambiguação de agentes que compartilham o mesmo nome e para a reunião de obras de agentes que utilizam múltiplos nomes.
The Path toward Global Interoperability in Cataloging	Tolkoff, I.	2010	Analisa os passos em direção ao objetivo da interoperabilidade universal, com foco especial nos esforços para reconciliar obstáculos linguísticos e organizacionais.

Fonte: O autor (2025).

De acordo com o levantamento e as discussões dos artigos aprovados na RSL, evidencia-se que o controle de autoridade de nomes de pessoas não é algo trivial e envolve diversas abordagens e requisitos que vão desde aspectos históricos, técnicos e culturais, perpassando por questões tecnológicas, pela adoção de padrões e pela criação e desenvolvimento de ferramentas e diretrizes oriundas do esforço e trabalho colaborativo entre profissionais e pesquisadores das áreas da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação de diversos lugares do mundo. Nessa perspectiva, tem-se o estado da arte sobre a temática e a possibilidade de enxergar as possibilidades e as respostas para a questão problema desta pesquisa e atingir os objetivos propostos.

O controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto atual tem seu principal embasamento na utilização de identificadores persistentes e na sua adequação com os princípios de dados conectados. No entanto, constatou-se que, apenas a adoção de agregadores ou sistemas de gestão de identidade, em conjunto com as práticas recomendadas pelo W3C para o *Linked data*, não são suficientes para um controle eficiente.

Desse modo, na próxima seção, sugere-se um conjunto de recomendações e boas práticas para o controle de autoridade de nomes de pessoas de acordo com o contexto tecnológico vigente.

6 CONJUNTO DE RECOMENDAÇÕES E BOAS PRÁTICAS PARA O CONTROLE DE AUTORIDADE DE NOMES DE PESSOAS NO CONTEXTO TECNOLÓGICO VIGENTE

Com o objetivo de reunir as melhores práticas relacionadas ao controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto atual e apresentar de que forma o processo pode contribuir para reduzir as inconsistências na recuperação e ampliar as possibilidades de identificação desse tipo de entidade, elaborou-se um conjunto de recomendações e boas práticas com base no estado da arte sobre o controle de autoridade, que são descritas conforme a Figura 16.

Figura 16: Conjunto de recomendações e boas práticas para a descrição de nomes de pessoas



Fonte: O autor (2025).

É importante ressaltar que no conjunto apresentado não há uma hierarquia e que sua adoção pode depender também de fatores tecnológicos e outros aspectos de acordo com cada realidade. A seguir são apresentados mais detalhes de cada recomendação e boa prática.

6.1 RECOMENDAÇÕES

- 1) **Conheça o usuário e como ele pesquisa** para adequar a descrição à sua necessidade real e ao seu modelo mental, atentando-se ao princípio de destaque dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2016): “interesse do usuário”. Vale destacar também o resultado encontrado no experimento de Stanwicks e Iyer (2024), no qual constatou-se que grande parte das “tags” geradas pelos próprios usuários correspondiam a atributos da entidade pessoa do RDA, como gênero musical, local de nascimento, ocupação e gênero, o que contribui para uma descrição mais enriquecida e adequada ao comportamento do usuário na busca pela informação.
- 2) **Lembre-se dos usuários potenciais** que podem se tornar usuários reais, ao descobrir mais informações sobre a entidade descrita, o que vai de encontro com a tarefa do usuário “explorar” preconizada pelo IFLA LRM (Riva; Le Bouef; Žumer, 2017), que permite que o usuário descubra outros recursos utilizando os relacionamentos entre eles, contextualizando-os, e com o princípio da serendipidade, sinalizado por Mostafa, Santarém Segundo e Sabbag (2016), que possibilita o encontro ao acaso de informações que não as intencionalmente procuradas.
- 3) **Conheça o seu catálogo ou produto** para ajustá-lo sempre que necessário às tendências e, principalmente, às necessidades do usuário, indo de encontro com as tarefas preconizadas pelo IFLA LRM, que são elencadas de acordo com as necessidades do usuário final (Arakaki, 2020). Somado a isso, Durocher *et al.* (2020), ao discorrerem sobre a integração do ISNI nos fluxos de metadados do PCC, por exemplo, identificaram diversos problemas relacionados à interface do sistema, à curadoria de dados e à ausência de regras mais formais e rígidas, como as encontradas nos códigos ou diretrizes de catalogação, o que demanda a revisão e ajustes dos sistemas e produtos nesse contexto.

- 4) **Verifique se o usuário pode contribuir com a descrição**, pois ninguém melhor que a própria pessoa para descrevê-la de maneira mais consistente e fidedigna. Craft (2019) aborda em sua pesquisa sobre os desafios técnicos, as boas práticas e destaca o trabalho colaborativo como ponto fundamental para a publicação de dados de autoridade como *Linked data*. Baldoni e Willey (2024) recomendam maior envolvimento dos próprios autores na gestão de identidade nos sistemas bibliográficos, principalmente por questões de privacidade e ética na descrição de nomes de pessoas. Stanwicks e Iyer (2024) consideram uma descrição híbrida, adaptada ao modelo mental dos usuários, que pode ser expandida para outros domínios.
- 5) **Contextualize o cenário** para atender às necessidades internas e externas ao sistema, atribuindo significado ao nome descrito, atendendo a tarefa do usuário “contextualizar” preconizada pelo FRAD (Riva; Le Bouef; Žumer, 2017), na qual visa situar uma pessoa ou instituição corporativa em um contexto; explicar o relacionamento entre duas ou mais pessoas, entidades corporativas, obras ou entre uma pessoa e uma organização, entre outros; e esclarecer a relação entre a pessoa e o nome pelo qual ela é conhecida (nome artístico, religioso ou apelido, por exemplo). Além disso, essa recomendação vai de encontro com a premissa apontada por Coyle (2007), na qual sinaliza que, em um cenário de abundância de autores, nomes não são significativos sem um contexto, e com a visão de Smith-Yoshimura (2020), alertando que a forma com que a informação bibliográfica é tratada e abordada atualmente, na qual apenas os bibliotecários e os sistemas de bibliotecas entendem os dados, tende a se tornar obsoleta em breve.
- 6) **Pense localmente, descreva globalmente** para atender usuários locais, sem esquecer da importância da interoperabilidade e do reuso dos dados por outros sistemas e outros usuários. Conforme sinalizado por Smith-Yoshimura (2020), é necessário que estes dados se transformem em novas estruturas e que possam ser reutilizados em ambientes de dados conectados no futuro, isto é, fora do domínio das bibliotecas. Craft (2019) e Weidner, Washington e Liu (2019) também assinalam que muitas instituições possuem dados de autores locais que não são encontrados em arquivos ou agregadores de autoridade compartilhados, como o “*Library of Congress Name Authority File*” (LCNAF) ou VIAF, por exemplo, e por isso,

diversas iniciativas têm buscado publicar dados de autoridade de nomes de pessoas no formato de *Linked data*, com o objetivo de complementar as descrições de recursos em coleções locais. Da mesma forma, Crowe e Clair (2015) discorrem sobre os primeiros passos para a criação de uma ferramenta colaborativa para publicação de dados de autoridade locais em formato de *Linked data*, com foco em instituições menores e com recursos limitados.

- 7) **Amplie a descrição para além das diretrizes/normas** para adequar e complementar a descrição de acordo com a forma que os usuários buscam ou podem buscar, principalmente em casos omissos pelas diretrizes ou padrões utilizados. Liu et al. (2014) recomendam o enriquecimento dos metadados com fontes externas e questões culturais para melhorar a desambiguação de nomes.
- 8) **Avalie questões de privacidade e ética**, especialmente em casos sensíveis, de caráter sigiloso ou por motivos pessoais, sempre utilizando o bom senso e a legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais. Yon, Baldoni e Willey (2024) abordam os desafios em relação à atualização de nomes em ambientes de dados conectados, especialmente em casos de transição de gênero, mudança de estado civil ou razões pessoais. Os autores defendem um cuidado mais rigoroso, baseado na ética e na privacidade, ao tratar dados de nomes de pessoas. Billey (2019), ao discorrer sobre a ampliação dos metadados nos arquivos de autoridade, sugere registrar apenas as informações mais necessárias nos registros de autoridade, a fim de reduzir o viés na catalogação e garantir a privacidade dos dados pessoais de autores e colaboradores nos arquivos de autoridade.
- 9) **Avalie questões sobre minorias, grupos históricos e outras etnias**, respeitando a origem, a forma e a imparcialidade de como devem ser representados. Kimura (2015) sugere em seu estudo a inclusão de nomes em línguas não romanas ao FRAD, como o chinês, japonês e coreano, por exemplo. A autora ressalta que o modelo apresentava limitações na identificação e na representação de nomes nesses idiomas, principalmente no que se referia às relações entre diferentes formas de escrita, como transcrição, transliteração e romanização. Já Dagher e Soufi (2021) discorrem sobre as diretrizes do NACO e do RDA para criação de registros

de autoridade de nomes de pessoas árabes. Da mesma forma que sinalizado por Kimura (2014) em relação aos nomes escritos em chinês, japonês e coreano, nomes árabes também possuem grande complexidade de controle, desambiguação e transliteração. Kim, Kim e Kim (2023) apontam que a desambiguação de nomes de autores chineses é mais complexa do que em outras etnias, isso porque os sobrenomes e os primeiros nomes tendem a ser compartilhados, criando mais homônimos. Esse cenário se agrava ainda mais quando é levado em consideração o sistema de escrita chinês e sua transliteração para o alfabeto latino, por exemplo. Portanto é importante avaliar a necessidade de transliteração dos nomes, pois a conversão de caracteres de um sistema de escrita para outro pode gerar inconsistências, principalmente se o catalogador não tiver conhecimento mais aprofundado do sistema de origem.

- 10) **Avalie a necessidade de uma descrição exaustiva**, pois, além das questões éticas e de privacidade, há questões relacionadas aos ruídos e ao viés na catalogação, que podem levar a representações imprecisas e inconsistentes, conforme apontamento de Billey (2019, p. 1, tradução nossa):

os catalogadores registram atualmente muito mais informações sobre pessoas nos registros de autoridade. A inclusão de todos esses novos metadados adicionais nos arquivos de autoridade tem o potencial de prejudicar as próprias pessoas que estamos catalogando, seja por meio da identificação incorreta ou da censura de informações devido ao viés do catalogador, ou ainda pela captura de informações pessoais identificáveis que poderiam ser usadas contra essas pessoas. Isso tem grandes implicações no ambiente de dados vinculados, quando os metadados são reutilizados e não podem mais ser controlados pelos indivíduos ou instituições que criaram os dados originais. Os riscos são grandes demais e ainda não vimos resultados em nossos sistemas de descoberta que justifiquem a adição de tantas informações pessoais sobre indivíduos nos registros de autoridade das bibliotecas.

- 11) **Acompanhe as novidades sobre a temática**, pois, como em qualquer área, é importante atualizar-se e atentar-se para as mudanças, espelhando-se em experiências bem-sucedidas e adequando ao contexto vigente, quando possível. De acordo com Smith-Yoshimura (2020), um dos desafios para as bibliotecas e para os bibliotecários é a adaptação aos novos modelos propostos. A autora destaca que, com o surgimento do RDA, o foco passa a ser nos dados e os profissionais e as bibliotecas passam a ter um estímulo para que possam se adequar em direção à contextualização

desses dados, tornando as informações mais compreensíveis para os usuários e para as máquinas.

- 12) **Publique/Divulgue sua experiência**, pois pode servir de modelo e ser útil para outras experiências, contribuindo assim, para consolidação teórica e prática do controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto tecnológico vigente. Conforme constatado nessa pesquisa, os estudos específicos sobre a temática, principalmente no âmbito nacional, são escassos, o que também é reconhecido por Assumpção (2018, p. 18) em sua pesquisa, ao evidenciar “a ausência de experimentos com as tecnologias da *Web Semântica* e as práticas de *Linked Data* envolvendo bibliotecas brasileiras”.

6.2 BOAS PRÁTICAS

- 1) **Utilize nome como entidade** para ampliar as possibilidades de identificação, conforme preconizado pelos Princípios Internacionais de Catalogação:

As entidades são os objetos chave de interesse para os usuários em um domínio particular. Cada entidade pode ser descrita por suas características primárias, chamadas de atributos. Os atributos da entidade servem também como um meio pelo qual os usuários elaboram consultas e interpretam as respostas quando buscam informações sobre uma entidade particular. Os relacionamentos explicam as conexões entre entidades. (IFLA, 2016, p. 6).

Vale ressaltar que, embora a maioria dos sistemas de bibliotecas não trate nomes de pessoas como entidade, em outros sistemas ou domínios, como repositórios ou bases de dados, por exemplo, é possível fazer essa distinção.

- 2) **Utilize identificadores persistentes** para reduzir as ambiguidades e inconsistências, ampliar a visibilidade, a rastreabilidade e a interoperabilidade. Os arquivos de autoridade se concentram na "forma preferencial" de um nome, que pode variar dependendo do idioma, disciplina, contexto e intervalo de tempo, o que muitas vezes restringe as possibilidades de recuperação e interoperabilidade dos dados. De acordo com Smith-Yoshimura (2020), a utilização de um identificador único pode resolver essas questões. Zhu (2019) discorre sobre o futuro do controle de autoridade no contexto do *Linked data* e, assim como outros autores, recomenda a utilização de identificadores únicos (URIs), além do uso de

vocabulários abertos conectados e a substituição do simples controle de nomes pela gestão de identidade, indo de encontro com a tendência contemporânea. Wiederhold e Reeve (2021, p. 21, tradução nossa) complementam afirmando que,

enquanto o controle de autoridade é focado principalmente em gerenciar o acesso às entidades, autorizando uma forma específica de um nome, título ou conceito, a Gestão de Identidade prioriza atribuir identificadores únicos a uma única entidade em detrimento à diferenciação de nomes. O movimento em direção aos dados conectados e à Web Semântica amplia e expande o papel do controle de autoridade de determinar simplesmente os pontos de acesso usados na descrição bibliográfica a um processo de criação e gestão de entidades e suas relações com outras entidades.

- 3) **Siga as recomendações do W3C para o *Linked Data*** para que os dados possam ser conectados entre eles e com dados externos ao catálogo ou ao sistema e descobertos por máquinas e humanos:

- 1) Use Uniform Resource Identifier (URIs) como nomes para as coisas;
- 2) Use Hypertext Transfer Protocol (HTTP) URIs, para que as pessoas possam procurar esses nomes;
- 3) Utilize o padrão Resource Description Framework (RDF) para fornecer informações sobre os recursos; e
- 4) Inclua links para outros URIs, para que eles possam descobrir mais coisas (Berners-Lee, 2006).

Jesus, Castro e Ramalho (2021) ressaltam que, embora os dados bibliográficos sejam tradicionalmente bem estruturados e padronizados, eles permanecem limitados ao domínio bibliográfico. A publicação desses dados com o *Linked Data* oferece a vantagem de ampliar o uso por instituições fora desse domínio. Os autores chamam atenção para as bibliotecas que, sendo publicadoras de dados, devem seguir as recomendações do *World Wide Web Consortium (W3C)*, buscando a qualidade, a veracidade e a consistência dos dados, além de permitir a identificação das fontes e o controle de permissão de uso. Para isso, é importante que a comunidade bibliográfica desenvolva critérios que orientem sua atuação como consumidora de dados.

- 4) **Adote sistemas de gestão de identidade** como o ORCID, o VIAF ou outros que possam contribuir para a identificação inequívoca da entidade pessoa, incluindo sistemas locais de identificação. Silva, Serra e Santarém Segundo (2017) e Romanetto, Santos e Alves (2017) tratam sobre os agregadores de dados de autoridade ORCID e VIAF e suas relações com o *Linked Data* e a utilização de identificadores persistentes no controle de

autoridade de nome de pessoas. Os autores destacam a questão do reaproveitamento e do enriquecimento dos dados e da desambiguação de nomes de pessoas por meio da adoção do ORCID em catálogos de bibliotecas e concluem que o ORCID pode contribuir para a recuperação de autores, mesmo que estejam com outra grafia ou sejam conhecidos por outro nome. Sandberg e Jin (2016) sugerem o uso em conjunto dos agregadores VIAF, ISNI e ORCID para melhorar a identificação e o controle de autoridade de autores.

- 5) **Adote diretrizes vigentes**, como o RDA, para garantir a consistência dos dados e ampliar as possibilidades de interoperabilidade e recuperação da informação, possibilitando que o catálogo, tanto bibliográfico quanto de autoridades, esteja preparado para o contexto dos dados conectados. De acordo com Assumpção (2018, p. 119):

O RDA tem se apresentado mais apto para a criação de registros de autoridade representando pessoas, famílias e entidades coletivas, se comparado com seu antecessor, o AACR2r (...) destaca-se que a proximidade dos vocabulários com o próprio RDA pode favorecer sua adoção por parte das instituições que utilizam esse código de catalogação. Além disso, os mapeamentos já existentes entre os atributos e relacionamentos do RDA e o Formato MARC 21 para Dados de Autoridade auxiliam no mapeamento dos campos e subcampos desse formato para as propriedades dos vocabulários (...). Sem a necessidade de utilização das entidades definidas no FRBR, o vocabulário de propriedades não restritas tem suas possibilidades de uso ampliadas, podendo ser utilizado tanto no domínio bibliográfico quanto fora dele.

Desse modo, o conjunto de recomendações e boas práticas para o controle de autoridade proposto nesta investigação se destaca como um aspecto inovador, ao passo que se apresenta como uma recomendação nacional, ao integrar a base teórica e aplicada do controle de autoridade de nomes de pessoas em ambientes informacionais digitais.

Na próxima seção são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou responder de que forma o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente com vistas a ampliar as possibilidades de identificação inequívoca de nomes de pessoas.

Para tanto, teve como objetivo identificar como o controle de autoridade pode ser aplicado no contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas. Para atingir o objetivo, recorreu-se ao método de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para apresentar o estado da arte sobre a temática.

Adicionalmente, discorreu-se sobre as principais características, problemas e as tendências do controle de autoridade de nomes de pessoas, identificou-se e apresentou-se as recomendações do RDA na descrição de entidades pessoas.

No levantamento do *corpus* documental foi possível identificar que a maior parte dos estudos se restringe ao domínio bibliográfico e utilizam a metodologia de estudo de caso. Vários autores mencionam sobre os desafios de se manter o controle de autoridade de nomes de pessoas em seus catálogos, sobre a transição desses dados para o *Linked data* e da necessidade de se utilizar identificadores persistentes na descrição de nomes de pessoas.

Como resultados da RSL, foram construídas 6 (seis) categorias temáticas para análise da massa documental, que compreendem: a) artigos nacionais; b) serviços e produtos; c) tecnologias e boas práticas; d) modelos, esquemas de descrição, padrões e diretrizes; e) estudos de caso; e f) estudos teóricos.

Os artigos nacionais ou escritos por brasileiros se destacam por trazerem diferentes aspectos sobre o controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto vigente, que vão desde a adoção de sistemas de gestão de identidade como o ORCID e o VIAF, por exemplo, até experimentos mais complexos para desambiguação de nomes. Outro aspecto que merece destaque é o número de artigos publicados por brasileiros, que aparece em segundo lugar como o país que mais publicou sobre a temática. Mesmo com investimento inferior em pesquisa em relação aos outros países que aparecem no *ranking*, percebe-se o esforço e a preocupação dos autores em contribuir para a consolidação teórica sobre o tema, além de trazer aspectos práticos em estudos de casos mais específicos em bibliotecas e repositórios institucionais.

Em relação aos serviços e produtos, diversos artigos trazem propostas para otimizar o controle de autoridade de nomes de pessoas, englobando a adoção de

sistemas de gestão de identidade como o ORCID, o VIAF, o SCOPUS AUTHOR ID e o ISNI e ferramentas como o *Wikidata* e *Wikipedia*. Embora vários estudos tragam abordagens locais e específicas, outros apresentam projetos mais amplos para a adoção desses sistemas, como a Alemanha, com o projeto ORCID DE e os Estados Unidos, com os projetos desenvolvidos pela LC, de forma colaborativa, como o *PCC ISNI pilot* e o *LC/NACO Name Authority File*, por exemplo. De forma geral, o VIAF, por ter a participação de várias Bibliotecas Nacionais do mundo como provedora de dados e o ORCID, que tem seu crescimento relacionado geralmente à imposição editorial e institucional, lideram como serviços mais utilizados e analisados pelos autores.

Vale ressaltar que nenhum sistema de gestão de identidade cobre todos os casos de uso. O ORCID é voltado para o cenário acadêmico, é alimentado pelos próprios autores e é limitado apenas para pesquisadores vivos. O VIAF é alimentado por bibliotecas nacionais de vários países, no entanto, apesar da imensa massa documental e pela tecnologia de dados conectados, os dados ficam restritos aos catálogos das bibliotecas cooperantes. Já para a criação de um ISNI, é necessário solicitar a uma agência credenciada, e de acordo com o *site* oficial, não há agência no Brasil (ISNI, 2025), o que pode dificultar a sua utilização. Assim, a escolha de um ou de vários identificadores a serem utilizados, vai depender do perfil institucional, das necessidades dos usuários reais e potenciais e da riqueza dos dados que se pretende obter.

Outro serviço de relevância e que agrega no contexto do controle de autoridade no contexto tecnológico vigente e que é abordado por diversos autores é o *Wikidata*. Conforme constatado, o *Wikidata*, embora possua lacunas como as questões éticas, a falta de diretrizes padronizadas e as dificuldades na modelagem de dados, pode ser utilizado como identificador universal para nomes de pessoas e contribuir para a consolidação da *Web* de dados no futuro.

Nessa perspectiva, em relação às tecnologias e às boas práticas adotadas, os estudos voltam-se para a utilização de identificadores únicos, para os desafios e os benefícios da publicação de dados de autoridade em formato de *Linked data* e para a desambiguação automática de nomes de pessoas. Constatou-se que o mapeamento dos dados existentes para um formato compatível com o *Linked Data* é complexo e exige revisão de muitas estruturas de dados previamente utilizadas. Somado a isso, há questões relacionadas à identificação e à normalização das identidades, pois o uso

de múltiplos formatos e fontes de dados pode aumentar o risco de inconsistências nos dados e na maneira como as entidades são relacionadas.

Verificou-se também, que a implementação e os projetos existentes e futuros exigem investimentos em infraestrutura e treinamento, de forma a garantir a interoperabilidade entre os sistemas. Justamente por essa razão, é importante um planejamento gradual e estruturado na transição para o *Linked Data*, visando minimizar os riscos, principalmente no que concerne à reutilização dos dados, já que esses dados não podem mais ser controlados pelos indivíduos ou instituições que criaram os dados originais. Essas barreiras, no entanto, precisam ser ultrapassadas para que as bibliotecas ou outros domínios possam aproveitar os benefícios de uma abordagem mais integrada e acessível para o controle de autoridade de nomes de pessoas no contexto atual e futuro.

Portanto, embora a adoção do *Linked Data* traga benefícios consideráveis para a melhoria do controle de autoridade e amplie o acesso dos dados bibliográficos, os desafios discutidos – como a adaptação tecnológica, a resistência institucional e a padronização de dados – precisam ser cuidadosamente considerados, discutidos e abordados para garantir uma transição bem-sucedida. A integração de sistemas tradicionais com o *Linked Data* requer uma abordagem estruturada, alinhada às melhores práticas de interoperabilidade e qualidade dos dados.

Deve-se seguir as recomendações do W3C, buscando a qualidade, a veracidade, a consistência e a ética ao tratar dados de pessoas, além de permitir a identificação das fontes e o controle de permissão de uso. Para isso, é importante que a comunidade bibliográfica desenvolva critérios e adote diretrizes que orientem sua atuação como consumidora de dados.

Em relação aos modelos, esquemas de descrição, padrões e diretrizes, foi identificado em muitos estudos analisados, que o RDA se caracteriza como o instrumento a ser adotado para a padronização e para a descrição de nomes de pessoas. Artigos mais antigos sugerem, inclusive, mudanças nos modelos conceituais que deram origem ao RDA, como as limitações na definição de gênero e de sistemas de escrita não romanas no FRAD, por exemplo. Em artigos mais recentes, já com a abordagem de acordo com o RDA Oficial, verificou-se formas inovadoras para criação de dados de autoridade de nomes de pessoas, como a catalogação híbrida, por exemplo, envolvendo, além do conjunto de diretrizes e da adoção de sistemas de gestão de identidade e de tecnologias específicas, a participação do

usuário na descrição. Esse tipo de descrição permite enriquecer os dados, adequar a descrição às necessidades reais do usuário e ampliar a possibilidade de identificação de pessoas e de extrair informações mais precisas diante de perguntas mais complexas.

Para os trabalhos classificados apenas como estudos de caso e estudos teóricos, optou-se por apresentá-los em formato de quadro, com resumos indicativos, para evitar repetições, tanto conceituais quanto metodológicas. Foi possível obter uma visão macro de outros estudos que demonstram como o controle de autoridade de nomes de pessoas é utilizado na prática em diferentes contextos e os aspectos conceituais e teóricos que contribuem para um cenário mais consolidado no âmbito da Ciência da Informação.

Evidencia-se, que a pesquisa atingiu os objetivos propostos, demonstrando de que forma o controle de autoridade pode ser utilizado no contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas. O objetivo específico 1 foi alcançado com as abordagens e discussões da Seção 2, que apresentou o histórico da catalogação e do controle de autoridade até o contexto atual. O segundo objetivo específico foi atendido com a Seção 3, na qual foram apresentadas as recomendações do RDA para a descrição de entidades pessoas.

A Revisão Sistemática de Literatura foi o método de pesquisa que possibilitou a construção do estado da arte sobre a temática e atender ao objetivo 3. Neste contexto, essa pesquisa contribui com um arcabouço teórico-metodológico robusto e consistente, apresentando uma base de conhecimento sólida para o ensino e a pesquisa em catalogação e metadados.

Adicionalmente, foi possível criar um conjunto de recomendações e boas práticas para a descrição de nomes de pessoas de acordo com o cenário atual e atender ao quarto objetivo da pesquisa. O conjunto de recomendações e boas práticas, além de responder como o controle de autoridade pode ser adotado de acordo com o contexto tecnológico vigente e seu impacto na identificação de nomes de pessoas, apresenta-se como um aspecto inovador nas discussões sobre a temática e para o estabelecimento cuidadoso do controle de autoridade nesse contexto. As recomendações podem ser consideradas como um ponto de partida para que os bibliotecários catalogadores no seu exercício profissional e pesquisadores do campo da Ciência da Informação possam refletir criticamente e adotar práticas,

políticas e procedimentos mais consolidados no âmbito da catalogação contemporânea.

Como estudos futuros, recomenda-se ampliar as discussões sobre o controle de autoridade para outros tipos de entidades, como assuntos, por exemplo. Estudos que tragam aplicações práticas e projetos-piloto sobre a temática também podem contribuir para o desenvolvimento de um corpo teórico mais consolidado.

Além disso, é importante verificar também, como outras áreas do conhecimento ou domínios não-bibliográficos podem se beneficiar com o controle de autoridade de nomes de pessoas de acordo com o contexto tecnológico vigente. E, por fim, sugerem-se estudos que contemplem aspectos da inteligência artificial e sua possível contribuição nesse cenário.

REFERÊNCIAS

- AGHASSIBAKE, Negeen *et al.* Visualizing institutional activity using persistent identifier metadata. *Information Services & Use*, v. 43, p. 335–342, 2023. Disponível em: <https://github.com/lyrasis/ORCID-Data-Visualization>. Acesso em: 24 mai. 2025.
- AMEY, Catherine. Names in Aotearoa: A Personal Reflection on the National Library of New Zealand [Te Puna Mātauranga o Aotearoa's] Experiences with the NACO and SACO Programs. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 58, n. 3-4, p. 351-360, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1707337>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- ARAKAKI, Ana Carolina Simionato. O Modelo IFLA Library Reference Model e o Linked Data. *Informação & Informação*, v. 25, n. 3, p. 163–186, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41868>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- ARAKAKI, Ana Carolina Simionato; ARAKAKI, Felipe Augusto. Resource Description and Access (RDA) official: aspectos e perspectivas para a catalogação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2023. **Anais [...]** XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258277>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- ARAKAKI, Ana Carolina Simionato; MACHADO, Amanda Azevedo dos Santos. Resource Description and Access para descrição de dados de autoridade: contexto para os artistas da música. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 2, p. 175–196, 2023. DOI: [10.11606/issn.2178-2075.v14i2p175-196](https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v14i2p175-196). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/202351>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- ARMITAGE, Amy *et al.* ISNI and traditional authority work. *JLIS.it*, v. 11, n. 1, p. 151–163, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-12554>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ASLANIDI, Maria; PAPADAKIS, Ioannis; STEFANIDAKIS, Michalis. Name and title authorities in the music domain: alignment of UNIMARC authorities format with RDA. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 56, n. 4, p. 354–373, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2018.1423596>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Modelo para a publicação de dados de autoridade como Linked Data**. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/152759>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **O que é controle de autoridade?** Fabrício Assumpção: ideias, notícias e reflexões sobre catalogação, 2015. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/2015/06/o-que-e-controle-de-autoridade.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **O que é FRBR?** Fabrício Assumpção: ideias, notícias e reflexões sobre catalogação, 2012. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/2012/07/o-que-e-frbr.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 37, v. 18, p. 203-226, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39488>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ASSUMPCAO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Ventura Amorim da Costa; ZAFALON, Zaíra Regina. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. **Biblios (Peru)**, n. 68, p. 21-33, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2017.342>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BARGIONI, Stefano. From Authority Enrichment to AuthorityBox: applying RDA in a Koha environment. **JLIS.it**, v. 11, n. 1, p. 175–189, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-12595>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARRIONUEVO ALMUZARA, Leticia; ALVITE DÍEZ, M^a Luisa; RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. A study of authority control in Spanish university repositories. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 2, p. 95-103, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2012-2-95-1>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BERNERS-LEE, T. Linked data, **W3.Org.**, Massachusetts, 27 Jul. 2006. Disponível em: <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BIANCHINI, Carlo; BARGIONI, Stefano; PELLIZZARI DI SAN GIROLAMO, Camillo Carlo. Beyond VIAF: Wikidata as a complementary tool for authority control in libraries. **Information Technology and Libraries**, v. 40, n. 2, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ital.v40i2.12959>. Acesso em: 24 maio 2025.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogo**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web. Acesso em: 20 jan. 2024.

BIGELOW, Ian; SPARLING, Abigail. Control or chaos: embracing change and harnessing innovation in an ecosystem of shared bibliographic data. **JLIS.it**, v. 13, n. 1, p. 67–85, 2022. Disponível em: <https://www.jlis.it/index.php/jlis/article/view/420>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BILLEY, Amber. Just because we can, doesn't mean we should: An argument for simplicity and data privacy with name authority work in the linked data environment. **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 1-2, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1589684>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BILLEY, Amber; DRABINSKI, Emily; ROBERTO, K. R. What's gender got to do with it? A critique of RDA rule 9.7. **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 52, n. 4, p. 412-421, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.882465>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BORDONS, María; MORENO-SOLANO, Laura; GONZÁLEZ-ALBO, Borja. ORCID identifier adoption in Spanish scholarly communication: A macro and micro level study. **Learned Publishing**, v. 37, n. 3, p. e1606, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/leap.1606>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOYLE, William; DUDLEY, Michael; HATINGUAIS, Caroline. Tongue-Tied by Authorities: Library of Congress vocabularies and the Shakespeare authorship question. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 60, n. 8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2022.2124473>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRAGA, Gerlaine da Rocha; SILVEIRA, Naira Christofoletti. 60 anos dos Princípios Internacionais de Catalogação: histórico e desenvolvimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis/SC, Brasil, v. 26, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/82384>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRITISH LIBRARY. **Catálogo**. Reino Unido, 2022. Disponível em: https://bl01.primo.exlibrisgroup.com/discovery/search?vid=44BL_INST:BLL01&lang=en. Acesso em: 20 jan. 2024.

BURKE, Susan K.; SHORTEN, Jay. Name Authority Work in Public Libraries. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 51, n. 4, p. 365-388, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2012.742996>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BURKE, Susan K.; SHORTEN, Jay. Name Authority Work Today: A Comparison of Types of Academic Libraries. **Library Resources & Technical Services**, v. 54, n. 1, p. 4-19, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.54n1.4>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MYdhd>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CANDELA, Gustavo *et al.* Migration of a library catalogue into RDA linked open data. **Semantic Web**, v. 9, n. 4, p. 481-491, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/SW-170274>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CANNAN, Judith P.; FRANK, Paul; HAWKINS, Les. LC/NACO Authority File in the Library of Congress BIBFRAME Pilots. **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 1-2, p. 39-51, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1589693>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CARDOSO, Carmen Islair Bilhalva; MIRANDA, Angélica Conceição Dias. Modelo de Controle da Autoridade de nomes pessoais: uma proposta para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande. **ÂGORA: Arquivologia em debate**, v. 30, n. 60, p. 130-147, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/894>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CASTRO, Fabiano Ferreira de. Catalogação Descritiva: necessidade de revisão em suas bases teórico-conceituais?. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 107-134, out. 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41888>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Elementos de interoperabilidade na perspectiva da Catalogação Descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**. UFPB, v. 24, p. 13-25, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/130230>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CAVALHEIRO, Karen Cristina Soares; ARAKAKI, Felipe Augusto. Resource Description and Access (RDA): as diretrizes antes e depois do Projeto 3R. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-129637, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/129637>. Acesso em: 21 out. 2024.

CAVICCHI, Sabina. Authority control. Aspetti operativi in un contesto universitario e nuove esperienze. **JLIS.it**, v. 6, n. 1, p. 161-182, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-10340>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CHEN, Shu-Jiun. Semantic Enrichment of Linked Personal Authority Data: A Case Study of Elites in Late Imperial China. **Knowledge Organization**, v. 46, n. 8, p. 607-614, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2019-8-607>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CHO, James H. Cataloging for a Celebration: Metadata for an Institutional Repository from the Ground Up. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 60, n. 2, p. 141-163, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.2018633>. Acesso em: 11 abr. 2025.

COHEN, Ahava. Luck is what happens when preparation meets opportunity: building Israel's multilingual, multiscript authority database. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 7, p. 632-650, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1815920>. Acesso em: 11 abr. 2025.

COYLE, Karen. **Name authority control, aka name identification**. Blog, 2007. Disponível em: <http://kcoyle.blogspot.com/2007/09/name-authority-control-aka-name.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRAFT, Anna R. Local name authorities and linked data: the landscape. **Serials Review**, v. 45, n. 1-2, p. 61-65, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00987913.2019.1613736>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CRAFT, Anna R. Managing Researcher Identity: Tools for Researchers and Librarians. **Serials Review**, v. 46, n. 1, p. 44-49, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00987913.2020.1720897>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CROWE, Katherine; CLAIR, Kevin. Developing a tool for publishing linked local authority data. **Journal of Library Metadata**, Philadelphia, v. 15, n. 3-4, p. 227-240, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/19386389.2015.1099993>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19386389.2015.1099993>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CRUZ, Irénquer Vismeg Lucas Cruz. **O controle de autoridade e a contribuição da RDA: um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa**. 2022. 223 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/42315/1/Disserta%20a7%20a3o%20Ir%20enquer%20Vismeg%20Lucas%20CA%20e%20RDA%20VERS%2083O%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRUZ, Irénquer Vismeg Lucas; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. A RDA e o controle de autoridade de nome pessoal: um estudo nas Bibliotecas da UFMG. **Ciência da Informação Express**, v. 5, p. 1-21, 2024. DOI: 10.60144/v5i.2024.111. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/111>. Acesso em: 14 maio 2025.

CUI, Hong; STACY, Sarah. Welcome to LAC/Bienvenue à BAC: A New Bilingual NACO Partner. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 2, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1724224>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DAGHER, Iman; SOUFI, Denise. Authority control of Arabic personal names: RDA and beyond. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 59, n. 2-3, p. 260–280, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1845896>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2020.1845896>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DANLEY, Mark H. Problems and Possibilities for NACO Armed Forces Access Points: The Cases of Serbia and Yugoslavia. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 119-188, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2023.2189897>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DIAO, Junli. “Fu hao,” “fu hao,” “fuHao,” or “fu Hao”? A cataloger’s navigation of an ancient Chinese woman’s name. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 53, n. 1, p. 71-87, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.935543>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DOBRESKI, Brian; KWAŚNIK, Barbara H. Changing Depictions of Persons in Library Practice: Spirits, Pseudonyms, and Human Books. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 8, p. 656-667, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-8-656>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DOWNEY, Moira. Assessing author identifiers: preparing for a linked data approach to name authority control in an institutional repository context. **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 1-2, p. 117–136, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19386389.2019.1590936>. Acesso em: 24 mar. 2025.

DUNN, Linda. Name authority control in large projects. **The Indexer: The International Journal of Indexing**, v. 33, n. 3, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3828/indexer.2015.32>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DUNSIRE, Gordon; FRITZ, Debora; FRITZ, Richard. Instructions, Interfaces, and Interoperable Data: The RIMMF Experience with RDA Revisited. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 1, p. 44-58, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1693465>. Acesso em: 04 jul. 2023.

DUROCHER, Michelle *et al.* The PCC ISNI Pilot: exploring Identity Management on a global, collaborative scale. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n 3-4, p. 438–448, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1713952>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ELLIOTT, Sarah. Survey of Author Name Disambiguation: 2004 to 2010. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**, 2010. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/473>. Acesso em: 11 abr. 2025.

EL-SHERBINI, Magda. Bibliotheca Alexandrina's Model for Arabic Name Authority Control. **Library Resources & Technical Services**, v. 57, n. 1, p. 4–17, 2013. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/5215/6330>. Acesso em: 11 abr. 2025.

EMANUEL, Michelle. A fistful of headings: name authority control for video recordings. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 49, n. 6, p. 484-499, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.603123>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FALK, Patricia; LEWIS, David R. A new take on cataloging popular music recordings. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 8, p. 683-704, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1861151>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FERREIRA, Anderson A. *et al.* Self-training author name disambiguation for information scarce scenarios. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 6, p. 1257-1278, jun. 2014. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22992/epdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FOLSOM, Sandy L. Strategies for Cataloging Historical Serials. **The Serials Librarian**, v. 67, n. 2, p. 166-182, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2014.914458>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FRENCH, Rebecca B.; FAGAN, Jody Condit. The Visibility of Authority Records, Researcher Identifiers, Academic Social Networking Profiles, and Related Faculty Publications in Search Engine Results. **Journal of Web Librarianship**, v. 13, n. 2, p. 156-197, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19322909.2019.1591324>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FUHR, Justin; MONNIN, Caroline. Researcher profile system adoption and use across discipline and rank: A case study at the University of Manitoba. **Quantitative Science Studies**, v. 5, n. 3, p. 573-592, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1162/qss_a_00319. Acesso em: 18 abr. 2025.

FUSCO, Elvis. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação**: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. 2010. 249 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103369>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 17 ago. 2024.

GARZÓN-FARINÓS, Fernanda; PESET, Fernanda. Normativas interoperables sobre control de autoridades para bibliotecas digitales semánticas. **Investigación Bibliotecológica**, v. 32, n. 76, p. 167-188, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.76.58018>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GOLDBERGA, Anita *et al.* Identification of entities in the Linked Data collection "Rainis and Aspazija" (RunA). **JLIS.it**, v. 9, n. 1, p. 83-106, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4403/jlis.it-12444>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GORMAN, Michael. **RDA**: the coming cataloguing debacle. [2007]. Disponível em: <http://www.slc.bc.ca/rda1007.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024

GORMAN, Michael. Seymour Lubetzky, man of principles. *In*: CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. **The Future of Cataloging**: insights from the Lubetzky Symposium. Chicago: ALA, 2000.

GRINGS, Luciana. Controle de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil: breve histórico e práticas atuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 139-154, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/433/466>. Acesso em: 15 maio 2024.

GUDIÑO-PALMA, Adamaris Noemi *et al.* Los identificadores persistentes (ORCID y Scopus Author ID) en las revistas de acceso abierto en Ecuador. **Bibliotecas. Anales de Investigación**, La Habana, v. 19, n. 3, p. 139–157, jul./set. 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9079401>. Acesso em: 22 jun. 2025.

HAAK, Laurel L. Persistent identifiers can improve provenance and attribution and encourage sharing of research results. **Information Services & Use**, v. 34, n. 1-2, p. 93–96, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3233/ISU-140736>. Disponível em: http://crossmark.crossref.org/dialog/?doi=10.3233%2FISU-140736&domain=pdf&date_stamp=2014-02-01. Acesso em: 24 jun. 2025.

HAHN, Jim. Automated playlist continuation with Apache PredictionIO. **Code4Lib Journal**, n. 42, 2018. Disponível em: <https://journal.code4lib.org/articles/13850>. Acesso em: 11 mar. 2025

HAIDER, Salman. **Anglo-American Cataloguing Rules (AACR, AACR2, AACR2R)**. Librarianship Studies & Information Technology, 2021. Disponível em: <https://www.librarianshipstudies.com/2018/12/anglo-american-cataloguing-rules-aacr.html>. Acesso em: 05 dez. 2024.

HAWKINS, Les; NGUYEN, Hien; MORENO, Heylicken. Basic Creation of Name and Title Authorities. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 54, n. 8, p. 638-648, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2016.1156972>. Acesso em: 20 abr. 2025.

HENG, Greta *et al.* Rethinking authority reconciliation process. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 60, n. 1, p. 45-68, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.1992554>. Acesso em: 11 mar. 2025

HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Nallely. Los catálogos de autoridad de nombres personales: propósitos y metadatos. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información** (México), v. 36, n. 92, 2022. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58587>. Acesso em: 08 jun. 2025.

HERRERO PASCUAL, C. El control de autoridades. **Anales de Documentación**, n. 2, p. 121-136, 1999. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2621/2601>. Acesso em: 20 jul. 2024.

HOUGHTON, Frank; FOSTER, Allen. Resistance and power in Irish higher education: ORCID and the monitored university. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 50, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.102853>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IFLA. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. 2013. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

IFLA. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. München: K.G. Saur, 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

IFLA. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

IFLA. **Multilingual dictionary of cataloguing terms and concepts (muldicat)**, 2021. Disponível em: <https://www.iflstandards.info/muldicat/?language=pt>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IFLA. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. Den Haag: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

ILIK, Violeta. Cataloger Makeover: Creating Non-MARC Name Authorities. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 53, n. 3-4, p. 382-398, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.961626>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ILIK, Violeta. Visual representation of academic communities through Viewshare. **Library Resources & Technical Services**, v. 59, n. 1, p. 43-59, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.59n1.43>. Acesso em: 2 abr. 2025.

ILIK, Violeta; STORLIEN, Jessica; OLIVAREZ, Joseph. Can Viewshare be used as a research network visualization tool? A Case Study Based on STEM Departments at Texas A&M University. **Journal of Library Metadata**, v. 13, n. 4, p. 349-366, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2013.846626>. Acesso em: 11 abr. 2025.

INTERNATIONAL STANDARD NAME IDENTIFIER (ISNI), 2022. Disponível em: <https://isni.org/> Acesso em: 5 fev. 2025.

JENSEN, Karen; CARR, Christopher. Retrospective enhancement of thesis cataloging and the match rate of authors in National Authority Files. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 6, p. 566-590, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1787572>. Acesso em: 11 abr. 2025.

JESUS, Ananda Fernanda de; CASTRO, Fabiano Ferreira de; RAMALHO, Rogério Aparecido Sá. O papel das bibliotecas no Linked Data. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-21, 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e75909>. Acesso em 29 mar. 2025.

JESUS, Ananda Fernanda; CASTRO, Fabiano Ferreira. Dados bibliográficos para o *Linked Data*. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 13, n. 1, p. 45-55, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111607>. Acesso em: 02 ago. 2024.

JIN, Qiang; KUDEKI, Deren. Identity and Access Management for Libraries. **Technical Services Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 44-60, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07317131.2018.1532056?journalCode=wtstq20> Acesso em: 29 out. 2024.

JIN, Qiang; KUDEKI, Deren. Identity and access management for libraries. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries (QQML)**, v. 6, n. 3, p. 355-370, 2017. Disponível em: <https://qqml-journal.net/index.php/qqml/article/view/414>. Acesso em: 14 abr. 2025.

KIM, Jinseok; KIM, Heejun; DIESNER, Jana. The impact of name ambiguity on properties of coauthorship networks. **Journal of Information Science Theory and Practice (JISTaP)**, v. 2, n. 2, p. 6-15, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1633/JISTaP.2014.2.2.1>. Acesso em: 18 abr. 2025.

KIM, Jinseok; KIM, Jenna; KIM, Jinmo. Effect of Chinese characters on machine learning for Chinese author name disambiguation: a counterfactual evaluation. **Journal of Information Science**, v. 49, n. 3, p. 711-725, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01655515211018171>. Acesso em: 11 abr. 2025.

KIM, Jinseok; TAO, Liang; LEE, Seok-Hyoung; DIESNER, Jana. Evolution and structure of scientific co-publishing network in Korea between 1948–2011. **Scientometrics**, v. 107, p. 27-41, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-016-1878-5>. Acesso em: 11 maio 2025.

KIMURA, Maiko. A modification of the FRAD model for personal names in non-Roman languages. **Journal of Documentation**, v. 71, n. 5, p. 938-956, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-09-2014-0120>. Acesso em: 20 abr. 2025.

KIMURA, Maiko. Differences in Representations of Japanese Name Authority Data among CJK Countries and the Library of Congress. **Information Processing and Management**, v. 50, n. 4, p. 733-751, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2014.03.006>. Acesso em: 11 maio 2025.

KISHIMOTO, Kevin; SNYDER, Tracey. Popular Music in FRBR and RDA: Toward User-Friendly and Cataloger-Friendly Identification of Works. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 54, n. 1, p. 60–86, 2016. Disponível em: [10.1080/01639374.2015.1105898](https://doi.org/10.1080/01639374.2015.1105898). Acesso em: 21 abr. 2025.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. Guidelines for performing systematic literature reviews in *Software Engineering*. **Technical Report EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report**, 2007. Disponível em: https://www.elsevier.com/data/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

KLEIN, Maximilian; KYRIOS, Alex. VIAFbot and the integration of library data on Wikipedia. **Code4Lib Journal**, n. 22, 2013. Disponível em: <https://journal.code4lib.org/articles/8964>. Acesso em: 23 maio 2025.

KRAJNC VOBOVNIK, Andreja. Authority data in the COBISS system and why is its importance increasing. **BOSNIACA**, v. 28, n. 28, p. 25–37, 2023. Disponível em: <https://bosniaca.nub.ba/index.php/bosniaca/article/view/520>. Acesso em: 23 abr. 2025.

KREYCHE, Michael; LISIUS, Peter H.; PARK, Amey. The DeathFlip Project: automating death date revisions to name headings in bibliographic records. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 48, n. 8, p. 684-695, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2010.497721>. Acesso em: 11 abr. 2025.

LEE, Dong Joon; STVILIA, Besiki; WU, Shuheng. Toward a metadata model for research information management systems. **Library Hi Tech**, v. 38, n. 3, p. 577-592, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LHT-01-2018-0013>. Acesso em: 11 abr. 2025.

LI, Yuhua *et al.* Name disambiguation in scientific cooperation network by exploiting user feedback. **Artificial Intelligence Review**, v. 41, n. 4, p. 563–578, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10462-012-9323-5>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LIBRARY OF CONGRESS. **BIBFRAME Frequently Asked Questions**, 2024. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/faqs/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

LIU, Wanli *et al.* Author name disambiguation for PubMed. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 4, p. 765–781, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.23063>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LIU, Yu *et al.* A fast method based on multiple clustering for name disambiguation in bibliographic citations. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 66, n. 3, p. 634-644, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.23183>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LONG, Chris Evin. Disambiguating the departed: using the genealogist's tools to uniquely identify the long dead and little known. **Library Resources & Technical Services**, v. 60, n. 4, p. 236–247, 2016. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/6052>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MACEWAN, Andrew; ANGJELI, Anila; GATENBY, Janifer. The International Standard Name Identifier (ISNI): the evolving future of name authority control. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 51, n. 1-3, p. 55–71, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2012.730601>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. **Catálogo**: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MAK, Lucas. Coping with the Storm: Automating Name Authority Record Updates and Bibliographic File Maintenance. **OCLC Systems & Services**, v. 29, n. 4, p. 234-246, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/OCLC-02-2013-0006>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MAK, Lucas. Issues of personal name authority control in a retrospective cataloging project. **Technical Services Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 160-168, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07317131.2011.546251>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MANZOTTI, Giulia. Analisi e riflessioni sul VIAF, Virtual International Authority File. **JLIS.it**, Firenze, v. 7, n. 2, p. 25–42, jul. 2010. Disponível em: <https://jlis.fupress.net/index.php/jlis/article/view/356>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MARSHALL, Linnea. Using internet resources to research dates of birth and death of relatively obscure individuals for inclusion in name authority records. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 17-32, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.621513>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MARTÍNEZ-MÉNDEZ, Francisco-Javier; LÓPEZ-CARREÑO, María. La paulatina adopción de ORCID para la mejora de la identidad digital de las revistas científicas españolas en acceso abierto. **Investigación bibliotecológica**, v. 33, n. 80, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2023.1.1932>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MCELFRESH, Laura Kane. Creator name standardization using faceted vocabularies in the BTAA Geoportal. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 61, n. 5–6, p. 605–625, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2023.2200430>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MCGURR, Melanie; MASON, Catherine; MONACO, Michael. Public and Academic Library Cataloging Collaboration in Ohio's NACO Funnel Project. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 51, n. 1-3, p. 72-81, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2012.734368>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MELO, Maria Antônia Fonseca; BRÄSCHER, Marisa. Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação RDBCI**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 102–119, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1605>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MEY, E.; SILVEIRA, N. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, p. 125-137, 20 jul. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MILANI, Suellen Oliveira; SOUSA, Brisa Pozzi de. Pseudônimos de autoras, aspectos contingenciais e o seu protagonismo social: FRAD, FRSAD e a representação temática em catálogos online. **Liinc em revista**, v. 14, n. 2, p. 329-345, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4474/3954>. Acesso em: 07 maio 2025.

MILLER, Dana M.; HUNSAKER, Amy Jo. Extending Name Authority Work beyond the Cataloging Department: A Case Study at the University of Nevada, Reno Libraries. **Library Resources & Technical Services**, v. 62, n. 3, p. 136-148, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.62n3>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MILOJEVIĆ, Staša. Accuracy of simple, initials-based methods for author name disambiguation. **Journal of Informetrics**, v. 7, n. 4, p. 767–773, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157713000539>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MIRANDA, Daniel Rodrigues Silva; LOURENCO, Cíntia de Azevedo. RDA: recomendações de implementação no Brasil. **Biblios (Peru)**, n. 87, 2024. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/1185>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MODESTO, Fernando. **RDA em um breve panorama pessoal – parte III (III) - FRAD – requisitos funcionais para dados de autoridade**. São Paulo: OFAJ, 2014. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=819 Acesso em: 22 ago. 2024.

MOHAMMADZADEH SARAB, Azar; KAZERANI, Maryam; SHEKOFTEH, Maryam. Examining the problems and inconsistencies in the interpolation of English transliterated names of Persian language researchers in citation databases. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**, University of Nebraska–Lincoln, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1740>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MONTERO O’FARRILL, José Luis *et al.* Control de autoridades de los nombres propios: Los encabezamientos de materia en el Repositorio Institucional Nínive. **Información, cultura y sociedad**, n. 43, p. 191-208, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/ics.i43.8090>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MONYELA, Madireng. Call Us by Our Names: The Need to Establish Authority Control Standards for Non-Roman Names. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/5516/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MORENO, Fernanda Passini. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis/SC, Brasil, v. 14, n. 27, p. 47–68, 2009. DOI: 10.5007/1518-2924.2009v14n27p47. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n27p47>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MOSTAFA, Solange Puntel; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo; SABBAG, Deise Maria Antonio. Descrição Bibliográfica na era da Web Semântica: por uma nova noção de documento. **Informação & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 25-35, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29354>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MOULAISON, Heather Lea. The expansion of the personal name authority record under Resource Description and Access: Current status and quality considerations. **IFLA Journal**, v. 41, n. 1, p. 13–24, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0340035215570044>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MOULAISON, Heather Lea; DYKAS, Felicity; BUDD, John M. Foucault, the Author, and Intellectual Debt: Capturing the Author-Function Through Attributes, Relationships, and Events in Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 1, p. 30-43, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2014-1-30>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MUSNIK, Sara Yontan. Ottoman Authors Revisited: Name Authority Records at the BnF. **Türk Kütüphaneciliği**, v. 26, n. 3, p. 564-577, 2012. Disponível em: [https://doi.org/10.9770/turkhe.26.3\(7\)](https://doi.org/10.9770/turkhe.26.3(7)). Acesso em: 11 jun. 2025.

MYNTTI, Jeremy *et al.* Regional connections to National Authority Files. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 1, p. 76-89, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1690087>. Acesso em: 11 abr. 2025.

NATURE. **China's research spending is catching up to the US**. Londres, 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-02939-9>. Acesso em: 6 jul. 2024.

NEATROUR, Anna; MYNTTI, Jeremy. Western Name Authority File: a pilot regional name authority project. **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 1-2, p. 19-38, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1589685>. Acesso em: 11 abr. 2025.

NIU, Jinfang. Evolving landscape in name authority control. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 51, n. 4, p. 404-419, 2013. Disponível em: <https://doi.org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1080/01639374.2012.756843>. Acesso em: 20 jul. 2024.

OCLC. **Virtual International Authority File (VIAF) service**. Dublin: OCLC, 2022. Disponível em: <https://www.oclc.org/en/viaf.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

OLIVEIRA, Rhuan Henrique Alves de; CASTRO, Fabiano Ferreira de. Contribuições do IFLA LRM para o RDA: uma revisão sistemática da literatura. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 16, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13187>. Acesso em: 13 jun. 2025.

OLIVER, Chris. **Introducing RDA: a guide to the basics after 3R**. 2. ed. Chicago: ALA, 2021. Disponível em: <https://www.alastore.ala.org/content/introducing-rda-guide-basics-after-3r-second-edition>. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVER, Chris. **LRM presentation**, 2018. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m5r_mVuWlow&list=PLZSQc_jA3AIWdIPGMfZGk3YjNVROs-Guf&t=707s&ab_channel=RDAToolkit. Acesso em: 28 nov. 2024.

ON, Byung-Won; CHOI, Gyu Sang; JUNG, Soo-Mok. A case study for understanding the nature of redundant entities in bibliographic digital libraries. **Program**, v. 48, n. 3, p. 246-271, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/PROG-07-2012-0037>. Acesso em: 11 abr. 2025.

OPEN RESEARCHER AND CONTRIBUTOR ID ORCID, 2025. Disponível em: <https://info.orcid.org/> Acesso em: 4 fev. 2025.

PADRON, Fragomeni Marcos. **Um modelo conceitual para representação da música popular brasileira**. 2019, 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35807>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PAMPEL, Heinz *et al.* Lessons learned from ORCID DE: A project-driven initiative to promote author identification in Germany. **Learned Publishing**, v. 37, n. 2, p. 117–124, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1597>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PELLACK, Lorraine J.; KAPPMAYER, Lori Osmus. The Ripple Effect of Women's Name Changes in Indexing, Citation, and Authority Control. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 3, p. 440-448, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.21469>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PELLIZZARI DI SAN GIROLAMO, Camillo. Riconciliare le voci di autorità in SBN con Wikidata: Pro-gressi e prospettive dopo un decennio di lavoro (2013-2023). **JLIS.it**, Firenze, v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36253/jlis.it-465>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PEREIRA, Denilson Alves. *et al.* A generic web-based entity resolution framework. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 5, p. 919–932, 2011. Disponível em: <https://homepages.dcc.ufmg.br/~nivio/papers/pereira@jasist11.pdf> Acesso em: 10 fev. 2025.

PEZZONI, Michele; LISSONI, Francesco; TARASCONI, Gianluca. How to kill inventors: testing the Massacrator algorithm for inventor disambiguation. **Scientometrics**, v. 101, n. 2, p. 477–504, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-014-1375-7>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PISCITELLI, Felicia A. When does the forename end and the surname begin? Saints' names as compound forenames in spanish. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 57, n. 4, p. 187-196, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1601146>. Acesso em: 11 abr. 2025.

POST, Colin *et al.* A colossal catalog adventure: representing indie video games and game creators in library catalogs. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 61, n. 7-8, p. 792-814, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2023.2280207>. Acesso em: 11 abr. 2025.

POWELL, James *et al.* Bridging identity challenges: why and how one library plugged ORCID into their enterprise. **Library Hi Tech**, v. 37, n. 3, p. 625–639, 2019. Disponível em: 10.1108/LHT-04-2018-0046. Acesso em: 12 jan. 2025.

RDA STEERING COMMITTEE (RSC). **3R Project Final Report**, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1wEJe>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **Welcome to RDA Toolkit**, 2025. Disponível em: <https://access.rdatoolkit.org/> Acesso em: 20 fev. 2025.

REIJNHOUDT, Linda *et al.* 'Seed + expand': a general methodology for detecting publication oeuvres of individual researchers. **Scientometrics**, v. 101, n. 2, p. 1403–1417, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-014-1256-0>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RICHLERT, Norman. Authors in the Mathematical Reviews/MathSciNet Database. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 49, n. 6, p. 521-527, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.603821>. Acesso em: 11 abr. 2025.

RIVA, Pat; LE BOEUF, Patrick; ŽUMER, Maja. **IFLA Library Reference Model**: um modelo conceitual para a informação bibliográfica. Tradução de Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli, José Fernando Modesto da Silva, Liliana Giusti Serra, Luiza Wainer, Marcelo Votto Texeira, Raildo de Sousa Machado e Zaira Regina Zafalon. Den Haag: IFLA, 2017. Título original: IFLA Library Reference Model: a conceptual model for bibliographic information. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august2017_rev201712-por.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

RODRIGUEZ CALVO, Desiree; BRICENO ALVAREZ, Iria. Metodología didáctica para la enseñanza de creación de catálogos de autoridad de autor en los cursos de catalogación de la Escuela de Bibliotecología y Ciencias de la Información de la Universidad de Costa Rica. **E-Ciencias de la Información**, v. 12, n. 2, p. 59-81, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/eci.v12i2.49440>. Acesso em: 2 maio 2025.

ROMANETTO, Luiza de Menezes. **O controle de autoridade no consórcio VIAF**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/735876a0-ac32-41ff-8a73-5d8b3f2c8ad6/content>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROMANETTO, Luiza de Menezes; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura A. dosCosta; ALVES, Rachel Cristina Vesú. O Virtual International Authority File – VIAF e a agregação de valores por metadados de autoridade. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 571–590, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8647488>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ROSADO, Keila Mara Lara. **Controle de autoridade de nomes de pessoas**: uma proposta a partir da análise da biblioteca digital do Ministério Público Federal. 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34027/1/keilarosado%20dissertacao%20controle%20de%20autoridade%202019.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROSADO, Keila Mara Lara; DIAS, Célia da Consolação. Representação e recuperação de nomes de pessoas em catálogos de autoridades. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 25, p. 01–25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70349>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ROTENBERG, Ellen; KUSHMERICK, Ann. The author challenge: identification of self in the scholarly literature. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 49, n. 6, p. 503–520, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.606405>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SAHA, Sujan; MANDAL, Sukumar. Application and integration of VIAF and OCLC FAST with Koha, VuFind, and Google CSE. **Journal of Library Metadata**, v. 22, n. 3-4, p. 185–202, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19386389.2022.2103346>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SALGADO, Denise Mancera. **O controle de autoridade sob a norma RDA**: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19012016-105319/publico/DENISEMANCERASALGADOVC.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SANDBERG, Jane; JIN, Qiang. How should catalogers provide authority control for journal article authors? Name identifiers in the linked data world. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 54, n. 8, p. 537–552, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2016.1238429>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, Amanda Azevedo dos. **Dados de autoridade de artistas da música**: estudo do Virtual International Authority File (VIAF) e das diretrizes Resource Description and Access (RDA). 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14133>. Acesso: 20 maio 2024.

SANTOS, Thamyres Vieira dos; MAIMONE, Giovana Deliberali. Control de la información autoral y organizacional para optimización del acceso y visibilidad científica. **Anales de Documentación**, v. 26, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.532711>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SANTOS, Thamyres Vieira dos; MAIMONE, Giovana Deliberali. Recuperação da informação e visibilidade científica sob a perspectiva de identificadores persistentes. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 518–542, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/44053>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SAVIĆ, Ana. Authority control in Serbia. **Infotheca**, v. 17, n. 1, p. 92-103, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18485/infotheca.2017.17.1.5>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SCHREUR, Philip. The evolution of BIBFRAME: from MARC surrogate to web conformant data model. In: IFLA WLIC, 2018, Kuala Lumpur, Malaysia. **Proceedings** [...] Kuala Lumpur: IFLA, 2018. Disponível em: <https://library.ifla.org/id/eprint/2202/1/141-schreur-en.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, Eduardo; SCHNEIDER, Jodi A. Person Identifiers in MARC 21 Records in a Semantic Environment. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 5, p. 505–519, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1771499>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SEYMORE, Sarah E.; SIMIC, Jelena. Enhancing Opaquenamespace.org: Refinement of Local Name Authority Files and Workflows. **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1589704>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SHI, Yanqing; JIA, Junzhi. Use and presentation of personal name components in Chinese authority files. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 44, n. 4, p. 477-485, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2018.05.002>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SHIN, Dongwook *et al.* Author name disambiguation using a graph model with node splitting and merging based on bibliographic information. **Scientometrics**, v. 100, n. 1, p. 15–50, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-014-1289-4>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, Luciana Candida da; SERRA, Liliana Giusti; SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo. O ORCID como aplicação de Linked Data no catálogo de bibliotecas. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, v. 4, n. 2, p. 185-205, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/40186>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SMITH-YOSHIMURA, Karen. **Transitioning to the next generation of metadata**. Dublin, OH: OCLC Research, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25333/rqgd-b343>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SNOW, Karen *et al.* Revisiting instructional approaches in response to emerging cataloging standards. In: ALISE 2022 Annual Conference, 2022, Pittsburgh. **Proceedings** [...] Pittsburgh: ALISE, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21900/j.alise.2022.992>. Acesso em: 25 jul. 2024.

STALBERG, Erin *et al.* Exploring Models for Shared Identity Management at a Global Scale: The Work of the PCC Task Group on Identity Management in NACO. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 58, n. 3-4, p. 428-437, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1699880>. Acesso em: 11 abr. 2025.

STANWICKS, Kabel Nathan; IYER, Hemalata. Music social tagging and RDA name authorities: can user-generated tags and professional metadata live in harmony? **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 62, n. 5, p. 461–490, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2024.2360494>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SVENONIUS, E. **The Intellectual Foundation of Information Organization**. Massachusetts: MIT press, 2000.

TAŞKIN, Zehra; AL, Umut. Standardization problem of author affiliations in citation indexes. **Scientometrics**, v. 98, p. 347-368, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-013-1004-x>. Acesso em: 11 abr. 2025.

THOMPSON, Kelly J. More Than a Name: A Content Analysis of Name Authority Records for Authors who Self-Identify as Trans. **Library Resources & Technical Services**, v. 60, n. 3, p. 140-155, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.60n3>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TIAN, Tang (Cindy); COLE, Timothy W.; YU, Karen. Name and subject heading reconciliation to linked open data authorities using Virtual International Authority File. **Library Resources & Technical Services**, v. 65, n. 4, 2021. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/7485>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TILLET, Barbara B. Controle de autoridade: estado da arte e novas perspectivas. In: SARDO, Lucia; GUERRINI, Mauro, TILLET, Barbara B. **Authority control definizione ed esperienze internazionali**. Firenze, Italy: Firenze University Press, 2003. Disponível em: https://fupress.com/redir.ashx?RetUrl=259_19384.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

TOLKOFF, Ilana. The Path toward Global Interoperability in Cataloging. **Information Technology and Libraries**, v. 29, n. 1, p. 30–33, 39, 2010. Disponível em: <https://ital.corejournals.org/index.php/ital/article/view/3155>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TOVES, Jenny A.; HICKEY, Thomas B. Parsing and matching dates in VIAF. **The Code4Lib Journal**, n. 26, 2014. Disponível em: <https://journal.code4lib.org/articles/9607>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TUNCER, Nurhak; DAVID, Reed. The Cataloging of Self-Published Items. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 57, n. 4, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1602091>. Acesso em: 11 abr. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). Biblioteca Central. **Catálogo**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://bce.unb.br/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP). Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Linhas de Pesquisa**, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/programa/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

UZWYSHYN, Ray. **Academic Libraries and Technology**: an environmental scan towards future possibility. Research Gate, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320992321_Academic_Libraries_and_Technology_An_Environmental_Scan_Towards_Future_Possibility. Acesso em: 10 ago. 2024.

VAN VEEN, Theo. Wikidata: From “an” Identifier to “the” Identifier. **Information Technology and Libraries**, v. 38, n. 2, p. 72–81, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ital.v38i2.10886>. Acesso em: 24 maio. 2025.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende De; BURGOS, Marcelo Baumann. **Quem somos**: a magistratura que queremos. AMB: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

VIRTUAL INTERNATIONAL AUTHORITY FILE VIAF. Dublin: OCLC, 2025. Disponível em: <https://viaf.org/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

WAUGH, Laura; TARVER, Hannah; PHILLIPS, Mark Edward. Introducing name authority into an ETD collection. **Library Management**, v. 35, n. 4-5, p. 271-283, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LM-08-2013-0074>. Acesso em: 11 abr. 2025.

WEIDNER, Andrew; WASHINGTON, Anne M.; LIU, Xiping. Planting Cedar: an open source linked data vocabulary manager at the University of Houston Libraries. *Journal of Library Metadata*, v. 19, n. 1–2, p. 53–68, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1589696>. Acesso em: 24 abr. 2025.

WELLS, Elizabeth. Related Material: the Arrangement and Description of Family Papers. **Journal of the Society of Archivists**, v. 33, n. 2, p. 167-184, out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00379816.2012.722528>. Acesso em: 11 abr. 2025.

WIEDERHOLD, Rebecca A.; REEVE, Gregory F. Authority control today: principles, practices, and trends. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 59, n. 2-3, p. 129-158, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.1881009>. Acesso em: 1 ago. 2024.

WIKIDATA. 2025. Disponível em: <https://www.wikidata.org/wiki/Wikidata:Introduction/pt-br>. Acesso em: 4 fev. 2025.

WILLEY, Eric; YON, Angela. Applying Library of Congress Demographic Group Characteristics for Creators. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 57, n. 6, p. 349-368, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2019.1654054>. Acesso em: 11 abr. 2025.

WISSER, Katherine M. Describing Entities and Identities: The Development and Structure of Encoded Archival Context—Corporate Bodies, Persons, and Families. **Journal of Library Metadata**, v. 11, n. 3-4, p. 166-175, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19386389.2011.629960>. Acesso em: 11 abr. 2025.

WU, Hao *et al.* Unsupervised author disambiguation using Dempster–Shafer theory. **Scientometrics**, v. 101, p. 1955-1972, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-014-1283-x>. Acesso em: 11 abr. 2025.

WU, Jiang; DING, Xiu-Hao. Author name disambiguation in scientific collaboration and mobility cases. **Scientometrics**, v. 96, n. 3, p. 683–697, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-013-0978-8>. Acesso em: 08 jun. 2025.

XIA, Cuijuan; LIU, Wei. Name Authority Control in Digital Humanities: Building a Name Authority Database at Shanghai Library. **International Journal of Librarianship**, v. 3, n. 1, p. 21-35, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23974/ijol.2018.vol3.1.68>. Acesso em: 11 abr. 2025.

YON, Angela; BALDONI, Emily; WILLEY, Eric. Rules, privacy, and ethics: challenges in creating author name change guidelines. **Library Resources & Technical Services**, v. 68, n. 4, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/8327>. Acesso em: 03 maio 2025.

ZETTY, Janelle; PLAISANCE, Heather C. Cross-Departmental Authority Heading Creation: A Case Study. **Technical Services Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07317131.2021.2011121>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ZHANG, Erica; BISWAS, Paromita; DAGHER, Iman. Reflections on the PCC Wikidata Pilot at UCLA Library: Undertaking the PCC Learning Objectives. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 61, n. 7-8, p. 735-772, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2023.2269416>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ZHAO, Dangzhi; STROTMANN, Andreas. In-text author citation analysis: Feasibility, benefits, and limitations. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 11, p. 2348-2358, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.23107>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ZHU, Jia *et al.* Robust hybrid name disambiguation framework for large databases. **Scientometrics**, v. 98, n. 3, p. 2255-2274, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-013-1151-0>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ZHU, Lihong *et al.* Entity management using Wikidata for cultural heritage information. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 61, n. 1, p. 20-46, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2023.2188338>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ZHU, Lihong. The future of authority control: issues and trends in the linked data environment. **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 3-4, p. 215-238, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19386389.2019.1688368>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ZISO, Ya'aqov; LEVAN, Ralph; MORGAN, Eric Lease. Querying OCLC Web Services for Name, Subject, and ISBN. **Code4Lib Journal**, Issue 9, 22 mar. 2010. Disponível em: <https://journal.code4lib.org/articles/2481>. Acesso em: 13 abr. 2025.